



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1979-1980)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE MARÇO DE 1980

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Henriques Pires Fontoura
 Alberto Marques Antunes
 José Manuel Maia Nunes de Almeida
 Manuel Baeta Neves

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos.

A Assembleia autorizou o Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS) a lecionar, em regime de gratuidade no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Foi aprovado um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos, lida pelo Sr. Deputado João Machado (PSD), sobre a substituição de um Deputado do Partido Socialista.

Prosseguiu o debate das interpelações ao Governo, requeridas pelo PCP e pelo PS, acerca das medidas económicas recentemente tomadas.

Fizeram intervenções os Srs. Deputados Addo e Silva (DR), António Campos (PS), Mário Tomé (UDP), Nuno Godinho de Matos (DR), Luís Coimbra (PPM), Zita Seabra (PCP), Luís Barbosa (CDS), Ilda Figueiredo (PCP), Maldonado Gonelha (PS), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Mário Adegas (PSD), Macedo Pereira (CDS), Carlos Carvalhas (PCP), Vítor Louro (PCP), Bento de Azevedo (PS), Octávio Teixeira (PCP), Miranda da Silva (PCP) e Veiga de Oliveira (PCP) e os Srs. Ministros do Comércio e Turismo (Basilio Horta) e do Trabalho (Eusébio Marques de Carvalho).

Para pedir ou dar esclarecimentos e fazer protestos ou contraprotestos usaram da palavra os Srs. Deputados Vítor Louro (PCP), Mário Lopes (PSD), José Manuel Casqueiro (CDS), Cardoso Ferreira (PSD), Luís Filipe Madeira (PS), António Campos (PS), Pedro Vasconcelos (CDS), António Guterres (PS), Soares Cruz (CDS), Vítor Vasques (PS), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Pedro Roseta (PSD), Luís Barbosa (CDS), Jorge Leite (PCP), Narana Coissoró (CDS), Nascimento Rodrigues (PSD), Veiga de Oliveira (PCP) e Castro Caldas (PSD) e os Srs. Ministros Adjunto do Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão), do Comércio e Turismo (Basilio Horta), do Trabalho (Eusébio Marques de Carvalho) e da Indústria e Energia (Álvaro Barreto).

O Sr. Presidente anunciou a apresentação de trinta e um projectos de lei pelo PS e de dois pelo PSD.

A sessão foi encerrada às 21 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Peço desculpa do atraso com que a chamada começa, mas foi devido à necessidade de mandar retirar alguns auto-colantes que vi afixados na Sala das Sessões quando nela entrei.

Creio que se justifica mantermos o princípio, que já vem da Assembleia Constituinte, de não permitir a afixação no hemiciclo de qualquer propaganda política partidária, nomeadamente auto-colantes.

Peço, pois, a colaboração de todos os partidos e dos Srs. Deputados no sentido da observância rigorosa deste salutar princípio.

Vai então proceder-se à chamada.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.

Américo Abreu Dias.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Duarte e Duarte Chagas.

António José Ribeiro Carneiro.

António José dos S. Moreira da Silva.

Armando António Correia.

Carlos Manuel Pereira de Pinho.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel da Cunha Dias.

Daniel Absilio Ferreira Bastos.

Eleutério Manuel Alves.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando Raimundo Rodrigues.
 Henrique Alberto F. do Nascimento Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João António Sousa Domingues.
 João Aurélio Dias Mendes.
 João Baptista Machado.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Marques Gaspar Mendes.
 Jorge Rook de Lima.
 José Baptista Pires Nunes.
 José Maria de Silva.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Martins Adegas.
 Miguel Camolas Pacheco.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho de Jesus Domingues.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António de Almeida Santos.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António José Vieira de Freitas.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Frederico A. F. Handel de Oliveira.
 Herculano Rocha.
 João Joaquim Gomes.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Manuel António dos Santos.
 Manuel Joaquim de M. P. Tavares Santos.
 Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Comunista Português (PCP)

Alberto Jorge Fernandes.
 Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favas Brasileiro.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do C. da Costa Espadinha.
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Dinis Fernandes Miranda.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Fernando Freitas Rodrigues.
 Francisco Miguel Duarte.
 Helder Simão Pinheiro.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.

João António Gonçalves do Amaral.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Victor Baptista G. de Sá.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José António Veríssimo Silva.
 José Casimiro Sousa Correia.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel Aranha Figueiredo.
 José Manuel do C. Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria da Conceição Morais Matias.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Marino B. de Vasconcelos B. Vicente.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 António Ferreira Pereira de Melo.
 Artur Fernandes.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 Isilda Silva Barata.
 João Daniel Marques Mendes.
 João José Magalhães F. Pulido de Almeida.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Maria Tabita L. F. Mendes Soares.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.
 Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Henrique José Barrilero F. Ruas.
 Luís Filipe Ottolini Bébian Coimbra.

Agrupamento Parlamentar dos Reformadores
Armando Adão e Silva.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Helena Tâmega Cidade Moura.
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.
 Luís Manuel A. de Campos Catarino.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 113
 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está na Mesa
 um ofício da Universidade Técnica de Lisboa, subs-
 crito pelo Presidente da respectiva Comissão Directiva
 Eventual, que é do seguinte teor:

Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do
 artigo 7.º da Lei 5/76, de 10 de Setembro (Estatuto dos Deputados), tenho a honra de solicitar

a V. Ex.^a se digne comunicar-me se a Assembleia da República autoriza o Deputado, Dr. Narana Sinai Coissoró a leccionar neste Instituto em regime de gratuitidade e sem prejuízo dos trabalhos da Assembleia, no ano lectivo de 1979-1980.

Esclareço V. Ex.^a que o Dr. Narana Coissoró é professor catedrático deste Instituto e, em caso de autorização, ser-lhe-ão distribuídas as regências das cadeiras da sua especialidade.

Por consenso, do qual chega informação à Mesa, os grupos parlamentares estariam na disposição, dados os trabalhos em que a Assembleia neste momento está empenhada e que dificultam a reunião da Comissão de Regimento e Mandatos, de dispensar o parecer da Comissão e que o facto seja imediatamente submetido à Assembleia.

Algum dos Srs. Deputados tem objecções a fazer a esta solicitação?

Como não há, considero que a Câmara autorizou o pedido constante do ofício, ficando o Sr. Deputado Narana Coissoró autorizado a exercer as funções docentes nos termos solicitados.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Machado para proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. João Machado (PSD): — É o seguinte o relatório e parecer da Comissão:

Em reunião realizada no dia 5 de Março de 1980, pelas 10 horas e 30 minutos foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1 — Solicitada pelo Partido Socialista:

António Duarte Arnaut (círculo eleitoral de Coimbra), por João Fernandes. Esta substituição é pedida por um período de vinte e cinco dias (de 5 a 30 de Março, inclusive).

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato não eleito ainda não solicitado no ordenamento de precedência da lista eleitoral de entre os apresentados a sufrágio pelo referido Partido no respectivo círculo eleitoral.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. Presidente: — Está em discussão o relatório e parecer da Comissão que acaba de ser lido.

Como ninguém pede a palavra, vamos proceder à sua votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa decide pôr à consideração da Assembleia um problema relacionado com o tempo disponível para esta sessão,

Como sabem, vai ter início às 11 horas na sala do antigo Senado, presidida pelo Sr. Primeiro-Ministro, a Sessão de Lançamento da Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza. Tal facto obriga o Sr. Primeiro-Ministro e vários membros do Governo a estarem nessa sessão, há alguns Srs. Deputados de diversos grupos parlamentares, uns por dever da função que exercem em estruturas desta natureza e outros porque estão convidados, que têm interesse em si também estarem presentes, o que iria dificultar o bom andamento dos nossos trabalhos. De resto, creio que estava já mais ou menos assente que esta sessão se suspenderia para a realização dessa cerimónia.

Ponho, portanto, à Câmara o problema da vantagem de se começar a trabalhar praticamente a dez minutos da necessidade de suspender a sessão ou se deveríamos recomeçar então em termos de continuidade às 15 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Efectivamente, em conferência dos grupos parlamentares, ficou combinado que hoje se suspenderia esta sessão. No entanto, não entendi bem foi se a sessão ia ser suspensa apenas durante uma hora, até cerca do meio-dia, ou se seria suspensa durante toda a manhã.

Perguntava, pois, ao Sr. Presidente se acha incompatível fazer ainda de manhã um período de debate, em face da duração previsível da cerimónia que acaba de nos anunciar.

Por outro lado, pedia também ao Sr. Presidente que providenciasse no sentido de se fazer uma breve reunião da conferência dos grupos parlamentares para assentarmos na ordem de trabalhos dos próximos dias.

O Sr. Presidente: — Tinha já em vista esse propósito, Sr. Deputado.

Pensando na pergunta que me fez, afigura-se-me que fazer estar aqui os Srs. Deputados durante toda a manhã à espera do reinício dos trabalhos, que pode ser ao meio-dia ou ao meio-dia e meia hora, já que não é determinável, seria mais prático que todos aproveitassem a nossa manhã naquelas actividades que às vezes surgem e que é necessário que se concretizem, o que tornará até mais possível que todos estejamos aqui às 15 horas em ponto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta hipótese tinha sido de facto encarada, como o Sr. Presidente disse e o Sr. Deputado Carlos Laje confirmou, mas não foi estabelecido com rigor o calendário para a sessão de hoje, porque não era na altura possível fazê-lo. Em todo o caso, não nos oporemos a que se adopte a solução que o Sr. Presidente propõe e que nos parece racional, mas lembreamos que para dar cumprimento ao regimento que todos aprovámos para o debate da interpelação teremos intervenções de todos os partidos e do Governo, o que será qualquer coisa como sete horas, sem os tempos mortos, pois que com estes dará nove

horas ou mais. Digamos que são nove, mas se adicionarmos a isto meia-hora de intervalo desta tarde serão nove horas e meia. Isto significa, portanto, que a recomeçarmos às 15 horas, já sem necessidade de fazermos a chamada, o que é uma vantagem, teríamos, se quiséssemos cumprir hoje o programa, de ir até à meia-noite e meia hora, o que faria sobrevir um novo problema que é o do jantar, além do problema dos funcionários desta Assembleia que têm sido não já poucas vezes incomodados, e talvez com pouca utilidade, ou talvez com menos atenção pela sua própria vida e de forma dispensável.

Assim, propunha que não ficássemos aqui a examinar este problema, porque é sempre difícil e leva tempo se for aqui. Seria mais útil que o Sr. Presidente providenciasse uma reunião entre os grupos parlamentares para analisarmos esta questão, visto que certamente teremos de alterar o que estava em princípio estabelecido quanto ao fecho da interpelação para amanhã de manhã.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado me permite, dir-lhe-ei que vem ao encontro do projecto que a Mesa já tinha formado de aproveitar esta manhã para fazermos uma reunião dos grupos parlamentares, onde pesássemos o ritmo a que as coisas vão correr e eventualmente se estabelecesse também a ordem de trabalhos para sexta-feira.

Tenho, pelas mais elementares razões, uma vez que vamos suspender a sessão, de nestes minutos que antecedem o começo da sessão na sala do Senado receber as diversas entidades que para ela vêm, mas à qual naturalmente não assistirei.

Convocaria, assim, para as 11 horas e 15 minutos uma reunião dos representantes dos grupos parlamentares no meu gabinete, onde abordariam este assunto, e o Plenário retomava os seus trabalhos às 15 horas.

Como não há oposição, está interrompida a sessão.

Eram 10 horas e 45 minutos.

As 15 horas e 30 minutos assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Rodrigues Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Encontravam-se já na bancada do Governo o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão) e vários outros Ministros.

O Sr. Presidente: — Vamos agora entrar no debate propriamente dito dos pedidos de interpelação ao Governo.

Queria informar a Câmara de que, por consenso estabelecido na conferência dos representantes dos grupos parlamentares, ficou assente que hoje cada partido e o Governo utilizariam o mínimo de dois terços do tempo atribuído para esta fase da discussão. Assim, os partidos e o Governo, que têm uma hora cada um, utilizariam, no mínimo, quarenta minutos e os restantes que têm vinte e cinco minutos utilizariam quinze minutos. O tempo não utilizado dentro destes limites não poderá voltar a ser utilizado.

Outra informação é a de que a próxima sexta-feira foi destinada à reunião das Comissões. Dou este escla-

recimento para que os presidentes das diversas comissões possam convocá-las, desde que assim entendam.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Adão e Silva.

O Sr. Adão e Silva (DR): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No uso do direito constitucional de apreciação e crítica dos actos do Governo por esta Assembleia, vieram, em boa hora, o Partido Comunista e o Partido Socialista interpelar o Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E afirmamos que em boa hora, na medida em que, com as suas intervenções, sem dúvida úteis, contribuíram, afinal, para que o Governo precisasse, em termos muito esclarecedores, alguns aspectos fundamentais da sua política económica.

O Sr. António Macedo (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Cumprida, assim, pela Assembleia esta sua função parlamentar de oposição, também o Governo, por sua parte, com a perfeita noção dos seus deveres para com a Assembleia e para com o povo que a elegeu, veio, com inteiro respeito pelas regras democráticas e empenhadamente, corresponder ao interesse demonstrado e convencer não só da utilidade da acção governativa, como ainda de estar actuando, nesse campo, em estrita conformidade com o seu Programa de Governo e a bem do povo.

Temos para nós que, ao definir no seu Programa a política económica e social, quer ao referir-se à política económica global e seus objectivos quer ao tratar a matéria da política fiscal e orçamental, da política monetária, financeira e cambial, a política de investimentos e Plano, a política de rendimentos e preços, o sector empresarial do Estado e a integração europeia, foi, desde logo, o Governo bastante claro e convincente.

O Sr. Tito de Moraes (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Daí que, discutido com grande empenho, tanto pela oposição como pela maioria, o Programa do Governo passasse nesta Assembleia e entrasse, com legitimidade democrática, que não é legítimo pôr em causa, a assumir-se como Executivo, desenvolvendo uma actuação que bem se entende que em alguns aspectos mereça críticas cerradas da oposição, mas que se nos afigura não poder, correctamente, deixar de se reconhecer que vem realizar os interesses dos Portugueses e é caracterizada por competência, trabalho e eficácia muito de apreciar.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Sr. Tito de Moraes (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Assim, pelo menos, a encaramos nós, os reformadores, sem prescindirmos da livre crítica que nesta, como em todas as circunstâncias, faremos sempre que isso se justifique, em conformidade, aliás, com a linha bem clara e firme de conduta, já explicada nesta Assembleia pelo companheiro Medeiros

Ferreira, na sua prestigiosa intervenção, no liderar do nosso Agrupamento.

Srs. Deputados da oposição, a verdade é que apenas há pouco mais de dois meses se desenvolve a acção governativa, entendemos que por forma a corresponder — e isso é o que mais importa — ao enfrentamento enérgico da crise que há muito o País atravessa e à satisfação das mais prémientes necessidades e aspirações da maioria dos Portugueses.

Não obstante, já a oposição, a tão escassa distância da discussão do Programa do Governo, entendeu dever não apenas criticar a governação iniciada e as directrizes de algum modo anunciadas ou que se antevêem mas também ir mais longe e aproveitar as interpelações para assumir ataque frontal e decisivo, caracterizado por uma preocupação de impedir o Governo de exercer a sua missão de governar.

Seja, porém, como for, constata-se o facto sem pôr em dúvida a legitimidade da crítica e oposição construtiva, na medida em que o foi, já que daí resultaram os benefícios já acima apontados de esclarecimento e aprofundamento de importantes aspectos do Programa e de demonstração de que o Governo está a agir com perfeita e útil execução das tarefas que lhe incumbem.

E não se estranhará — nós, reformadores, não o estranhamos — que o Governo, com a força que lhe advém dos resultados eleitorais, se pretenda legitimado para proceder a todas as reformas e mudanças — sem ferir a Constituição, que lhe cumpre respeitar — que na sua concepção responsável contribuam para o progresso do País; só que, como Executivo, se verá necessariamente, uma e mais vezes, na contingência de ter de dar contas, democraticamente, da sua actuação e de demonstrar cabalmente que está a enfrentar a grave crise em que o País se debate em todos os campos da Administração e da actividade nacional, para que convença da utilidade da sua actuação e que é digno de merecer o apoio da maioria desta Câmara e o aplauso do povo português, que é, ao fim e ao cabo, quem mais ordena.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É esta a filosofia dos Reformadores acerca do debate e da fidelidade aos princípios no Estado de direito que queremos ver implantado em Portugal!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Temos para nós que constitui um dever patriótico conceder ao Executivo uma maior possibilidade de exercer efectivamente o poder político e económico, dando-se tempo ao tempo para que se desenvolva em profundidade uma acção governativa que vença a crise grave, mesmo perigosa para a própria democracia e com reflexos na independência nacional.

Entendemos, numa palavra, ser cedo para retirar ao Governo o benefício da dúvida e estaremos atentos nesta Câmara para assim contribuirmos para a defesa dos interesses dos portugueses das mais diversas camadas sociais, designadamente a dos trabalhadores, sem cujo esforço não poderá construir-se o País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É, realmente, imperioso que se tenha bem presente o dilema posto, muito precisamente, pelo ilustre Sr. Deputado e Secretário-Geral do Partido Socialista, ao discutir-se a moção de rejeição apresentada pelo PS, assim: «O Governo entende governar em nome da maioria parlamentar e o PS não contesta esse direito, respeitando em absoluto o *veredictum popular*.» Foi, afinal, o mesmo ilustre Sr. Deputado que reconheceu que «o País atravessa uma crise económica grave, e que aconselha ao Governo prudência».

O que se não entende que seja curial é que, apesar de um tão criterioso entendimento, o PS, face às provas positivas já dadas, em vez de comedidamente aguardar o desenvolvimento da governação para a criticar e que o povo, nas eleições legislativas de 1980, julgue a acção do Governo pela obra realizada, apurando se o seu comportamento global é positivo, por determinar o bem-estar presente e futuro dos portugueses, venha agitar fantasmas adrede manipulados com o fim, que se torna evidente, de procurar a *outrance*, para além do democraticamente razoável, impedir a acção do Governo.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Prossiga, pois, o Governo numa actuação mista de autoridade e de responsabilidade democráticas, tendo sempre presente a Constituição da República, com vista à sua prometida invectiva de mudança na economia e nas finanças, tanto como nos restantes sectores da Administração, com medidas concretas de alcance social e estamos certos de que o povo saberá, com o seu apurado sentido de observação e espírito crítico, utilizar a via da liberdade para reconhecer a utilidade da sua acção e legitimar a continuidade do mandato conferido nas últimas eleições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Vamos, portanto, com o civismo que nos é próprio, esforçar-nos nesta Assembleia por ajudar a realizar Portugal; vamos, todos os portugueses, fazer por pôr termo a sucessivos incidentes de percurso e a excessos de partidarismo e empenhar-nos em prestigiar a democracia, que queremos reforçada, assegurada e defendida, em termos de se estabelecer um clima de paz social e de responsabilidade colectiva, caracterizado pela ordem e pelo trabalho, tanto de governantes como de governados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Vamos insistentemente criar riqueza, através de uma decisiva melhoria económica do País, a fim de se proceder à sua distribuição por nítidos critérios de justiça social; vamos conquistar a imprescindível estabilização sócio-política, sem o que a liberdade, a democracia e o futuro de Portugal serão, preocupadamente, postos em causa; vamos, acima de tudo, todos de mãos dadas e espírito aberto, forjar condições de felicidade para o povo português.

E se assim for, viverá o povo mais confiante na democracia e abraçará, com entusiasmo cada vez

maior, a liberdade, esse bem inestimável que conduz a um mais apurado desejo de gozo de todos os outros bens e prazeres humanos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nesta interpelação está em causa a política económica global e sectorial do Governo. Um dos sectores fundamentais da política económica é sem favor a agricultura.

O Governo AD e a maioria apoiante procuram escamotear a sua política agrícola, à custa do desvio das atenções para *slogans* de propaganda e fricção política, como se a governação democrática fosse um mero acto de palavras e de protecção a amigos, e não a execução activa de uma política que procure soluções para problemas concretos.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Hoje, o MAP é um Ministério que se não enquadra nas mais elementares regras de funcionamento de um Estado democrático.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — Não respeita as leis, alguns dos seus membros não têm a lisura moral suficiente e não respeitam as mais elementares necessidades de sobrevivência dos agricultores e trabalhadores rurais.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS.

O balizamento das regras de seriedade a que qualquer Estado democrático deve estar sujeito é ultrapassado largamente neste Ministério.

Autoritário, não para defender a liberdade mas sim para impor a discricionariedade e o compadrio.

O Sr. Henrique Moraes (CDS): — Não se veja ao espelho!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Está a fazer a autocritica.

O Orador: — Organizado num grupo não para governar, de que se destacam o engenheiro Goulão, Secretário de Estado da Estruturação Agrária, o Dr. Trancas de Carvalho, director do Plano de Investimento do Alentejo, a dominar 13 milhões de contos, e o engenheiro Prates Canelas, adjunto do engenheiro Goulão, que formam o cérebro desse grupo. São três nomens da CAP e do CDS, que têm o apoio total do PPD.

O primeiro, o engenheiro Goulão, meteu no bolso da familia do presidente da CAP 64 124 contos, o segundo, o Dr. Trancas de Carvalho, recebeu por

antecipação 18 000 contos, além dos 91 140 contos que recebeu a família Uva; todo este dinheiro saído do crédito agrícola de emergência, que foi passado a longo prazo e a juro altamente bonificado, não tendo havido idêntico procedimento em relação aos restantes agricultores do País. É um sistema de distribuição de benesses entre amigos e à custa do poder político.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não tem autoridade moral para dizer isso!

O Orador: — A família do presidente da CAP tinha parte do dinheiro depositado a prazo numa agência bancária em Fátima, onde lhe rendia milhares e milhares de contos só em diferenciais de juro, pagos por todos nós. Não sei se ainda hoje se encontram lá depositados. Gostaríamos de perguntar ao Governo, dado que aos Deputados da maioria já o fizemos e não obtivemos resposta, que pensa fazer o tal Secretário de Estado e o tal director de Investimento. Louvá-los, demiti-los, ou inquiri-los?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o engenheiro Prates Canelas, hoje considerado o Ministro sombra, é um homem que todos conhecem pela sua actividade antes do 25 de Abril na Cooperativa do Divor. Aconselho o Governo a ler o que dele diz o *Expresso* em 11 de Novembro de 1978, que nunca foi desmentido, ou a publicar o inquérito sobre a sua actividade na dita Cooperativa, levado a cabo por funcionários do Instituto de Reorganização Agrária (ex-Junta de Colonização Interna). Gostaríamos de perguntar ao Governo se está disposto a tornar público tal inquérito. Gostaríamos também de saber se o Governo acha que pode ter alguma credibilidade pública neste sector com tais personagens.

Assiste-se hoje à tentativa de instalação no Alentejo de um clima de rotura total. É possível que a AD veja nestes homens as qualidades políticas e morais para a fazerem.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Olha quem fala!

O Orador: — Mas, Srs. Ministros, o País e o povo beneficiam com tal rotura? E o sector, quem o reabilita de tais processos?

Por outro lado assiste-se, como recentemente aconteceu na Cooperativa de Santana do Campo e de Aguiar, ao aparecimento de grandes senhores da terra, armados e misturados com a GNR. Qual a posição do Governo em relação a tais civis armados na entrega de reservas?

O Sr. Manuel Alegre (PS): — É mandá-los para a cadeia.

O Orador: — Ou são agentes encarregados de empurrar o Alentejo para uma guerra civil?

Por outro lado, têm o Governo e os seus porta-vozes nesta Assembleia anunciado a distribuição de terras aos pequenos agricultores. Sabendo-se que no Alentejo cada 23 ha de terra expropriada corresponde

a um posto de trabalho, enquanto os reservatários ocupam um trabalhador por cada 40 ha, onde vai o Governo buscar a terra para distribuir aos pequenos agricultores? Coloca no desemprego milhares e milhares de trabalhadores que dela já vivem, ou vai expropriar mais terra, avançando na execução da lei?

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Nem uma coisa nem outra!

O Orador: — A não ser que seja pura demagogia a política anunciada e se esteja a cometer o crime contra a Reforma Agrária e contra os trabalhadores de lhes dividir a terra em pequenas parcelas, obrigando-os a trabalhá-la individualmente. Ora, dado que nunca tiveram formação empresarial e a idade da maioria lhes não permitiria adquiri-la, o objectivo só poderia ser lançá-los na falência e numa miséria ainda maior para posteriormente lhes tirarem a terra.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em resumo: Vai o Governo distribuir terras apenas a agricultores afastados da terra com o processo da Reforma Agrária ou também a todos aqueles que agora se inscrevam para tal?

Quanto aos primeiros, a lei prevê o processo de restituição, pelo que o Governo, se assim proceder, longe de introduzir qualquer inovação, mais não faz do que cumprir a lei e dar seguimento a acções iniciadas no I e no II Governos Constitucionais. Quanto aos segundos, que critérios estão ou vão ser utilizados no que se refere às áreas a entregar individualmente? E nesse caso, de onde vão ser retiradas essas áreas? Vão iniciar-se as expropriações previstas na lei ou apenas transferir a posse útil das UCPs e Cooperativas de prédios expropriados para os novos candidatos? Nesse caso, como parece ser intenção, com que fundamento legal?

Nós, socialistas, aprovamos a distribuição de terra a pequenos agricultores, só que não aceitamos o princípio de retirar o pão a uns e dá-lo a outros.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Atirar trabalhadores para o desemprego total para entregar terras a pequenos agricultores seria o mesmo que dar uma habitação precária a quem tem uma barraca e retirar a habitação a quem a tinha.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Infelizmente, se algo foi feito nesta matéria, foi a reconstituição de latifúndios e a distribuição de terras a alguns amigos.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Recebeste pouco!...

O Orador: — Se o objectivo é a destruição de todas as cooperativas existentes de uma forma política, mas que prejudica a evolução do sector e os interesses dos trabalhadores, ela deve ser aqui claramente afirmada pelo Governo.

Cooperativas com milhares e milhares de contos a prazo, à espera de lhes ser dada a posse útil da terra para se lançarem num plano de investimento que diversificasse a produção e aproveitasse os recursos naturais disponíveis, estão a ser boicotadas e destruídas por este Governo.

O Sr. Carlos Lage (PS): — É um escândalo.

Vozes do PSD e do CDS: — É falso!

O Orador: — Há cooperativas, modelos autênticos de participação e capacidade, que o Governo escolheu como alvos principais de destruição, numa demonstração de ódio e revanchismo a tudo o que seja formas cooperativas de produção.

O Sr. Gualter Basílio (PS): — Muito bem!

O Orador: — De qualquer maneira, seria importante e imprescindível a clarificação de tal política, a não ser que faça parte da estratégia da AD, a criação de um exército de desempregados que tenha de se bater de qualquer forma para sobreviver e aumentar assim a tensão naquela zona, indo ao encontro dos objectivos do Governo.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — É a técnica clássica do capitalismo!

O Orador: — Do cumprimento da lei, dessa já nem se fala. A exploração directa é feita separadamente por todos os grandes senhores alentejanos e seus familiares — o pai, a mãe, o filho, a sogra, o sogro, o cunhado, etc.

Risos do PSD e do CDS.

Todos na concepção do engenheiro Goulão tinham explorações distintas.

Em nome da lei, os latifúndios estão a ser reconstituídos, como o provam, por exemplo, as reservas dadas às seguintes famílias: Costa Pinto, de Portalegre, que já ultrapassa os 5000 ha ...

O Sr. Malato Correia (PSD): — É mentira!

O Orador: — ... à família Murteira, em Évora, que já ultrapassa os 2000 ha, à família Diogo, de Beja, que já ultrapassa os 2500 ha, à família Moura Neves, de Portalegre, que já ultrapassa os 2400 ha, etc.

Vozes do PS: — É um escândalo.

Vozes do CDS: — São só calúnias.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — É um bom fiscal!

O Orador: — Por outro lado, os absentistas, como por encanto, desapareceram do Alentejo. No mínimo, todos recebem 70 000 pontos, mais todas as majorações possíveis e imagináveis.

Vaz Portugal anunciou um inquérito com a ajuda da Polícia Judiciária por haver a certeza de corrupção na entrega de reservas e alguns jornais chegaram mesmo a publicar nomes e verbas de pessoas que as compravam. O Secretário de Estado da Estruturação

Agrária é o mesmo do tempo de Vaz de Portugal. A pergunta é se o Governo pode dar conhecimento do resultado de tal inquérito?

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Por outro lado, o compadrio avançava descaradamente em todas as frentes, como, por exemplo, o que se está a passar com o Dr. Nuno Tristão das Neves, da Herdade dos Machados, que recebeu já cerca de 14 000 contos, mas nem sequer tem a reserva marcada. Os 14 000 contos foram 8000 em dinheiro, cerca de 3200 em trigo e 2000 recebidos directamente da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, da produção de leite da própria herdade!

Vozes do PS: — É um roubo!

O Orador: — A pergunta é se o Dr. Nuno Neves tem um estatuto de compadre ou se são negócios entre amigos da equipa MAP. A não ser que seja já por conta das indemnizações. Mas se for, qual o critério e a quem se fazem pagamentos adiantados?

O Sr. Gualter Basílio (PS): — Vá, desmintam!...

Protestos do CDS.

O Orador: — Processos com despachos revogados por enfermarem de vícios de violação de lei no tempo do Ministro Joaquim Lourenço, como, por exemplo os casos de Rosa Gião Freixo, em Montemor, e da família Torres Vaz Freire, de Évora, foram já executados, sendo-lhes entregues as reservas. Em que critério se baseou o engenheiro Goulão para tal procedimento: no dos amigos, na corrupção anunciada já por Vaz Portugal ou na ilegalidade pura?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Ministros: O Governo não tem a mais leve orientação em política agrícola.

No campo da pecuária a sua actuação é desastrosa pelas medidas que já tomou e pelo que já anunciou. A política de aproveitamento dos recursos naturais está também seriamente comprometida. O Governo gasta mais em subsídios a rações do que no apoio a toda a agricultura. Os produtores em breve voltarão a fazer carne de bovinos e leite à base de concentrados. Vinte e dois milhões de contos em divisas «voam», quando muitos podiam ser poupadados se houvesse um ranco e enérgico esforço, aliás começado nos I e II Governos Constitucionais, no fomento de pastagens e orragens. Hoje somos totalmente abastecidos em leite e, apesar do aumento de produção em 1978, evitou-se o aumento de consumo de concentrados. A política desenhada é contra o sector e o interesse nacional. Ninguém sabe quais as prioridades para o sector e os respectivos apoios para a sua concretização.

Pela política de preços definida, uma atitude é já conhecida. Política agrícola não há, mas a tentativa de impor aos agricultores a fome e a miséria, essa, existe com clareza, senão vejamos. A inflação rondou os 24% em 1979 e penso que os Srs. Ministros sabem que os agricultores também têm de sobreviver e a pretensão do Governo não deve ser a de servir-se dos mais desprezados e de pior nível de vida para os ati-

rar para uma situação ainda mais difícil. Como se explica a fixação do preço do azeite ao produtor, que em 1979 era de 90\$00/l e agora em 1980 foi fixado em 95\$00/l? Subida de 5% no preço ao produtor e passagem da margem comercial ao intermediário de 22\$00/l para 34\$00/l, isto é, um aumento de 12%. Pergunta-se: O Ministério da Agricultura é dos agricultores ou dos intermediários?

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

E a subida dos 24% do custo de vida? Esses já foram debitados pelo Governo da maioria AD no orçamento familiar dos agricultores!

E a fixação do preço do trigo, como vai ser? A evolução foi a seguinte: Em 1976 foi pago a 4\$20/kg, em 1977 a 6\$00/kg, o que quer dizer que os produtores beneficiaram de 40% de aumento; em 1978 a 7\$50/kg, isto é, houve um aumento de 25%; em 1979 a 11\$00/kg, o que equivale a um aumento de 45%. O Governo AD, pelas notícias saídas nos jornais, diz que em 1980 vai pagar 12\$50/kg, ou seja, que vai haver um aumento de 11%.

Apesar do aumento dos combustíveis e da energia, em percentagens nunca atingidas, e tendo de fazer face aos 24% do aumento do custo de vida, este Governo vai aumentar simplesmente em 11% o preço do trigo ao produtor. Contenção da inflação à custa de quem? De milhares e milhares de pequenos e médios agricultores que são os que têm custos mais elevados e pior vivem!

E o leite, como foi e como vai ser pago ao produtor por este Governo?

Em 1977 pagou-se o litro de leite ao produtor a 8\$50 e em 1978 a 12\$00, isto é, houve um aumento de 40%; em 1979 a 13\$50, ou seja, houve um aumento de 11%. O Governo da AD informou já os produtores de leite que este ano não vai aumentar o preço do leite.

Apesar de o leite não aumentar ao produtor, foi aumentado ao consumidor, e o queijo passou de 195\$00/kg para 230\$00/kg ao público. Mais 35\$00/kg para os intermediários. Milhares e milhares de pequenos e médios produtores estão ameaçados de voltar à fome e à miséria, se esta política não for rapidamente invertida. A política de preços já conhecida para o sector mostra-nos um Ministério à deriva, ao serviço exclusivo de meia dúzia, sem o mínimo respeito por 32% da população que no sector vai sobrevivendo.

A tentativa de anular a melhoria de nível de vida conseguida pelos agricultores após o 25 de Abril está na forja. Este Governo prefere importar e subsidiar as importações a fomentar, reestruturar e dinamizar o sector. As já velhas teses têm agora novos defensores. Talvez tenha valido a pena este Governo para que os que têm memória curta e possam avivar.

No consumidor os produtos aumentam em média 15,5% e nos produtores, pelos preços conhecidos, não ultrapassam em média os 5%.

Srs. Ministros: É à custa do sector mais subdesenvolvido que o Governo quer controlar a inflação? Muitos agricultores votaram AD, mas, com esta política baseada no afrontamento, no compadrio, na exploração dos agricultores e na incompetência, muitos deles abriram já os olhos. O tempo dirá!

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão): — Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de fazer um protesto em relação à intervenção que acabámos de ouvir.

Uma voz do CDS: — Nem merece!

O Orador: — Na verdade, 80 % desta intervenção foi claramente injuriosa, sobretudo para o Governo...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Sr. Gualter Basílio (PS): — Não querem ouvir a verdade!

O Orador: — ..., e, por isso mesmo, embora não mereça resposta, merece com certeza um protesto. E esse protesto aqui fica lavrado sem mais demoras porque o Governo não quer gastar o seu tempo neste tipo de protestos.

O Sr. Gualter Basílio (PS): — Desminta!

O Orador: — Em segundo lugar, queria também dizer, ainda em termos de protesto, que os 20 % restantes têm mais a ver com uma interpelação que não foi feita sobre a Reforma Agrária do que com as interpelações que aqui têm estado a ser feitas.

Finalmente, queria pedir a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que desse a palavra ao Sr. Ministro do Comércio e Turismo a fim de esclarecer a Câmara sobre a parte respeitante a preços.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Campos quer responder já ao protesto que lhe foi feito?

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, não sei se o Sr. Ministro do Comércio e Turismo se irá basear na intervenção que acabei de fazer. Se assim for, guardar-me-ei para o fim, assim como em relação a eventuais pedidos de esclarecimento ou outros protestos que possa haver.

O Sr. Presidente: — Suponho que sim, não é verdade, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Basílio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com certeza sobre a intervenção do Sr. Deputado António Campos que irei usar da palavra, no que respeita à fixação de preços de alguns dos produtos que o Sr. Deputado referiu, mais concretamente em relação ao preço do azeite, do leite e do trigo, começando a tratar de cada um deles pela ordem por que foram enunciados.

No que respeita ao azeite, este Governo deparou com um preço fixado pelo Governo da Sr.^a Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, de 92\$ à produção. O actual Governo, baseado na necessidade de os produtores verem aumentado o preço desse produto, aumentou imediatamente o preço à produção de 92\$

para 95\$. Ou seja, o preço que estava fixado nos Governos anteriores possibilitava que a azeitona não fosse colhida das árvores, possibilitava que o preço dado à produção fosse inferior aos custos de produção.

Nesta altura, e com o preço fixado em 95\$, o que se verifica é que o Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos teve a maior compra de sempre de azeite à produção. Praticamente, o preço de 95\$ tem possibilitado a venda directa, dos produtores ao Estado, desse azeite. E tudo isso dentro de uma política concertada do sector, ou seja, o Governo tem como objectivo servir ao consumidor azeite puro, fazer com que as misturas que até agora eram correntes pudessem deixar de existir.

Até ao momento, o que se verificava era que o baixo preço do azeite possibilitava a fácil mistura de óleo com esse produto. Através do aumento de preço à produção, por um lado, e, por outro, através do embalamento de azeite pelo Estado, pela primeira vez há um Governo que tem a coragem de vender azeite puro com a garantia de qualidade do Estado, possibilitando assim que o consumidor veja esse produto genuíno pela sua qualidade, do mesmo passo que o produtor vê o seu preço aumentado de 92\$ para 95\$.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Ministro, é capaz de esclarecer a Câmara com que percentagem da produção nacional de azeite é que o IAP está a fazer essa política? Não é verdade que o IAP não pode, com o crédito que tem, comprar mais de 15 % da produção nacional de azeite? Para onde vão os outros 85 %?

O Orador: — Sr. Deputado, eu quero dizer-lhe que inicialmente a linha de crédito do IAP foi de 900 000 contos. Neste momento já existe uma proposta — outras existirão — de aumento dessa linha de crédito para 1 200 000 contos.

Aplausos do PSD e do CDS.

E se o Sr. Deputado diz que a linha de crédito não chega para o IAP comprar o azeite à produção, devo também dizer-lhe que o preço fixado pelo Governo à produção, pela primeira vez, é um preço justo, senão a produção não vendia, de certeza, o azeite ao IAP, vendia-o ao comércio privado.

Aplausos do PSD e do CDS.

Vozes do PS: — É falso!

O Orador: — É verdade. Por outro lado — e ainda em relação ao preço do azeite e no que respeita ao armazenista —, houve, efectivamente, um aumento da margem do armazenista. Essa margem era manifestamente reduzida...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Não dava para a mixórdia!

O Orador: — ..., era um incentivo a que se vendesse azeite adulterado porque só quem podia dar

maiores margens aos retalhistas e ao comércio era quem podia ter maiores margens no produto. Se nós fixássemos uma margem de comercialização que ficasse abaixo do verdadeiro custo dessa comercialização, isso, Sr. Deputado, era pura demagogia, que o Governo se recusa a fazer.

Se se continuasse a dar margens de comercialização não compensadoras, o comerciante era tentado a vender azeite de mais baixa qualidade para assim conseguir na qualidade do produto o lucro que lhe faltava na qualidade do azeite puro, ou seja, do produto genuíno. Foi por isso que, tendo aumentado todos os custos, o Governo não podia manter inalterável a margem de comercialização, tendo-a, por consequência, aumentado. E pode dizer-se que aumentou mais a margem de comercialização do que o preço pago à produção.

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — Mas eu respondo ao Sr. Deputado António Campos o seguinte: em ano de escassez do produto, em ano em que o produto faltava no mercado e em que houve necessidade de recorrer à importação, os Góvernos anteriores fixaram o preço de 90\$. Em ano em que há abundância do produto, em que inclusivamente há uma oferta superior à procura, o Governo tem a coragem de subir o preço do produto.

Umas vezes a oposição critica este procedimento do Governo, outras vezes critica-o por não ter aumentado. Não sabemos o que é que a oposição deseja relativamente a preços de produtos agrícolas.

Aplausos do PSD e do CDS.

No respeitante ao preço do leite, acontece que o preço que se encontrava fixado era considerado um preço justo para unidades bem dimensionadas e explorações de dimensão apropriada. Em relação às outras unidades de exploração — e tem razão o Sr. Deputado António Campos se disser que as outras unidades correspondem a cerca de 85% do número de produtores de leite, portanto do número de agentes económicos do sector —, esse preço pode não ser compensador e aí o Governo será o primeiro a dar-lhe razão.

Mas, para isso, o Governo, em vez de subsidiar indiscriminadamente quem precisava e quem não precisava do subsídio, preferiu fazer um fundo no valor de 700 000 contos que, já está constituído por despacho conjunto dos Ministérios da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, para beneficiar as unidades de pequena dimensão, para as dimensionar e para lhes dar a possibilidade de, a curto prazo, serem competitivas.

Foi preferível usar o subsídio nesse sentido do que o usar para subsidiar explorações que não necessitavam, neste momento, de um preço mais elevado.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o preço do leite ao consumidor aumentou apenas 10%, ou seja, passou de 10\$ para 11\$, que também foi o menor aumento deste produto praticado depois do 25 de Abril.

O preço do trigo é uma questão que se prende com o regime cerealífero, que está longe de estar

definido, que está longe de estar fixado, pelo que qualquer discussão, neste momento e a esse propósito, seria precipitada e descabida.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado António Campos...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não merecia! Perdeu o seu tempo.

O Orador: — ..., pelo qual eu tenho alguma consideração porque como Secretário de Estado da Estruturação Agrária, desenvolveu uma determinada política em relação ao campo forrageiro que não teve qualquer influência na política agrícola nacional. E se não a teve foi porque talvez não tivesse tido a consequência do pensamento do então Secretário de Estado, nessa altura.

Por isso, eu queria protestar pela forma como o Sr. Deputado António Campos ataca a política agrícola que está a ser levada a cabo neste momento.

É evidente que desde 1974 a esta parte nós temos sempre ouvido falar nesta Câmara de uma política de Reforma Agrária e não de uma política agrícola nacional, que entendo ser não só uma reestruturação fundiária mas também uma potencialidade produtiva do Centro e Norte do País, que não tem sido devidamente equacionada pelos Góvernos anteriores, inclusivamente a política desenvolvida pelo Partido Socialista quando foi Governo, quando teve as pastas da Agricultura, do Fomento Agrário e da Estruturação Agrária.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Pastas e negócios!

O Orador: — Além do mais, queria dizer a esta Câmara que são puramente demagógicas, e até falsas, algumas afirmações, relativas a majorações, feitas pelo Sr. Deputado António Campos, que podem induzir a Câmara em erro.

Queria, pois, perguntar ao Sr. Deputado se as majorações estão ou não consignadas no articulado da Lei de Bases da Reforma Agrária, que o Partido Socialista aprovou em 1977.

Queria ainda, muito objectivamente, dentro da amizade que nos possa ligar, perguntar-lhe se a família Costa Pinto tem os 5000 ha que afirma ter, quais as propriedades e qual a pontuação desses 5000 ha e se porventura há na família outras explorações distintas. É lógico que a Lei de Bases da Reforma Agrária é peremptória nesse aspecto.

Vou ainda focar o problema dos trabalhadores. A minha bancada defende os trabalhadores rurais...

Risos do PS e do PCP.

..., está com eles numa política agrária integrada para o desenvolvimento económico deste país e entende que eles são parte integrante do mundo rural e que, por conseguinte, não podem ser abstraídos da problemática da agricultura nacional. Quero com isto afirmar que nós perspectivamos uma política agrícola em que o trabalhador rural tenha aí o seu papel.

Já num outro dia perguntei ao Sr. Deputado Miranda Calha — e hoje volto a perguntar ao Sr. Deputado António Campos — se os trabalhadores rurais do Centro e do Norte do País, onde não existiu a chamada Reforma Agrária, que tanta gente apelida nesta Câmara como o facto político nacional, não usufruem mais benefícios do que os que usufruem os trabalhadores rurais das UCPs do Alentejo.

O Sr. Vítor Louro (POP): — Oh, Sr. Deputado!

O Sr. Gualter Basílio (PS): — Este só com explicador!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Casqueiro.

O Sr. José Manuel Casqueiro (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É estranha a forma como o Deputado António Campos, mais uma vez, expõe as questões nesta Assembleia. E que, lamentavelmente, o Partido Socialista está hoje, de forma perfeita, identificado nas suas posições em política agrária com o Partido Comunista.

Protecção do PS.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Não sabes outra!

O Sr. Gualter Basílio (PS): — Provocador ordinário, reles.

O Orador: — Gostem ou não, esta é a verdade.

Não posso deixar de salientar a identidade total das posições do Partido Socialista com as afirmações há dias aqui expressas por um Deputado do Partido Comunista, que acusava de ilegalidade a actuação do Governo, quando afinal o Partido Socialista, que eu saiba, não fez baixar até agora nenhum processo à Comissão de Apreciação dos Actos do Ministério da Agricultura e Pescas. Se há ilegalidades, façam lá baixar os processos; se não há ilegalidades, então não especulem como têm feito até agora.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Disse o Sr. Deputado que a Aliança Democrática, pela distribuição individual de terras, defendia o desemprego para milhares de trabalhadores. O que a Aliança Democrática defende é que haja uma nova estrutura agrária, social e política no Alentejo; o que a Aliança Democrática deseja é que os trabalhadores rurais possam optar entre se querem trabalhar no sector privado ou no sector colectivo ou se querem ser detentores do seu próprio pedaço de terra para trabalharem, isto é, terem o direito e o acesso à liberdade.

Compreendo que o Sr. Deputado António Campos — e muito menos o Partido Comunista — não goste que se diga que o subemprego que existe camuflado no Alentejo custa ao País mais de 1 200 000 contos através do crédito agrícola de emergência.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Que ignorante!

O Orador: — O que é verdade é que este subsídio do crédito agrícola de emergência só vai para menos

de 8 % da população agrícola do País. Se fosse extensível a todo o País, teríamos uma situação bem diferente.

Disse também o Sr. Deputado que a política actual do Governo estaria a levar a um maior volume das nossas importações. É curioso — e não posso deixar de o referir — que o produto agrícola bruto, em Portugal, era de 18 milhões de contos em 1973; em 1978, por efeitos da «boa gestão» de comunistas e socialistas, era somente, em valores constantes, de 14 milhões de contos — produzímos bem menos, éramos bem mais pobres, na agricultura portuguesa, do que anteriormente.

O Sr. Deputado falou também no problema do leite e esqueceu-se de dizer que o Governo já definiu a política do leite, que não é a de manter os preços, é sim a de compensar, claramente, os agricultores dando-lhes um subsídio, agora de cerca de 4 tostões em cada litro de leite e a partir de Setembro, de 15 tostões por litro.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Está bem informado!

O Orador: — Isto é ainda claramente apoiado por uma intervenção por parte do Governo que vai absorver todos os excedentes, que custam aos Portugueses cerca de 320 000 contos, em apoio claro aos produtores de leite nacional.

A propósito do problema dos preços — que também focou —, refiro-lhe só o problema dos cereais: em 1977, quando o Partido Socialista estava no Governo, os cereais aumentaram 20 % para os produtores; em 1978 aumentaram 12 % e este ano aumentaram 44 %. Mas é claro que isto é pouco para o Partido Socialista!

Gostaria, de uma vez por todas, Sr. Deputado António Campos, de esclarecer-lhe com toda a clareza sobre o problema dos créditos, já que tanta vez se fala deles nesta Assembleia.

O Sr. Vítor Louro (POP): — Já traz a resposta ao requerimento ou ainda não?

O Orador: — Os créditos foram concedidos ao abrigo da circular de 27 de Abril de 1977 do Crédito Agrícola de Emergência e foi-lhes ainda dada cobertura pelo Decreto-Lei n.º 16/78, de 18 de Janeiro, decreto este assinado pelo então Primeiro-Ministro Mário Soares.

Isto quer dizer que todas as concessões de crédito foram feitas ao abrigo de legislação elaborada pelo Partido Socialista. Foi o próprio Deputado António Campos, ao tempo Secretário de Estado da Estruturação Agrária, que, em despacho seu, o tornou extensivo às UCPs.

Há dias afirmei nesta Câmara — e demonstro-o, porque tenho photocópias — que o Partido Socialista, quando era Governo, deu a seis cooperativas socialistas 46 000 contos para elas se desanexarem da Margem Esquerda. E, curioso, vi com agrado há dias o Partido Comunista a bater palmas a este facto. E, pior do que isto, é que, enquanto estes empréstimos foram concedidos pelo Governo socialista e pelo então Secretário de Estado António Campos contra o parecer dos Serviços Regionais do Ministério da Agricultura e Pescas, os empréstimos concedidos por este

Governo foram efectuados com a informação dos dos mesmos Serviços Regionais e estão perfeitamente cobertos sob o ponto de vista legal.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Parece um inspector do Ministério!

O Orador: — Já vi que não gostam daquilo que estou a dizer.

Risos do PCP.

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Estamos muito divertidos!

O Orador: — Apesar de não gostar de trazer aqui uma perspectiva pessoal do problema — embora se estejam aqui a atingir pessoas, o que eu considero perfeitamente inadequado a uma Assembleia...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

... —, devo dizer que às pessoas a quem o Sr. Deputado António Campos acaba de tentar atingir o Estado deve-lhes em indemnizações cerca de 30 000 contos. Receberam um crédito de 23 000 contos que têm completamente investido. Tenho comigo os documentos comprovativos dos investimentos feitos.

Mas parece que a grande preocupação do Sr. Deputado, e talvez do Partido Socialista, é a de que há portugueses que têm a coragem, depois de terem sido roubados, de pedirem empréstimos ao abrigo de leis que o próprio Partido Socialista criou e de investirem em Portugal.

E critica-se que haja portugueses que tenham dinheiro depositado nos bancos em Portugal. Se fossem socialistas, talvez o tivessem na Suíça!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM e protestos do PS.

O Sr. Gomes Carneiro (PS): — É uma provocação!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Protesto contra as palavras do Sr. Deputado António Campos porque, afinal, o que ele veio aqui fazer foi criticar tudo aquilo que este Governo tem feito relativamente à execução de uma lei que é da autoria do Partido Socialista, mas que não executou por compromissos assumidos na altura com o Partido Comunista Português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Protesto ainda porque quando o Sr. Deputado António Campos refere que a entrega das terras aos trabalhadores provocará inevitavelmente o desemprego, não leva em conta as explicações que já foram aqui suficientemente dadas: que é através do estabelecimento de indústrias transformadoras no Alentejo que nós conseguiremos absorver o excedente, que o Sr. Deputado sabe muito bem existir neste momento, de gente em situação de subemprego e de autêntico Fundo de Desemprego, que serviu durante muito tempo na Zona de Intervenção da Reforma Agrária. Não tem como fim a política deste Governo criar desemprego no Alentejo, ao contrário daquilo que tem sido dito.

Quanto à entrega de terras a trabalhadores para posse útil, parece-nos fundamental — e acho muito estranho que o Sr. Deputado não tenha pelos menos elogiado estas iniciativas do Governo — lembrar aquele *slogan*, tão utilizado pelo Partido Comunista e algumas vezes também pelo Partido Socialista, «a terra a quem a trabalha». Tenho impressão que esse *slogan* tem compatibilidade absoluta e tem a sua expressão máxima nesta entrega útil de terras aos trabalhadores, que o Governo já está a levar a efeito.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mais ainda, Sr. Deputado, queria lamentar que partidos com os quais V. Ex.^a, através da sua intervenção, parece perfeitamente identificado e comprometido estejam igualmente a dificultar na prática e a desencorajar trabalhadores de ficarem com a posse útil das terras. Refiro-me concretamente, para que não haja dúvidas, à herdade nacionalizada da Comporta, em que os caciques do Partido Comunista desencorajam os trabalhadores de receberem a posse útil das terras. Se os Srs. Deputados quiserem, posso fornecer-lhes elementos concretos.

Lamento, portanto, Sr. Deputado, que não tenha tido uma palavra de apreço por tudo isto e protesto porque, ao fim e ao cabo, parece que veio aqui criticar tudo aquilo que não quis ou não pôde fazer quando esteve no Governo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro Basílio Horta: Foi para lhe fazer uma observação que pedi a palavra.

V. Ex.^a fez, salvo erro, uma referência inexacta em relação ao azeite. É que o preço do azeite anterior a este que está em vigor foi fixado pelo Governo Mota Pinto em 1978. Mas escamoteou — quero crer que sem intenção, o que não também deixa de ser lamentável porque revela falta de informação — uma coisa fundamental. É que o Estado só garante a aquisição de azeite, e até certos limites — os limites do seu crédito —, com uma graduação máxima de 4 graus.

Acontece que uma larga percentagem da produção nacional de azeite ultrapassa esses 4 graus. E no Algarve — o distrito que eu aqui represento — 80% do azeite tem mais do que essa graduação de acidez e acontece esta coisa curiosa: devido à incapacidade de o Estado agir relativamente a isso, o que se passa é precisamente o contrário do que disse o Sr. Ministro. É que este ano estão a praticar-se, em relação aos agricultores que não percebem, preços de azeite em média 10\$ a 5\$ inferiores aos praticados em 1978-1979.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro não esclareceu este assunto e isto significa que há uma larga especulação devida à produção relativamente grande que este ano se observou na safra do azeite e que leva os grandes intermediários, os grandes detentores das fábricas e das instalações industriais de refinação a especular em

sobre os produtos, obrigando-os por falta de vasilhame e por falta de dinheiro, a vender o seu azeite para refinação — e algum até nem é para refinação, o Sr. Ministro sabe-o bem — que aparece no consumo directamente, misturado com óleo, a preços entre 5\$ a 10\$ inferiores, por cada litro, aos preços praticados há um ano atrás.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos para responder.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Infelizmente estou condicionado pelo tempo, dado que o meu partido tem mais três ou quatro intervenções a fazer e eu não posso, de maneira nenhuma, prejudicar as intervenções dos meus camaradas.

De qualquer maneira, gostaria de referir aqui simplesmente duas questões. O Sr. Ministro Pinto Balsemão considera injuriosa a minha intervenção. Mas ela está documentada com factos e tenho aqui todos os elementos que confirmam os dados que dela constam.

Como o Sr. Ministro do Comércio e Turismo disse que amanhã estará presente um delegado do Ministério da Agricultura e Pescas, penso que ele venha explicar porque é que ao presidente da CAP e aos seus amigos são dadas condições que os outros agricultores não têm. Espero que também esclareça a forma como estão a ser organizados os processos de entregas de reservas e o modo como eles respeitam a lei. Citei alguns exemplos de irregularidades verificadas na organização desses processos precisamente para dar a possibilidade ao Governo de os clarificar. Deste modo, aguardo, serenamente, a desmontagem das injúrias que fiz ao Governo.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo referiu-se também à comercialização do azeite. A minha convicção é que o último preço público do azeite — eu sei que houve o preço que o Sr. Ministro citou, mas não chegou a ser publicado —, era de 90\$ o litro e que agora passou para 95\$. Mas acho que é lamentável que se aumente 5% ao produtor e 12% ao intermediário. Se tivesse de haver alguma medida nos preços, penso que valeria a pena beneficiar o produtor em detrimento do intermediário, cuja percentagem de lucro já era muito elevada. Que felizes seriam os agricultores em Portugal se ganhassem 34\$ por litro de azeite ou mesmo um terço do que ganha a rede comercial!

Quanto ao preço do trigo, apenas vou fazer uma pequena referência. O Sr. Deputado Casqueiro anunciou que este ano vai ser aumentado em 44%. Congratulo-me com isso, mas o Sr. Ministro disse que a política de comercialização ainda não estava definida.

Risos do PS e do PCP.

Aquilo de que tenho conhecimento é que vai ser aumentado para 12\$30. Portanto, há aqui uma questão a acertar entre o Sr. Ministro e o Sr. Deputado Casqueiro para ficarmos a saber qual vai ser o preço do trigo.

Por outro lado, o Sr. Deputado Mário Lopes fez uma intervenção relativa às pastagens e às forragens. A meu ver, o interesse nacional exige a qualquer Governo, seja ele qual for, que em primeiro lugar considere o aproveitamento dos recursos naturais dispo-

níveis. E o que afirmei foi que o subsídio pago às rações, que na maioria são importadas, é superior a todo o apoio dado ao sector agrário.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Esta é uma afirmação que gostaria que o Governo desmentisse.

O Sr. Deputado Casqueiro é habitual no uso deste tipo de intervenção: «O que o Partido Socialista diz é sempre uma conotação com o PCP.» Aquilo que nos interessa, Sr. Deputado, é a verdade. Eu já o desafiei várias vezes para esclarecer a verdade nesta Câmara e para explicar porque é que os seus amigos se estão a governar à custa do MAP e o senhor ainda não foi capaz de provar o contrário. É isso que o senhor tem de explicar aqui.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PCP e do MDP/CDE.

A razão desta minha intervenção é a de saber se há solidariedade total do Governo com os seus amigos, que estão hoje no MAP a governar-se. É isso que está em causa e tem de ser clarificado, porque nós e o povo português o exigimos e queremos saber quais são as atitudes que o Governo vai tomar. Não podemos permitir que meia dúzia de cidadãos se estejam a governar à custa do esforço total do povo português.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do PCP.

O Sr. Pedro Vasconcelos (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Pedro Vasconcelos (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estabelecemos esta manhã, por consenso, regras rígidas quanto à administração do tempo dos partidos durante este debate. Em obediência a essas regras, o Sr. Deputado Casqueiro não responderá ao Sr. Deputado António Campos. Tenho pena que o não faça. Tenho o maior respeito pelo Partido Socialista na sua luta pela defesa da democracia, mas estranho as intervenções do Sr. Deputado António Campos, que me parecem destoar do estilo normal.

Julgo que não são apenas problemas ideológicos que nos separam. Quase me arriscava a sugerir, porque se trata praticamente da repetição dos mesmos assuntos, que são problemas patológicos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

De qualquer forma, não queria deixar passar em claro que o silêncio do Sr. Deputado Casqueiro é imposto por disciplina partidária.

Risos do PS.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Aguenta!

O Sr. António Guterres (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejava protestar muito singelamente pelas afirmações feitas pelo Sr. Deputado Pedro Vasconcelos, que não me parecem correctas, em relação ao meu colega de bancada António Campos, sem querer, no entanto, entrar em polémica.

Aplausos do PS.

Mas não posso deixar de sublinhar as insinuações malévolas feitas pelo Sr. Deputado Casqueiro acerca da presença de dinheiros na Suíça e da origem ideológica dos mesmos.

Vozes do PS: — Que o prove!

O Orador: — Estou convencido, Sr. Deputado Casqueiro, de que se formos a ver a origem ideológica da maior parte daqueles que têm dinheiro no exterior do País, não os encontrará no Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou dar um esclarecimento muito rápido sobre as objecções feitas pela bancada do Partido Socialista.

Esclareço, o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira de que, efectivamente, o último preço oficial do azeite era de 90\$ por litro, mas que estava preparado, pelo último Governo, um preço de 92\$ que chegou, suponho eu, a ser publicado no *Diário da República*. De qualquer forma, a subida do preço agora verificada foi de 92\$ para 95\$.

Quanto ao problema dos 4º de acidez que referiu, é um problema com o qual o Ministério se defrontou. E aí, como o Sr. Deputado bem sabe, o Ministério nada poderia fazer. Não podemos incentivar a produção de um produto que não pode ser consumido. Um azeite com mais de 4º de acidez não é um azeite susceptível de ser comercializado e vendido, principalmente quando a política do Governo é no sentido de garantir a genuinidade e as melhores condições do produto. Só assim se comprehende que o IAP esteja a embalar e vá, a muito curto prazo, vender azeite com a garantia do próprio Estado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Logo, em relação a esse tipo de azeite que o Sr. Deputado referiu, o que há a fazer é os produtores refiná-lo e depois vendê-lo ao IAP nas condições que este organismo já publicitou há bastante tempo.

É só isso que há a fazer. E nessas condições esses azeites serão comprados pelo IAP.

Quanto ao problema do preço do trigo, apenas quero dar um esclarecimento ao Sr. Deputado António Campos, que é o seguinte: é que o preço do trigo em 1979 não foi efectivamente de 11\$ por quilograma. E era bom que isto ficasse clarificado. O preço, Sr. Deputado, foi de 8\$ por quilograma. O que aconteceu foi que nessa altura houve um

subsídio eventual, a título de mau ano cerealífero, de 2\$20. Portanto, o preço fixado foi de 8\$, mais 2\$20 a título eventual e com base em que foi um mau ano cerealífero. Assim, o ponto de partida que o Sr. Deputado tem de considerar não são 11\$ mas sim 8\$.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os escassos dois meses sobre os quais se desenvolveu a acção deste Governo, viram acentuar-se a níveis desmedidos tudo aquilo que de mais reaccionário e antipopular vinha de trás, mas agora levado à prática de uma forma mais brutal e violenta.

A política desenvolvida ao longo destes dois meses surge já aos olhos de largas camadas da população como amostra do que representa de facto a direita arrogante e revanchista no poder.

Se a maioria do povo português, já nas eleições de 2 de Dezembro, havia demonstrado nas urnas a sua oposição a esta coligação das diferentes forças representativas do grande capital e do imperialismo, a verdade é que hoje, enquanto esses têm a confirmação dos seus receios bem fundados, muitos daqueles que aspiravam, e com razão, a uma mudança tantas vezes prometida e que haviam sido levados a depositar as suas esperanças na manhosa Aliança, começam já a ver frustrados os seus propósitos, a ver espezinhadas as promessas mil vezes repetidas por aqueles que apenas pretendiam angariar votos de entre a massa imensa dos descontentes com os rumos que o País ia seguindo.

Mas que tem feito o Governo ao longo destes meses, que parecem anos, tão profundos e violentos têm sido os golpes desferidos contra os interesses do povo e do País?

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Na sequência da campanha eleitoral em que a dita AD lançou mãos às técnicas mais modernas da demagogia e da caça ao voto, foram inscritos no Programa do Governo, como objectivos a prosseguir, o aumento do poder de compra e a redução do desemprego, como vectores fundamentais de uma política económica que, como então se prometia, deveria ser orientada para a resolução dos grandes problemas com que se debatia o povo português. Tais objectivos, propalados por um Governo com as características deste, foram de imediato caracterizados pela UDP com o rótulo que nos mereciam e que o próprio desenrolar dos acontecimentos se encarregou de comprovar à sociedade.

Dois meses de actividade governamental evidenciaram já as verdadeiras motivações deste Governo que os lindos objectivos prioritários inscritos no seu programa visavam encobrir.

Eles prometiam aumentar o poder de compra dos Portugueses que a política do 25 de Novembro por eles partilhada reduzia a níveis tão baixos, que o insuspeito presidente da Câmara de Comércio Luso-Alemã se admirava, em recente artigo publicado no

Diário de Notícias, por não provocar uma maior oposição do movimento sindical português.

Mas o que temos vindo a assistir é à continuação e acentuação da perda do poder de compra dos trabalhadores.

Enquanto os Srs. Ministros tomam a liberdade de melhorar lautamente as suas «condições de trabalho», podendo dessa forma arrecadar mais uns 27 000\$ mensais dos cofres públicos, continuam a negar aumentos condignos a sectores profissionais em que os salários reais se quedam, já hoje, por níveis inferiores aos de 1968. A política deste Governo tem-se pautado por critérios orientados no sentido de multiplicar os obstáculos aos aumentos salariais que, no mínimo reponham o poder de compra entretanto perdido. É nesse sentido que aponta a retenção das 40 convenções colectivas de trabalho, a que só a pronta luta dos trabalhadores pôs cobro, e é igualmente nesse sentido que aponta a provocatória proposta de aumento de 7% dos salários dos funcionários públicos para o ano corrente.

De facto, um Governo que inscreve como objectivo prioritário, no seu Programa, a melhoria do poder de compra dos trabalhadores e propõe aos cerca de 300 000 funcionários da Administração Pública um aumento daquela ordem de grandeza, quando se sabe que o custo de vida aumentou 24% em 1979 e irá aumentar, nas sempre optimistas previsões do próprio Governo, cerca de 20% em 1980, o menos que nos pode merecer é a denúncia da sua reles e baixa hipocrisia.

Neste aspecto, o objectivo será por certo fazer algumas «flores» nas taxas e escalões do imposto profissional e complementar, mas à custa dos trabalhadores da função pública e do degradar das suas condições de vida, e não dos rendimentos dos grandes capitalistas que fogem ao fisco.

As resoluções recentemente divulgadas pelo Governo e eufemisticamente apelidadas de «medidas anti-inflacionistas» e reafirmadas pelos Ministros neste debate, visam na prática a criação de empecilhos de várias ordens aos aumentos dos salários dos trabalhadores. Várias das medida incluídas no chamado «pacote das 15 medidas» visam os objectivos atrás referidos. Igualmente muitos dos ataques às empresas nacionalizadas, que se vêm multiplicando nos últimos tempos, apontam nesse mesmo sentido.

Ao anunciar uma diminuição de 20%, em termos reais, dos subsídios às empresas públicas que deles carecem por força da utilidade social dos bens e serviços que fornecem, e tendo em conta a situação financeira da generalidade dessas empresas, legada pelos antigos proprietários a que os sucessivos Governos jamais puseram cobro, visa-se a criação de condições favoráveis ao cerco e à desagregação do sector nacionalizado da economia e à sua submissão integral à lógica da acumulação capitalista privada.

Relativamente ao desemprego, cujo nível o Governo AD prometia diminuir, a verdade é que se vêm sucedendo as declarações de excesso de trabalhadores em variados sectores de actividade. A perspectiva da integração ruinosa do País no Mercado Comum Europeu torna ainda mais candente o problema da racionalização capitalista da agricultura, da Administração Pública, da banca e seguros e de inúmeras empresas na indústria e nos serviços. Ora, é por de-

mais evidente que esse esforço de «racionalização» vai implicar dezenas de milhares de despedimentos nos anos mais próximos, em que as perspectivas de criação de novos postos de trabalho são relativamente escassos num capitalismo em crise e numa sociedade em que o investimento vem desacelerando e conhecendo mesmo quebras, como aconteceu em 1979.

Por outro lado há que ter em conta o enorme campo de manobra que este Governo concede ao patronato e a enorme confiança que nele inspira, o que vem facilitando os processos de despedimento. As autorizações de despedimento colectivo na Standard Eléctrica e na Audio Magnetics são disso exemplos elucidativos.

A generalização dos despedimentos selectivos, incidindo sobretudo sobre dirigentes e delegados sindicais, bem como sobre membros de comissões de trabalhadores, a multiplicação dos contratos de trabalho a prazo e a recente introdução dos chamados prémios de produtividade são, entre outras, armas de que o patronato e este Governo às suas ordens se servem para enfraquecer e golpear a luta cada vez mais corajosa e generalizada que os trabalhadores, um pouco por todo o lado, vêm desenvolvendo contra as medidas lesivas dos seus interesses e contra a sua aplicação.

Os exemplos do que ontem se passou no sector dos transportes e diariamente se passa nas terras da Reforma Agrária demonstram à evidência que os trabalhadores não se deixam intimidar pelos seus inimigos viscerais que, hoje como no antigamente, visam apenas aumentar o poderio e a riqueza dos grandes capitalistas à custa de quem vive humildemente de um salário cada vez mais carcomido, por uma inflação desenfreada provocada por esses mesmos capitalistas como meio eficaz de empolar os seus ganhos escandalosos.

Relativamente à inflação e ao combate anti-inflacionista, as declarações sucessivamente pronunciadas pelos actuais governantes e as declarações dos Ministros neste debate visam criar na população a ideia de que são os aumentos de salários o grande gerador de inflação. Várias das medidas tomadas apontam nesse sentido. Com esse argumento o Governo vai exigindo uma fundamentação económica e financeira para os pedidos de aumentos salariais onde sabe que há carência de dados estatísticos objectivos. Com essa finalidade o Governo reserva-se o direito de limitar os aumentos salariais sempre que estes possam, do seu ponto de vista, contribuir para acentuar o processo inflacionista...

Igualmente o pressuposto de serem os aumentos salariais a alimentar a inflação levou o Governo a estipular veladamente um tecto para esses aumentos.

Mas a realidade é bem diferente!

Nos últimos anos o principal factor de inflação têm sido os aumentos dos ganhos dos capitalistas e em particular os juros e os lucros.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Tu é que sabes!

O Orador: — Foi em parte com esse objectivo que foram elevadas a níveis altíssimos as taxas de juro. É aliás o insuspeito relatório do Banco de Portugal, em cuja elaboração certamente interveio o actual Ministro da Finanças, a referir o facto de, tanto em 1977 como em 1978, cerca de 70% do custo de vida

se ter ficado a dever aos aumentos dos ganhos do capital, onde pesam sobremaneira os lucros dos intermediários e em menor escala os impostos indirectos que este Governo se propõe aumentar e a desvalorização irá prosseguir. O processo inflacionista conhecerá ainda maior dinamismo com o pagamento dos muitos milhões de contos que o Governo se apressa em pagar aos grandes capitalistas e latifundiários que viram algumas das suas imensas propriedades nacionalizadas ou expropriadas.

A immoralidade deste Governo e a sua concepção de justiça vão, assim, ao ponto de apressar o pagamento de fabulosas quantias, geradoras de inflação, aos grandes capitalistas que sempre oprimiram e espezinharam os interesses de todo um povo, ainda que esse pagamento se faça à custa da redução de despesas em áreas essenciais à melhoria das condições de vida e de habitação da população mais carenciada.

De facto, que dirão desta política as largas centenas de milhares de portugueses (cujos interesses são diariamente espezinhados pelos mafiosos da construção civil, para quem a fraude e especulação são a lei), que aspiram há já tantos anos a uma habitação digna, ao verem as reduzidas verbas que o Governo canalizará para esse sector ou os ataques às cooperativas e ao próprio Fundo de Fomento de Habitação?

Que dirão as populações desalojadas pelo sismo dos Açores da falta de verbas orçamentais para a resolução dos seus gravíssimos problemas, quando os dinheiros públicos são canalizados para os bolsos e contas daqueles que nunca conhecem privações nem dificuldade?

Ao nível da agricultura as medidas tomadas com incidência directa neste sector apontam por um lado para a acentuação do processo de destruição dessa grande conquista de Abril que foi e continua a ser a Reforma Agrária e por outro lado para o desprezo pela situação das populações camponesas das zonas da pequena propriedade rural. De facto, os aumentos brutais dos preços dos factores de produção agrícola e muito em particular do gasóleo, têm provocado justo descontentamento de largas camadas de pequenos e médios agricultores que vêm manifestando o seu descontentamento por esta situação. Muitos destes trabalhadores, para os quais se dirigiu boa parte da campanha eleitoral da AD começam a sentir na carne o infundado das suas esperanças de mudança para melhor e a ver a verdadeira face de um Governo em que a CAP põe a seu bel-prazer. Os apoios governamentais ao sempre actual problema do escoamento dos produtos e a sua remuneração justa haviam ficado ainda mais comprometidos quando o Governo inscreveu no seu programa o propósito de esvaziar e reduzir o papel dos organismos estatais no desempenho dessas funções em favor da iniciativa privada, isto é, dos grandes intermediários provados. Em vez de uma possível reestruturação em novos moldes desses organismos, o Governo prefere tirar-lhes a força que quer dar aos seus apoiantes mais lúcidos.

Relativamente à Reforma Agrária, é por de mais conhecida a violência e brutalidade que vem caracterizando as movimentações do MAP e da GNR no sentido de destruir essa grande conquista de Abril. A inviabilização das UCPs e cooperativas, a negação de créditos, a regulamentação da venda da cortiça, as dívidas que o Estado não paga sucedem-se a par-

das facilidades de todo o género concedidas aos capitalistas agrários, que visam reconstruir grandes explorações protegidas e em parte financiadas pelos dinheiros públicos. Com o desenvolvimento deste processo o desemprego, a fome, a miséria, a insegurança e a incerteza no futuro voltam de novo a invadir os lares humildes dos trabalhadores alentejanos cuja voz o fascismo jamais conseguiu calar.

No Alentejo também os trabalhadores resistem a esta situação iníqua e revoltante e vêm opondo tenaz resistência a um futuro que conhecem do passado.

Os recentes aumentos dos preços dos produtos incluídos no outrora chamado «cabaz de compras», escassos dez meses após os últimos aumentos decididos em pleno consulado de Mota Pinto, revelam, se mais fosse necessário, o profundo desprezo que merecem a este Governo os interesses das camadas mais desfavorecidas que nas eleições demagogicamente prometera defender. Os aumentos desses produtos, muitos dos quais importados, precederam de alguns dias a declaração de revalorização do escudo, que era prometido vir a provocar a redução dos preços dos bens importados. Apesar desses aumentos, queixa-se o Governo de ter ainda de suportar um encargo anual de 23 milhões de contos com a sua manutenção. No entanto o Governo devia esclarecer esta Assembleia sobre quem são os grandes beneficiados desses subsídios, para os bolsos de quem reverte o maior quinhão dessa verba que sai dos bolsos de todos nós. E aí encontrávamos grandes intermediários especuladores que fazem da fraude o gerador de imensas fortunas. Mas contra esses o Governo não irá por certo actuar com firmeza, pois diminuiriam em contrapartida as receitas dos partidos que o apoiam. Houve por isso que arranjar bodes expiatórios e mais uma vez se aponta o pequeno comerciante muitas vezes igualmente vítima da ganância dos grandes.

Se para a UDP já era clara a demagogia, a falsidade e a arrogância do Governo AD, este debate veio confirmar esta visão e sobretudo tornou mais claro perante o povo o seu verdadeiro carácter antipopular e antinacional. Mas pelo seu significado e até pelos seus aspectos caricatos, que reflectem bem a mentalidade invertebrada e provinciana da grande burguesia, queremos salientar algumas questões que sobressaíram no debate.

Assim o Ministro Basílio Horta anuncia afogueado: na Páscoa vamos ter bacalhau seco com fartura! E a boa nova corre célebre pelo País fora. Mas reflectindo melhor as pessoas perguntarão: mas porquê só na Páscoa? Mas, como já na Páscoa, se o Governo não resolve o problema das pescas?

É evidente que o Governo se prepara para fazer qualquer negociação suja em colaboração com os monopólios da pesca a nível internacional e com os grandes armazenistas especuladores. É evidente também que o açambarcamento do bacalhau seco é já hoje uma realidade e que tudo se prepara para uma grande jogada eleitoral. Assim, a AD procurará pôr bacalhau seco em abundância no mercado e lançará o célebre slogan já usado de há muito pela grande burguesia em tempos passados: vota em nós, que se ganharmos haverá bacalhau a pataco...

Tem o Governo aqui esgrimido com a sua competência na resolução de um intrincado problema, o acordo final com a Renault. Só que o Governo não

diz que esse acordo é uma cedência às grandes multinacionais para explorar os trabalhadores portugueses e para subordinar ainda mais a independência nacional aos interesses estrangeiros. Mas, igualmente, o Governo não responde às preocupações dos trabalhadores da Renault da Guarda e às interrogações das populações da região.

Também em grandes paragonas o Governo anunciou e aqui repetiu o combate aos grandes especuladores, no entanto até hoje não se tem conhecimento de nenhuma medida concreta contra esses parasitas. Será que já não existem especuladores? Nada disso. Eles existem, estão cada vez mais activos, uma vez que sentem as costas quentes, pois não têm eles o seu Governo AD a fazer fumaça retórica enquanto descaradamente os protege e incentiva?

E que dizer do assalto à comunicação social? Sabidos que são os objectivos deste Governo, a comunicação social funciona para a AD como instrumento estratégico.

Dois factos queremos hoje aqui denunciar. O primeiro relaciona-se com a nomeação dos directores de programas para a RDP. Nesta medida dois objectivos são claros:

O primeiro, o afastamento de profissionais competentes e progressistas, como José Manuel Nunes e Maria Estela Serrano, e a nomeação de nomes ligados ao fascismo, como Oliveira Pires (durante anos director da Emissora Oficial de Angola) e Moreira da Câmara, o autor das famigeradas «notas do dia» da Emissora Nacional.

O Sr. Carlos Lage (PS): — É essa a mudança!

O Orador: — O segundo relaciona-se com a intolerável intromissão que o Governo está a fazer nos órgãos de comunicação escrita por intermédio do Sr. Vasco Pulido Valente, realizando reuniões semanais com determinados directores de jornais, para impor a orientação favorável ao Governo nesses jornais, marginalizando dessas reuniões certos directores que possam denunciar esta abusiva interferência, caso do *Diário de Lisboa, Portugal Hoje* e *Diário*.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A ofensiva lançada pela AD contra o movimento popular e os sectores progressistas encontram pela frente uma forte resistência e uma profunda indignação das massas laboriosas. Perante uma política que procura lançar os trabalhadores na miséria, estes lutam defendendo os seus direitos e fazendo novas e justas reivindicações. O Governo em vez de satisfazer os anseios populares, conforme, aliás, prometeu no seu programa eleitoral, lança uma orquestrada campanha de manobras intimidatórias sobre o movimento popular e os sectores progressistas das forças armadas.

Esta campanha visa abafar as lutas populares e unir no mesmo bloco o Governo AD e a hierarquia reaccionária das forças armadas para levar à prática o seu plano de fascisização do regime.

Também a estas provocações e manobras o movimento popular responderá de forma certa. As lutas continuarão, serão intensificadas, alargadas e unificadas a nível nacional. Os democratas e antifascistas saberão unir-se e lutar pela democracia e o progresso. Este Governo golpista e provocador será encurralado

e derrotado e os trabalhadores encontrarão os caminhos da esperança e do futuro.

A UDP considera que foi positiva a medida tomada da interpelação ao Governo, pois que ela revelou-se uma importante arma no desmascaramento da AD. No entanto consideramos que para se corresponder às exigências e à dinâmica do movimento popular, para se entrar em consonância com esta dinâmica, é necessário aqui no Parlamento, ir-se até ao fim, isto é, cabe aos partidos que apresentaram esta interpelação apresentar uma moção de censura como o culminar da sua iniciativa. A UDP, impedida arbitrariamente de tomar tão importante iniciativa, votará favoravelmente e considera profundamente errado, ambíguo e até capitulacionista se o PS e o PCP não apresentarem uma moção de censura.

Vozes do PSD: — Até que enfim, já acabou!

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Godinho de Matos.

O Sr. Nuno Godinho de Matos (DR): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Após o 25 de Abril de 1974, gerou-se em Portugal uma instabilidade política assaz grande, a qual se manifestou por seis Governos Provisórios e também já por seis Governos Constitucionais. Acontece, porém, que este Governo se distingue dos anteriores por um facto relevante que é o de ser possível por encontrar a sua força numa maioria plural, diferenciada como todas as maiorias, que lhe permite a estabilidade e a segurança para poder governar e prosseguir com o seu programa e com o seu projecto de acção. Este Governo tem, assim, no escasso tempo de dois meses, procurado, por um lado, estabilizar e pacificar a vida política e pública nacional. Isto, evidentemente, dentro dos seus padrões e das suas opções programáticas, como é natural ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ..., porque qualquer conjunto de forças políticas, e forçosamente qualquer Governo dimanado de um conjunto de forças políticas, tem de ter um projecto próprio e tem de o afirmar. E se esse projecto merecer vencimento, terá o apoio nacional. Se esse projecto não merecer vencimento, não terá esse apoio.

Mas durante estes dois meses, para além de conseguir carrear uma actividade governativa, que seguramente é possível de crítica e contestação, porque tudo o é, e de conseguir dar a esta Assembleia uma estabilidade política que anteriormente não existiu, também este Governo foi capaz de se lançar numa actividade criadora e inovadora, a qual se materializou há bem pouco tempo no pedido de autorização para alterar a lei da delimitação dos sectores público e privado. E digo que é uma iniciativa rica e criadora porque com clareza, com veemência e com segurança, se apresentaram novos traços delimitadores de uma filosofia económica que vem substituir toda uma anterior filosofia e que se pensa ser a que melhor serve os interesses do País, na qual se aposta e na qual se joga.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

Perante isto, pensamos que é cedo, após dois meses do início de funções, sujeitar-se este Governo ao debate em que agora nos encontramos. Todavia, isso não deixa de ser legítimo e não deixa de ser bom que assim aconteça, porque é indispensável que os partidos que se opõem ao Governo exerçam as suas faculdades constitucionais e sejam firmes no exercício das mesmas. Mas é bom que se limitem às faculdades constitucionais e legais.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Pensamos que é vantajoso que assim aconteça, porque o facto de se interpelar o Governo, o facto de inclusivamente se vir a confrontar o Governo com moções de censura, cabe nos procedimentos constitucionais democráticos normais, é um direito da oposição, e também a oposição não pode ser mal interpretada por exercer os seus direitos legítimos. O que nos parece que não será tão curial é apodar-se o Governo — o primeiro Governo que em Portugal, desde o 25 de Abril, consegue reduzir a carga fiscal que onera os cidadãos — de contribuir para a degradação das condições de vida dos Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pensamos que pela primeira vez se deram passos efectivos e seguros. E também se terão tomado soluções controversas e passíveis de crítica, porque certamente que nem o próprio Governo se reclama de só cometer actos correctos e deter nas suas mãos a perfeição.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Ah!

O Orador: — Mas pensamos, de facto, que pela primeira vez se conseguiu contribuir, primeiro, para um melhor esclarecimento do modelo económico nacional, segundo, para a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao iniciarmos a nossa intervenção passamos desde já a formular muito concretamente várias questões ao Partido Socialista e ao Partido Comunista que estamos certos o povo português, tal como nós, terá igualmente muito interesse em conhecer as respostas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Vocês é que interpellam?

O Orador: — Os Srs. Deputados apoiam ou não a revalorização do escudo? Apoiam ou não as oposições à política de contenção, quando não de melhoria dos rendimentos reais de grandes camadas da população, através das reduções dos impostos profissional e complementar postas em prática pelo Governo? É verdade ou não é que os aumentos percentuais

dos preços de produtos essenciais é inferior aos registados nos Governos anteriores? Qual a alternativa das oposições à política de preços dos combustíveis implementada pelo Governo? Teriam preferido que se aumentasse a gasolina para 50\$ ou 60\$ o litro, ou, pelo contrário, continuariam a apoiar a greve dos transportes públicos para que o povo português passasse definitivamente a andar a pé?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Consideram ou não as oposições que o poder de compra dos Portugueses apresenta ou aponta para perspectivas de aumentar, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos?

Vozes do PCP: — Nota-se, nota-se!

O Orador: — Reconhecem ou não que alguns preços de bens essenciais já baixaram no consumidor, incluindo produtos e medicamentos?

Vozes do PCP: — Quais?

O Orador: — Os medicamentos importados, Sr. Deputado.

Risos do PCP.

Com franqueza Srs. Deputados das oposições. Se o Governo toma medidas difíceis e impopulares é criticado por elas terem sido tomadas cedo de mais. Se as medidas são agradáveis para a população, acusam-no de demagogia. Será que as oposições pretendem que o Governo se suicide ou, em alternativa, que esmague desnecessariamente os Portugueses com aumentos insuportáveis do custo de vida, conseguindo assim que seja o Governo a perder as eleições em vez de serem as oposições a ganhá-las?

Com franqueza, Srs. Deputados das oposições. A aprendizagem da democracia, na jovem democracia portuguesa, faz-se tanto na oposição como no Governo, e a vossa aprendizagem em oposição é, em nossa opinião, extremamente negativa até aqui.

O vazio do Poder que caracterizou largas épocas do pós-25 de Abril é agora transposto para uma oposição que, embora diferenciada nos seus ataques, está unida no vazio das suas ideias e pela ausência de alternativas concretas.

Mas cabe aqui fazer uma ressalva à intervenção do Sr. Deputado Vítor Constâncio que destoou do tom geral que em nosso entender tem caracterizado as interpelações ao Governo.

Reconhecemos, Sr. Deputado, a profundidade revelada na sua intervenção, o que, aliás, e digo-o com sinceridade, se integra dentro de posições verticais já pelo Sr. Deputado assumidas ao longo dos anos.

O Sr. Deputado reconhece, por exemplo, que descer em 4 pontos de 24% para 20% a taxa de inflação é difícil «em face da actual conjuntura internacional», aconselhando mesmo o Governo a não aumentar os bens nacionais ou internos a níveis superiores a 20%, medida, aliás, que o Governo está a pôr em prática.

Muitas das suas preocupações no campo económico são igualmente as nossas.

É que, de facto, a crise económica nacional e internacional não são situações a desprezar, como o

faz o PCP nas suas análises simplistas da situação económica.

Mas a maior parte das críticas feitas ao Governo têm sido demagógicas e vazias de conteúdo.

E é por de facto o terem sido que me atrevo a colocar uma dúvida ao Sr. Ministro Álvaro Barreto, pese embora a brilhante exposição que aqui lhe ouvimos ontem, e tendo em consideração — e isto convém que ninguém esqueça — que o PPM, embora solidário com a maioria e o Governo, nele não está representado.

E a questão é a seguinte: falou o Sr. Ministro que uma das prioridades do seu Ministério era o sector da produção de energia, mais concretamente a instalação de novas centrais térmicas para produção de electricidade. Se está neste momento em curso a elaboração de um programa sobre política energética nacional no âmbito da Direcção-Geral de Energia, como é possível que serviços do seu Ministério falem desde já numa central a carvão altamente poluidora para Sines, como resposta a um aumento hipotético na casa dos 8% do consumo de electricidade até 1985?

Muitos técnicos do sector, quer em encontros sobre política energética, quer nos vários meios de comunicação social, têm ao longo dos anos vindo a denunciar a concentração progressiva de produção de electricidade pela via térmica em grupos geradores cada vez maiores, como uma política profundamente errada que pode custar ao País dezenas se não centenas de milhões de contos.

É que, de facto, o registo histórico das centrais térmicas em Portugal é bastante claro. Entre 1959 e 1976 instalaram-se grupos de 50 MW na Tapada do Outeiro; na central do Carregado grupos de 125 MW; com a central de Setúbal, neste momento, grupos de 250 MW; com Sines unidades de 300 MW; e assim sucessivamente até atingirmos os 1000 MW por grupo, com o moribundo e hipotético projecto nuclear, tal como era proposto pela CPE/EDP nos tempos do gonçalvismo, hipótese que no entanto é de se pôr desde já de lado, até porque não sendo o PCP governo nem a médio nem longo prazo, isso impossibilitará até a instalação de um reactor nuclear piloto para adquirirmos experiência na matéria, tal como o Sr. Deputado Sousa Marques aqui já nesta sessão legislativa propôs. E até porque tal projecto não consta do programa da AD.

Mas deixo esta pergunta no ar. Saberá a EDP ou os serviços do Ministério da Indústria e Energia que para consumos máximos actuais a nível de cada distrito do continente e de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística só a potência da central a carvão a instalar em Sines é superior a todos os consumos regionais somados, à excepção dos de Lisboa, se a potência a instalar o fosse de uma forma descentralizada e regionalizada? Não se estará supostamente a ajudar à viabilidade do terminal mineralífero pela necessidade de importação anual de 2 milhões de toneladas de carvão para a central térmica de Sines?

É que, de facto, tendo em conta que as centrais termoeléctricas apenas aproveitam cerca de 30% da energia do combustível utilizado e que cerca de metade da energia eléctrica produzida se destina à indústria, conclui-se imediatamente que no consumo de combustíveis do sector industrial se deve ter em conta, pelo menos, o consumo directo e o consumo

indirecto através da electricidade que recebe. E este consumo indirecto tenderá a ser cada vez maior devido ao aumento da componente termoeléctrica na produção da electricidade.

Se é certo que uma política de conservação de energia tal como está consignada no programa eleitoral da AD só pode ter efeitos significativos a médio prazo, como é possível que a EDP continue a apresentar taxas de crescimento de 8% se o produto nacional bruto só aumentará à roda dos 4%, 5% nas melhores previsões, até 1985?

Será que as taxas de crescimento para os próximos cinco anos previstas pela EDP já contemplam a instalação, por exemplo, de uma fábrica de produção de alumínio? Se assim é, então, ao contrário do que afirmou o Sr. Deputado Vítor Constâncio ao ser por mim interrogado aquando da discussão de revisão da lei sobre a delimitação dos sectores público e privado, a questão fundamental, na opinião do PPM, não está em saber se o capital da empresa a constituir deve ser privado (na óptica do PS) ou público (na lógica mais que provável do PCP), pela simples razão de que na óptica do PPM essa empresa nunca sairia do papel.

Bastaria que de facto se exigissem os custos reais na produção de electricidade necessária à produção do alumínio, incluindo os custos de instalação de uma central térmica própria, para o projecto morrer à nascença por não ter qualquer viabilidade económica.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): -- Muito bem!

O Orador: — E será igualmente de considerar que as necessidades de aumento da capacidade de produção apresentadas pela EDP ao Governo já contemplam as potencialidades dos nossos recursos hídricos em pequenos aproveitamentos na ordem dos 5 MW, cujo potencial total se desconhece e que não foram até agora, que se saiba, objecto dos estudos sistemáticos, e que levou inclusivamente o PPM a propor a introdução de emendas nesse sentido, aquando da apreciação do projecto de lei n.º 297/I, que baixou à comissão respectiva?

É que Sr. Ministro, perdoe-nos a franqueza desta intervenção, mas para nós a questão da energia, como aliás, para o Governo é vital para o futuro da melhoria das condições de vida dos Portugueses e da crise económica em que cada vez mais os países mais desenvolvidos que nós mergulham.

É que Sr. Ministro, nós no PPM, condenamos como é sobejamente conhecido o mecanismo das previsões dos sectores básicos de produção — e o passado recente quer a nível nacional, quer internacional só nos tem vindo infelizmente a dar razão.

E se levantámos esta questão é porque não vimos até agora da parte das oposições qualquer pergunta concreta ou realista ao Governo sobre esta matéria, e esta é uma das que é fundamental para o País, Srs. Deputados.

O PPM fez assim uma pergunta muito real, pensando exprimir as preocupações do povo português, que continua sem perceber muito bem o porquê das dezenas e dezenas de milhões de contos previstos para a produção de electricidade, que se reflectem na política do «ou pagas ou corto-te a luz». Nós falamos

de grandes preocupações e vultosos investimentos. As oposições preocupam-se com o bacalhau a pataco. É esta a primeira realidade destas interpelações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As intervenções das bancadas da oposição nesta interpelação ao Governo, no seu conjunto geral, têm-se limitado — aliás como já nos vamos habituando — à quase mera repetição de lamentações ou insinuações sobrejamente conhecidas e diariamente propagandeadas pelos meios de comunicação social que lhes são afectos, até mesmo na imprensa estatizada que as oposições afirmam estar a ser manipulada pelo Governo.

Mais do que interpelação ao Governo, o que se vai aqui a passar é uma interpelação ao Governo e da maioria às oposições.

Elas tiveram quase quatro anos constitucionais para governarem e não o souberam fazer, conforme muito bem o provou o voto do povo português em 2 de Dezembro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Esta interpelação vai-se saldar por mais uma vitória do Governo e da AD.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Primeiro porque ficou mais uma vez demonstrado que as oposições continuam a não ter um projecto alternativo ao do Governo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Depois porque se continuam a afirmar pela negativa, quando não pela má fé ou erguendo fantasmas, como foi o caso da posição assumida pelo PCP aquando da discussão da alteração legislativa concedida ao Governo por esta Assembleia em matéria de delimitação do sector público e privado, e agora de novo reiterada ainda com maior veemência e demagogia nesta interpelação.

A actividade do Governo nestas suas primeiras semanas de governação, na óptica do PPM, tem fatalmente de se saldar em termos positivos para os Portugueses e para o País, pese embora algumas medidas difíceis que sem demagogia o Governo pôs em prática.

E que apesar das greves políticas e das ameaças arruaceiras ao Governo, as oposições, que me lembre, não falaram uma só vez em eleições — fogem delas como o diabo da cruz!

Mas descansem os partidos da oposição. A democracia existe, custou muitos sacrifícios ao povo português para a reconquistar, e Outubro já vem próximo para VV. Ex.º poderem nas unhas saber o que o eleitorado pensa do actual Governo, da sua política e da maioria que o apoia.

E depois terão VV. Ex.º à sua frente quatro anos para tentarem construir na oposição uma alternativa viável à AD.

E deste modo tudo se coloca no seu devido lugar: o Governo governa; as oposições governam-se por entre contradições e ausências de alternativas concretas; os restantes Órgãos de Soberania cumprem a sua honrosa missão de defender a mais legítima, mais nobre e mais promissora conquista de Abril em termos políticos — a democracia e um Governo demo-

crático apoiado democraticamente por vontade majoritária, expressa livremente pelo eleitorado, e que a AD deu a maioria nesta Assembleia.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem deverá ser interpelado nesta Assembleia são as oposições e não o Governo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A política de agravamento brutal do custo de vida motivada pela subida de preços, particularmente de bens de primeira necessidade e grande consumo, está a traduzir-se num degradar das condições de vida das classes e camadas mais desfavorecidas da população, de todos os que vivem do seu salário e particularmente dos reformados e pensionistas.

Isto é tanto mais verdade, pois só na cabeça dos Srs. Ministros os preços estão a descer...

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — ... quando o Governo de Sá Carneiro iniciou a sua actividade aumentando os preços, congelando salários, atrasando a concretização do aumento das pensões mínimas decretado pelo Governo da Sr.ª Engenheira Lurdes Pintasilgo, não aplicando o esquema mínimo de segurança social e não tomou até à data uma única — repito, uma única — medida de carácter social no sentido de contrabalançar esta política de agravamento das condições de vida dos Portugueses.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É a cassette n.º 3

A Oradora: — Até aqui, o Governo que foi tão pronto a subir preços, limita-se a fazer promessas vagas, de lá mais para o Verão algumas medidas sociais virem a ser tomadas.

Na verdade, uma real política social que tenha por objectivo promover uma maior justiça e proteger o cidadão na doença, na invalidez, na velhice ou no desemprego é, claramente contrária à política de um Governo cujo único objectivo é aumentar os lucros do capital e recuperar os privilégios dos latifundiários.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É falso!

A Oradora: — Sendo a maioria dos Deputados dos partidos do Governo tão escassa, não tendo a maioria dos portugueses votado na AD e tornando-se evidente que muitos dos eleitores que votaram na AD apercebem-se já hoje do logro em que caíram e que as promessas eleitorais feitas nada têm a ver com a prática do Governo — é claro que os Ministros se multiplicam em demagogia, em negar as realidades que são evidentes, em promessas, em mentiras ou em meias verdades.

A Secretaria de Estado da Família, por exemplo, anda aí pelo País a prometer o alargamento do abono de família a todas as crianças. Pasme-se! Será ignorância ou má-fé?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nem uma coisa nem outra!

A Oradora: — É que um decreto-lei que está em vigor e que foi chamado à ratificação precisamente pelo partido da Sr.ª Secretária de Estado — do CDS — alarga o abono de família a todas as crianças e é o Governo que não está a cumpri-lo, sonegando assim 240\$ por mês desde Dezembro a crianças dos sectores e camadas mais desprotegidos da população como os rurais, vendedores ambulantes, engraixadores, barbeiros num total de 700 000 crianças.

O aumento do abono de família, particularmente visando as famílias mais numerosas, é uma necessidade evidente que de há muito exigimos, pois desde 1974 tal não é feito, mas exigimos também que desde já se pague os 240\$ às crianças que dele têm direito por lei.

Aplausos do PCP.

É preciso também denunciar para que o povo saiba que o Governo ao não aplicar o esquema mínimo de saúde e segurança social (e que em nosso entender é bem mínimo) está também a não cumprir medidas tão importantes como a atribuição de uma pensão às crianças órfãs, o subsídio mensal às crianças deficientes, o direito à aleitação de recém-nascidos, a pensão a grandes inválidos, além de, como já dissemos, o abono de família.

No que respeita aos reformados e eles não podem ser esquecidos perante uma política de agravamento das condições de vida do povo, pois contam-se entre as suas principais vítimas, a sua situação é dramática. Em 1974-1975, e já que os Srs. Ministros procuraram relembrar essa época, a pensão mínima foi equiparada a metade do salário mínimo nacional, e foi-o bem, cumprindo aliás recomendações da OIT.

As declarações dos responsáveis governamentais pelo campo da segurança social têm procurado criar uma falsa alternativa entre o montante das pensões de reforma e a sua necessária actualização, de acordo com o aumento do custo de vida, com a criação e melhoria dos equipamentos sociais necessários e indispensáveis à terceira idade.

Tal alternativa não é concebível e a Constituição é clara no n.º 1 do artigo 72.º:

O Estado promoverá uma política de terceira idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas.

Da filosofia inerente às concepções governamentais de segurança social, imanam claramente ao arreio do conceito constitucional, o regresso à sopa do pobre ou aos chás canasta das senhoras de sociedade.

Os reformados têm, Srs. Ministros e Srs. Deputados, direito a uma condigna pensão de reforma e a AD prometeu-lhes intitulando-se até seu «porto de abrigo» aumentar as pensões de acordo com o aumento do custo de vida. Os reformados que julguem a diferença que vai das promessas eleitorais aos actos por parte da AD. Estamos certos que não o deixaram de o fazer.

Enquanto os Srs. Ministros e Secretários de Estado andam aí por todo o lado lançando palavras, fazendo demagogia, renovando promessas e porque nós ainda não vimos ninguém viver de palavras, promessas, ou demagogia, o PCP quer deixar bem claras algumas das suas reivindicações fundamentais no campo da segurança social:

1.º Criação de um sistema de segurança social unificado e descentralizado com a participação efectiva dos trabalhadores, através do movimento sindical, na gestão e controlo das instituições, a todos os níveis da segurança social;

2.º Financiamento da segurança social por parte do Estado e reformulação dos actuais sistemas de financiamento em articulação com o sistema fiscal;

3.º Actualização das pensões de reforma, todas, de acordo com o aumento do custo de vida;

4.º Eliminação do regime especial da previdência dos trabalhadores rurais e sua integração no regime geral;

5.º Actualização do abono de família e dos subsídios de nascimento, aleitação, casamento e funeral;

6.º Revisão e actualização da legislação sobre doenças profissionais;

7.º Pagamento em devido tempo das prestações sociais e particularmente da primeira pensão e aceleração do inaceitável atraso das juntas médicas.

Tais são algumas das questões prioritárias que se colocam ao País no campo da segurança social. Que não se diga que o Governo não tem tempo, não tem culpa, que nada disto está nas suas mãos. Pois o Governo tem sido bem rápido a aumentar os preços, a entregar reservas a latifundiários, a preparar a entrega das empresas nacionalizadas aos antigos grupos monopolistas, a intensificar a exploração do povo trabalhador.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a sessão está suspensa até às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa para uma intervenção.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passados quase seis anos sobre 25 de Abril de 1974, parece-nos útil fazer uma análise retrospectiva do que se passou no nosso país no domínio económico.

É ainda cedo para julgar as transformações sofridas pela sociedade portuguesa durante este período, até porque algumas delas atravessam ainda situações de instabilidade e não se tem uma ideia exacta de como e quando se consolidarão.

Mas convirá ir recordando o que se passou, carreando e associando factos, definindo causas, medindo efeitos.

Quando os partidos políticos da oposição interpelam o Governo da Aliança Democrática, estando como estiveram tão envolvidos, directa e indirectamente, na evolução do passado recente, tal análise tem um significado político evidente.

A partir de 1970 a economia portuguesa começou a apresentar sintomas inquietantes. Não posso considerar que existisse uma crise económica merecedora dessa designação.

Era, sobretudo, uma crise psicológica resultante de um sistema político que se esvaziava de dia para dia. Nos meios empresariais sentia-se uma ânsia de fazer funcionar em Portugal os mecanismos normais de uma sociedade evoluída.

As empresas portuguesas mais criativas eram geridas por profissionais que em luta contra as velhas estruturas implantaram durante os anos 60 sistemas de gestão modernizados.

Mas o regime político e a guerra de África corroíam de tal maneira o tecido social que todas as tentativas de modernização acabaram por criar um ambiente patológico.

Internacionalmente começava-se a considerar a limitação dos recursos naturais e daí ao primeiro aumento do preço do petróleo e à crise de energia foi um passo.

Pode dizer-se que a partir dos anos 70 o Mundo enfrentou três crises diferentes, embora com fortes interpenetrações entre si. Nos países evoluídos do Ocidente, uma crise económica provocada pelo envelhecimento das tecnologias; nas países comunistas, uma crise económica consequente do centralismo político e económico; uma crise de estabilidade, entre países fornecedores e consumidores de matérias-primas.

De facto, a crise de energia, as dificuldades de crescimento económico dos países ocidentais, as perturbações sociais que se registam, a poluição do meio ambiente são indícios de um problema mais profundo que só obterá resposta na utilização de novas tecnologias. Estamos a viver com produtos que foram inventados por volta de 1900: o automóvel, o avião, o telefone, etc. Tudo o que se tem feito traduz-se num constante aperfeiçoamento de tais produtos, mas não restam dúvidas de que a sua concepção base e o suporte que representam às nossas actuais formas de vida não resistirão muito mais tempo.

Por mais que alguns queiram, a crise do mundo ocidental não é a crise final de um sistema, mas apenas uma fase de transição para novas tecnologias e para exploração de novos recursos.

O bloco comunista não sente ainda tais problemas. A sua crise está, na opinião dos especialistas, ligada ao próprio funcionamento do sistema político-económico. De facto, a colectivização e centralização da economia não permitem ao bloco comunista crescer ao ritmo necessário para não aumentar o *gap* entre o nível de vida das suas populações e as populações do Ocidente. O aumento de eficiência dos seus aparelhos económicos passa por uma descentralização e por uma redução do grau de colectivização da economia, a qual lhes é politicamente impossível suportar.

A crise das matérias-primas estabelece novas formas de equilíbrio entre países consumidores e fornecedores, com repercussões evidentes nos níveis de inflação e representa uma menor valia da mão-de-obra, no binómio mão-de-obra/matérias-primas.

Estas três crises fizeram com que os anos 70 fossem anos de baixo investimento a nível mundial e daí as disponibilidades geradas nos mercados de capitais, a procura dos metais preciosos, das jóias, das obras de arte e das antiguidades, como valores de refúgio.

Este excesso de liquidez poderia ter representado para Portugal uma excelente oportunidade, se tives-

semos usufruído da estabilidade política e social suficientes.

Nos anos 80 iremos ter mais dificuldades, pois tudo faz prever que o investimento e as bolsas de títulos irão reanimar-se a nível internacional, absorvendo os capitais disponíveis.

Este enquadramento internacional teve, certamente, reflexos na evolução da situação portuguesa, mas é difícil avaliar o grau de correlação existente.

A Revolução do 25 de Abril originou, numa primeira fase, uma explosão salarial comprehensível, mas também uma quebra de produtividade, de que ainda hoje não conseguimos recuperar totalmente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Falso!

O Orador: — Os ataques às hierarquias e consequente quebra de disciplina, o abuso do regime de baixas por doença, as reuniões constantes de trabalhadores motivaram uma redução de produção notória.

Os rápidos aumentos salariais e de benefícios indirectos, conjugados com a quebra de produtividade, traduziram-se, a breve trecho, em colapsos de tesouraria ao nível das empresas e numa pressão crescente sobre o sistema bancário.

O mês de Agosto de 1974 apresentou-se crítico, não se vendo como poderia a banca dispor de recursos para financiar os subsídios de férias. No dia 11 de Julho de 1974, cai o Governo do professor Palma Carlos e a 17 do mesmo mês toma posse Vasco Gonçalves.

Os índices de liquidez da banca deixam de ser respeitados e os salários e subsídios continuam a ser pagos, já fora de qualquer *contrôle* económico.

Em fins de Setembro, Spínola demite-se e faz um discurso que inclui uma análise correcta da situação económica.

As empresas começam a revelar sintomas preocupantes em termos de emprego. O Governo de Vasco Gonçalves proíbe os despedimentos. Mas uma questão surge: como pagar os salários? A estrutura bancária, apesar de fortemente abalada, ainda continua a orientar a concessão de financiamentos, dentro de critérios de riscos e os financiamentos a efectuar estão já muito para além dos riscos normais que qualquer banco pode correr. A situação é ainda mais grave, na medida em que se contém, artificialmente, os preços e se agravam os prejuízos verificados nas empresas.

Se outras razões não existissem, o 11 de Março e a nacionalização da banca e das grandes empresas surge como uma necessidade imperiosa de controlar, revolucionariamente, os recursos financeiros do País, permitindo ao Governo de Vasco Gonçalves a continuação da sua política e o lançamento da operação Reforma Agrária, para a qual serão necessários alguns milhões de contos a fundo perdido.

A nacionalização da banca e a tomada de assalto dos seus conselhos de gestão resolve a situação. Entra-se numa época de delírio financeiro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Para obter financiamentos nos bancos basta apresentar uma folha de salários. Comis-

sões de trabalhadores obtêm do Governo avales do Estado com facilidade surpreendente. O crédito está fora de qualquer *contrôle* e o conceito de risco desapareceu.

O Sr. Vítor Louro (POP): — É o bolchevismo!

O Orador: — A gestão das empresas sob *contrôle* do Estado entra em rápida degradação. Mais ainda do que as empresas nacionalizadas, sofrem as arrastadas e as intervencionadas e vai aumentando o rol das empresas em autogestão cujos problemas são, ainda hoje, muito mal conhecidos, mas, pelas informações que possuímos, graves.

A economia torna-se puramente artifical. Já ninguém cuida de saber se tem lucros ou prejuízos; vive-se para os problemas de tesouraria e os gestores de empresas correm o risco de ver concretizada uma intervenção estatal se não arranjarem, de qualquer forma, o dinheiro suficiente para pagar salários.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Nem o conselheiro Acácio!

O Orador: — Entretanto, surge nova dificuldade e ameaça de ruptura. São as populações refugiadas de Angola e Moçambique que começam a chegar em número crescente. O Orçamento Geral do Estado avoluma *deficits* e a banca vai financiando o Estado.

Todas as formas tradicionais de poupança estão destruídas; resta aos aforradores colocar as suas reservas em depósitos a prazo remunerados abaixo das taxas de inflação. Estes capitais são injectados no Estado ou nas empresas, sem esperanças de reproduтивidade, para tapar as mazelas sociais e económicas geradas pela própria revolução. No fundo, são uma forma oculta de imposto que a inflação ajuda a disfarçar.

A evasão fiscal e a remessa de capitais para o estrangeiro tornam-se vulgares como resultante de um sistema económico sem regras, sem ética. O direito de propriedade, consagrado na Declaração dos Direitos do Homem, é em Portugal letra morta.

Os macroeconomistas, levados a reboque da marcha política, tentam explicar o inexplicável, justificar o injustificável e andam cada vez mais à deriva.

O último Governo Provisório do almirante Pinheiro de Azevedo representa um primeiro embate entre o senso comum e a desordem. A 23 de Julho de 1976 toma posse o I Governo Constitucional e a vida nacional entra num rumo diferente.

O Dr. Mário Soares vem falar a linguagem da moderação e do bom senso. A sua aproximação ao Mercado Comum é para os Portugueses a garantia do modelo europeu ocidental de sociedade que desejam.

Mas o Programa do I Governo Constitucional é um programa sem um modelo de intervenção que lhe esteja subjacente: enunciam-se todos os problemas para relativamente a todos se querer fazer o máximo sem graduação de prioridades. Hesita-se na aplicação das necessárias medidas de austeridade. A crise cambial agrava-se e o Fundo Monetário Internacional aparece como interlocutor técnico inevitável para as nossas carências em termos de financiamento externo.

Em 30 de Janeiro de 1978 toma posse o II Governo Constitucional, depois de o I ter sido derrubado neste Parlamento. Pela primeira vez, temos um Governo maioritário. Cram-se expectativas.

Chega-se a acordo com o Fundo Monetário Internacional e desbloqueia-se a situação cambial. O II Governo tem como objectivo prioritário a melhoria da balança de transações correntes e o combate à inflação. As medidas tomadas reduzem o consumo privado mas não conseguem abrandar a marcha desenfreada do consumo público nos termos previstos. Nos primeiros meses do ano já se sabe que os subsídios estimados para as empresas públicas só chegarão até Julho. Fazem-se desintervenções, mas não se saneiam os prejuízos acumulados.

As medidas do FMI são lógicas e coerentes com os números apresentados pelo Governo relativamente aos níveis de investimento verificados em 1977. Segundo os dados do Ministério do Plano, teríamos investido cerca de 25 % do produto interno bruto.

Nunca compreendemos nem aceitámos estes números.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É, portanto, natural que o FMI considere que estamos a investir de mais, dadas as dificuldades cambiais que temos. Estamos convencidos de que uma parte desse anunciado investimento foi realmente consumo, quer público, quer privado.

O problema não tem, em todo o caso, relevância de maior. As medidas do FMI são adequadas. Há que gerir a economia portuguesa dentro dos *plafonds* estabelecidos. Fala-se no trabalho por turnos como forma de aumentar a produção sem recurso a novos investimentos, no relançamento da construção civil (actividade suficientemente integrada a nível nacional para não trazer problemas à balança de transacções correntes).

Mas o Governo não ultrapassa duas variáveis (balança de pagamentos e contenção de salários), o resto ficará para mais tarde. Quem quiser pensar o futuro e lançar as bases da recuperação que fará o País sair da crise em que está, é um irrealista ou um ignorante.

Verbalmente mete-se o socialismo na gaveta, mas, na prática, o PCP vai marcando pontos.

Em 28 de Julho de 1978 o II Governo Constitucional é demitido após a ruptura entre os dois partidos que compunham a coligação. Os salários reais baixaram, a balança de pagamentos melhorou, mas o esforço feito não teve os efeitos que deveria ter tido. Dir-se-á que não houve tempo para dar a necessária sequência lógica a um programa preestabelecido.

Por minha parte direi que as razões foram outras: não se manteve a coerência política que o acordo com o CDS impunha e não se quis olhar o futuro da nossa economia e preparar esse futuro, quanto a mim, porque o futuro envolvia opções políticas que o PS não estava internamente preparado para tomar. O Partido Socialista pôs o socialismo na gaveta, mas deixou o marxismo de fora.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Depois da queda do II Governo Constitucional entramos na fase dos Governos provisórios.

sórios e no funcionamento frequente da maioria de esquerda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A análise que fizemos a traços muito largos não pretende ser uma novidade. Pretende apenas recordar factos pelos quais as duas forças políticas que agora interpelam o Governo foram as mais directamente responsáveis. É estranho que tais forças políticas se sintam tão à-vontade para formularem as críticas injustas ou as acusações caluniosas que têm sido formuladas ao Governo da Aliança Democrática, menos de dois meses passados sobre a aprovação do seu Programa nesta Assembleia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas esta análise permitiu-me uma reflexão que não quero deixar de referir. Em cerca de seis anos de experiência democrática, tivemos um Governo maioritário que governou sete meses.

O Governo da Aliança Democrática é o segundo Governo maioritário. A forma como se pretende perturbar o seu normal funcionamento é preocupante.

A maioria tem dado sobejas provas da sua coesão parlamentar, e tudo o que se pode dizer é que a sua operacionalidade melhora de dia para dia.

Vozes do PCP: — Não apoiado!

O Orador: — O Governo vai cumprindo o seu programa eleitoral. Demonstra competência e coesão.

Quem não gosta de Governos maioritários?

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo: Ontem foram aqui feitas algumas afirmações que, por não corresponderem à verdade, são pura demagogia. E quero referir-me na minha intervenção a algumas delas.

Uma refere-se às afirmações que o Sr. Ministro do Comércio e Turismo fez acerca de aumentos de preços de alguns produtos em 1974 e 1975. Contudo, o Sr. Ministro não disse, por exemplo, que em 1974 o índice de preços no consumidor, por exemplo, em Lisboa foi de 29,2%, que o aumento de salários na indústria em Lisboa foi de 32,5%, que no Porto o índice de preços no consumidor foi de 26,8%, que o aumento de salários na indústria foi de 38,5% e que o aumento dos trabalhadores rurais foi de 33% para o País.

Que em 1975, no Porto, o índice de preços no consumidor foi de 20,4% que os aumentos dos salários na indústria foram de 27,9%.

Estes exemplos mostram perfeita e claramente que nestes anos os salários aumentaram bastante mais do que os preços, que o nível de vida dos trabalhadores melhorou, que as populações tiveram melhores condições de vida do que acontece neste momento.

O Sr. João Morgado (CDS): — E as reservas de ouro?

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Também aumentaram.

A Oradora: — Vejamos, por exemplo, o que está a acontecer nestes dois meses de 1980 com o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Os bens alimentares do chamado «cabaz de compras» aumentaram 15,5%. Mas estes bens são os únicos que estão sujeitos ao regime de preços condicionados, representam apenas 12% das despesas familiares.

Muitos outros produtos, alimentares ou não, já aumentaram nestes dois meses. Por exemplo: os refrigerantes, incluindo *Pepsicola*, aumentaram 20%; o azeite aumentou 15%. E há um bocado já se falou sobre o problema das margens de comercialização, que, por exemplo, foram de 56% enquanto que para o produtor foram apenas de 5%.

A electricidade aumentou 31,6%, o gasóleo 31,5%, gasolina 17%, a bica 20% — e é interessante notar que, por exemplo, no mercado internacional o café desceu cerca de 20% — os jornais diários 25%, assim como o preço de muitos outros bens, como o gás, os chocolates, as sopas *Knorr*, os quinze produtos da Nestlé, desde as sopas, caldos, *Nescafé*, *Milo*, pudins, refeições preparadas, etc.

Este Governo tem ainda apenas dois meses de vida. Por exemplo, em relação ao peixe congelado, já dissemos aqui ontem, e reafirmamos, que o Governo não concedeu qualquer subsídio para os preços actuais, porque também o seu abastecimento não está assegurado em todo o país.

Uma terceira questão também aqui posta ontem refere-se aos salários. E quero reafirmar aqui que os aumentos dos salários em relação aos contratos salariais que saíram foram inferiores à taxa anual de 20%, porque o tempo em que as tabelas salariais anteriores tiveram de vigência foram superiores a vinte meses.

E em relação às negociações contratuais em curso, basta ver o que se está a passar com os trabalhadores da função pública: o Governo propõe-lhes um aumento de 14% a partir de Julho, ou seja, um aumento de 7% para o ano de 1980. Isto é pura demagogia, Sr. Ministro.

Um outro quarto aspecto refere-se à teoria do Sr. Ministro Cavaco Silva, que considera que a forma de aumentar o rendimento disponível das pessoas é reduzir o imposto profissional e complementar. Quero pois aqui recordar-lhe que estão ainda isentos de imposto todos os rendimentos anuais inferiores a 92 contos. Portanto, as centenas de milhares de trabalhadores rurais, as centenas de milhares de reformados, de pensionistas, de deficientes, de desempregados, de trabalhadoras domésticas, e mesmo muitos outros trabalhadores da indústria e dos serviços não têm direito, pela teoria do Sr. Ministro Cavaco Silva, a aumento do rendimento disponível porque eles já não pagavam imposto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Um quinto aspecto refere-se às perguntas concretas que formulámos ao Governo sobre a taxa de inflação. Perguntámos-lhe, pois, se ele garantia que a taxa de inflação seria mesmo igual ou inferior a 20%, e ele recusou-se a dizer qual a percenta-

gem que previa também para os rendimentos do trabalho e sua distribuição em relação ao rendimento nacional.

Portanto, ficamos a aguardar e queremos aqui pôr muito clara a demagogia que foi ontem dada nas respostas dos Membros do Governo — quando foram dadas — às perguntas que aqui formulámos.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maldonado Gonelha, para uma intervenção.

O Sr. Maldonado Gonelha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Conforme foi afirmado e evidenciado pelo meu camarada Vítor Constâncio na sua intervenção de ontem, o Partido Socialista pretende, com esta interpelação, contribuir para que fique claro perante o País quais as consequências da política económica do Governo e se elas vão no sentido do cumprimento das promessas eleitorais feitas pela coligação aqui majoritária ou se, ao invés disso, delas flagrantemente se afastam.

Porque é isto que, em nossa opinião, está a acontecer, cumpre-nos, como oposição responsável e democrática, salientar tais contradições, tanto mais porque o Governo, procurando iludi-las da opinião pública, se vai lançando, cada vez mais impetuosa e perigosamente, numa fuga para diante de confronto e de liderança de ruptura política quer com as forças sociais do mundo do trabalho, destruindo as bases do equilíbrio social existente, quer com a oposição, degradando e mesmo desprezando o seu estatuto, quer, sobre tudo, com outros Órgãos de Soberania, principalmente com o Presidente da República.

O Governo tem vindo a proceder como se fosse apoiado por uma sólida e coerente maioria, arrogante e descuidado das opiniões contrárias, ignorando as reais relações de força existentes na sociedade portuguesa e tão-só confiado, ao que parece, naquela estratégia, na manipulação dos órgãos de comunicação social e na satisfação do diferenciado clientelismo que o cerca, como se isso, só por si, o segurasse no Poder.

Depois de termos ouvido as promessas da sua campanha eleitoral de: não usar critérios ideológicos para a nomeação ou substituição de pessoas mas tão-só obedecer a critérios de competência; colocar sempre os interesses nacionais e das populações acima dos interesses partidários ou de grupos de interesse; realizar uma prática política de convivência leal e democrática com outros Órgãos de Soberania; estabelecer a todos os níveis e em todas as circunstâncias uma política de diálogo e de abertura, mantendo um clima de conciliação entre os Portugueses, pautando o Governo a sua acção pela moderação e pela procura de consenso e não de divisões; depois de termos ouvido tais promessas, o que deste Governo seria de esperar era que as cumprisse, já que outras que fez no domínio social e económico sabia que as não poderia satisfazer. O que se esperava, também, era que se tivesse sabido orientar, até pela sua duração, nos termos de um Governo de calma que, minimizando a ideologia e o partidarismo, fosse capaz de evitar provas de força com os partidos da oposição e com as forças sociais representativas do mundo do trabalho.

Infelizmente, para o País, não é isto que está a acontecer.

Tenta manipular a informação e dispersa-se mas não tem explicado suficientemente a sua política; não tem ouvido os parceiros sociais e, pelo contrário, toma atitudes gratuitas de afrontamento político e de intimidação dos trabalhadores afirmando que o exercício do direito de greve põe em causa a democracia ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado! Não é verdade! Nem parece do Deputado Gonelha.

O Orador: — ... com uma série de saneamentos e consequentes nomeações procura garantir posições estratégicas na comunicação social e no aparelho de Estado; esgota-se numa política de autopropaganda que, ao fim e ao cabo, põe em evidência a sua orientação bem definida quanto às suas prioridades: Isto é, aproveitar o pouco tempo de que dispõe para alterar o que pode e lhe convém ao nível institucional e ganhar as próximas eleições com a nova lei eleitoral e uma comunicação social maleável e adequada ao objectivo.

Em síntese, em vez de ser um Governo politicamente empenhado em resolver os problemas nacionais, para os quais teve condições de que nenhum outro Governo Constitucional dispôs, e deixar obra feita, está a desinteressar-se praticamente da Administração e a envolver-se principalmente em questões altamente polémicas, atiçando os conflitos e as tensões sociais e permitindo, sem as repudiar, notícias alarmistas, «inventonas» de pronunciamentos, factos estes, sim, que podem pôr em causa a estabilidade democrática e gerar climas pré-insurrecionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não fora a atitude do Governo nos últimos tempos, bem como a da sua maioria nesta Assembleia, e as notícias e comentários dos órgãos de comunicação social que lhe são afectos, e a minha intervenção começaria a partir daqui com as questões que pensamos dever pôr no que respeita aos reflexos que a política económica anunciada pelo Sr. Ministro das Finanças e do Plano terá, inevitavelmente, na política do trabalho.

Com efeito, o que se estabelece no ponto 10 relativamente à contratação colectiva de trabalho o que é de facto significa?

Dou por conhecido o texto do ponto 10, mas este, contudo, suscita algumas questões: Em que consiste a diferença entre fundamentação económico-financeira meramente demonstrativa e claramente justificativa?

De que informação, meios e instrumentos dispõe o Ministério do Trabalho para a apreciação e verificação daquelas fundamentações?

No caso da alínea b), o Ministério do Trabalho fornecerá às partes, além do modelo a que deverá obedecer a «fundamentação claramente justificativa», os elementos estatísticos de base indispensáveis, e que o Governo sabe muito bem aquelas não possuem nem lhes estão acessíveis, principalmente os sindicatos?

Dado que no Programa do Governo aqui discutido e votado se afirma que este «se empenhará activamente para que a taxa de crescimento dos preços não ultrapassasse 20%, este ponto 10 não estabelece de facto um teeto salarial até àquele valor?»

Isto é, não será de 20% o valor máximo de acréscimo da massa salarial que o Governo considera harmonizável com o objectivo que refere e diz prioritário?

Ou será de 23%, tendo em conta o que também se afirma naquele programa relativamente ao crescimento, em termos reais, do produto nacional bruto?

Se assim é, porque não se afirma isso mesmo, clara e inequivocamente, para que todos saibam como se mover e com o que contam, salvaguardando conflitos que serão inevitáveis?

Ou pretende-se de facto esta indefinição, de molde a dar ao Governo a possibilidade da arbitrariedade casuística de definir, não se sabe por que regras nem à luz de que interesses, sector por sector, o que é harmonizável, e o que o não é, com a sua política?

Por isso, também cabe perguntar se o Governo pensa, no caso de não explicitar o tecto salarial, mas de facto impondo-o discricionariamente, continuar a socorrer-se do fraco e polémico argumento legalista já levianamente usado, isto é, a conjugação do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 490/79 com a alínea e) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79 para fundamentar assim uma mais que discutível recusa de depósito restabelecendo a figura corporativa da homologação prévia?

As restrições como as que decorrem deste ponto 10, bem como das previstas para as empresas do sector empresarial público, ainda bem mais limitativas, e impostas à negociação colectiva no âmbito da política económica, «constituem um problema a que a Comissão de Peritos da OIT e o seu Comité de Liberdade Sindical têm dedicado uma atenção especial. Regra geral foram de opinião de que não é compatível com a Convenção n.º 98 exigir-se a aprovação prévia de uma convenção colectiva para que ela possa ser aplicada, nem permitir-se que ela seja declarada de efeito nulo por ir contra a política económica do Governo. Ambos os organismos sugeriram que, em vez de se subordinar a validade das convenções colectivas à aprovação do Governo, se deveria tentar convencer as partes a terem em consideração, voluntariamente, nas negociações, a política económica e social do Governo e o interesse geral. Mas, para isso, reconhecem e sublinham que é preciso primeiro que os objectivos a reconhecer como de interesse nacional tenham sido largamente discutidos a nível nacional por todas as partes, no seio de um organismo consultivo em matéria de política social e em conformidade com o princípio definido na recomendação n.º 113, de 1960, sobre a consulta aos escalões sectorial e nacional.

Ora é sintomática, nas medidas apresentadas, a referência meramente formal ao Conselho Nacional de Rendimentos e Preços.

Então, onde está cumprido o previsto no Programa do Governo que diz querer «uma gradual mas firme desintervenção administrativa, em particular no que se refere à regulamentação das relações colectivas de trabalho... e a institucionalização de métodos de participação tripartida, na linha do que se preconiza em vários instrumentos da OIT... «bem como» da sua própria disponibilidade para um diálogo com os parceiros sociais, no quadro de um consenso que consolide a democracia verdadeiramente participada?»

E onde as promessas de liberdade de negociação colectiva, a abolição do tecto salarial e a subida dos salários reais?

Será fazer subir os salários reais, por exemplo, na função pública, propondo acréscimos de massa salarial da ordem dos 7% quando os preços subiram, entretanto, pelo menos 25%.

Será disponibilidade para o diálogo no quadro de um consenso que consolide uma democracia verdadeiramente participada, responder a reivindicações apresentadas no decurso de negociações com a declaração de empresas em situação económica difícil?

Que outro objectivo se pretende com tal resposta se não o de intimidar os trabalhadores, gerando neles o pavor do desemprego, e tentar aniquilar a sua capacidade de defesa livre dos seus interesses?

O que é que é fazer «política»? É a declaração de greve, nesta situação, por parte de todos os sindicatos representativos dos trabalhadores da Rodoviária Nacional ou foi a atitude violenta e intimidativa do Governo?

É isto o diálogo? É isto fomentar o consenso?

Não é isto política de ruptura? De facto, a nosso ver, é política de confronto e de ruptura, que começa a ser, preocupantemente, de direita radical!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Qual é, afinal, a política social e de trabalho do Governo? Como é que assim mantém a paz social?

Quais as promessas que neste domínio virão de facto a ser cumpridas?

Muito mais fica por tratar, mas o tempo já não me permite.

Termino, portanto, na expectativa de que o Governo não se furte, ao menos aqui, aos esclarecimentos indispensáveis às questões que ontem, pela boca do Sr. Deputado Vítor Constâncio, e hoje, por mim, aqui foram levantadas, já que sabe que o não cumprimento das promessas sobre isso nada pode legitimamente explicar.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As interpelações ao Governo, de iniciativa do PCP e do PS, marcam um ponto de reflexão e uma possibilidade de clarificação da política governativa de um Governo que se move na forte contradição de, por um lado, pagar a factura às poderosas forças económicas que nele têm «o seu Governo» e de por outro lado, agradar a camadas populares de eleitores cujos votos a coligação que o suporta captou em Dezembro de 1979.

As primeiras, as forças económicas, entendem a mudança anunciada durante a campanha eleitoral da AD no sentido da alteração dos traços económicos e sociais mais característicos do regime, definidos no texto constitucional.

As segundas esperavam uma mudança que conduzisse à melhoria das suas condições de vida, mas ao

fim de dois meses de governação são já muitos os que evidenciam crescentes sinais de descontentamento quanto à sua opção de voto pela AD.

Vários são os meios de que a AD e o seu Governo tentam servir-se para ultrapassar esta difícil contradição: as intenções, já manifestadas, de alteração da lei eleitoral e as medidas já concretizadas de instrumentalização dos meios de comunicação social são os dois mais importantes.

Mas as decisões tomadas quanto aos aumentos de preços de bens essenciais e as 15 medidas anunciadas como anti-inflacionistas pelo Sr. Ministro das Finanças e do Plano, que estão na origem das oportunas interpelações ao Governo feitas pelo PCP e pelo PS, mostram-nos que o Governo está a usar um outro instrumento: em vez de ser um Governo para governar é um Governo para fazer campanha eleitoral; em vez de ser um Governo para tomar decisões numa perspectiva de continuidade governativa, como competiria a qualquer executivo responsável, é um Governo que limita algumas das suas iniciativas ao horizonte temporal restrito da campanha eleitoral, pretendendo apenas a obtenção de efeitos político-partidários.

Entremos na apreciação do aumento de preços recentemente anunciada.

Não nos detemos em discutir se os aumentos deveriam ser de mais x% ou de menos y% e, porque nos recusamos a usar a demagogia como arma política, não temos dúvidas em afirmar que, nas presentes circunstâncias, qualquer outro Governo teria igualmente de encarar medida similar. Nem vamos comentar a afirmação aqui produzida de que se reduziram as margens de industrialização e de comercialização. Nem sequer analisar as estruturas de custos, onde combustíveis, encargos financeiros e amortizações (com activos leoninamente valorizados há um ano) têm quota-partes importante.

Não, vamos apenas apreciar dois aspectos dos aumentos de preços decididos.

Em primeiro lugar:

Os encargos com os produtos subsidiados são da ordem de 23 milhões de contos, a suportar pelo Orçamento Geral do Estado. As correcções de preços anteriores fizeram-se sempre no mês de Abril.

Pareceria lógico que se atendesse a um calendário já tradicional e que se encarassem os encargos do Orçamento Geral do Estado no quadro da sua futura aprovação pela Assembleia da República. Seria, inclusive, uma atitude tecnicamente aconselhável, para mais a um Governo que se não farta de repetir a sua competência.

Mas as preocupações do Governo são de outra natureza. Incomodado com a inevitabilidade de ter de aumentar os preços de bens que pesam na bolsa dos cidadãos, em especial dos mais desfavorecidos, as preocupações eleitorais subrepuseram-se a quaisquer outros considerandos.

O que interessava era aumentar o mais cedo possível relativamente ao próximo acto eleitoral e encurtar o prazo em relação à última alteração de preços para se baixar um pouco a percentagem do aumento.

Distanciar de Outubro, para que neste intervalo de tempo se possam tomar algumas medidas que façam esquecer os aumentos de preços realizados quase no início do mandato do Governo.

O Governo pretende chegar às eleições sem que a população se lembre dos aumentos de preços por ele decididos oito meses antes dessas eleições.

Em segundo lugar:

Inverteu-se a lógica que sempre presidiu aos anteriores aumentos de preços dos combustíveis, que fora no sentido de maiores percentagens de aumento nas gasolinas e gás doméstico e menores no gasóleo e no fuel. A inversão seria em nome da transparência de preços, visaria aproximar os preços dos preços reais.

Os novos preços das gasolinas, depois de se ter habilmente criado uma expectativa de que seriam bem mais elevados, foram aceites pela população sem grande contestação. Os reflexos desta inversão de lógica de aumento vão surgir em todos os outros bens e serviços de produção nacional: o Governo anunciou esquemas de subsídio para compensação da agricultura e pescas pelo maior custo do gasóleo; mas para outras actividades, e estamos a pensar especialmente no fuelóleo, não previu quaisquer compensações.

Isto é, o Governo ainda aqui fez uma opção eleitoralista: preferiu que os aumentos de preços dos combustíveis chegasse aos consumidores indirectamente.

O Governo anunciou um pacote de medidas que rotulou de anti-inflacionistas. Algumas prendem-se com matérias da competência desta Assembleia da República, mas já vai sendo hábito que o Governo invada as áreas de atribuições de outros órgãos de soberania...

Rotulou-as de anti-inflacionistas. Julgo que mais apropriadamente será de as rotular de propagandísticas.

As 15 medidas apoiam-se em mitos com que a direita tem insistentemente tentado deformar a opinião pública.

Eis alguns: os desperdícios no aparelho do Estado, os prejuízos das empresas nacionalizadas, a falta de produtividade, a indisciplina social, o absentismo.

As medidas anunciadas, como um todo coerente de combate à inflação, podem então ganhar uma certa abertura de aceitação pela opinião pública, servindo, inclusive, de contravalor à parte das medidas com incidência no campo laboral, uma das áreas onde a factura das forças económicas já chegou à data de vencimento, e parte esta dificilmente enquadrável no contexto que o Governo proclamou no seu programa e que repetidamente reiteraram ontem os membros do Governo que usaram da palavra perante esta Assembleia.

Com efeito, como conciliar as preocupações anunciatas de «melhoria das condições de vida das camadas mais desfavorecidas», de «aumento dos salários reais», de «não intervenção no acordo das partes», com medidas como a que proíbe que os aumentos salariais ultrapassem a previsão do aumento de custo de vida feita pelo Governo ou a retroactividade dos salários superior a três meses, sejam considerados como custos para efeito de aprovação de novos preços? Ou com a medida que exige, para efeitos de depósito das convenções colectivas de trabalho, fundamentações económico-financeiras? Tudo isto corresponde na prática à reposição de um tecto salarial — ainda por cima desconhecido — e ao quase resta-

belecimento da homologação prévia dos «bons velhos tempos»?

Sem me deter, por ora, na apreciação de algumas destas medidas, dada a limitação de tempo que o meu partido dispõe para intervenções neste debate, não quero deixar de me referir à grande medida de propaganda que abre o anunciado conjunto: a medida de revalorização do escudo numa ordem de 6%! A face da propaganda atinge-se com a ideia que se pretende transmitir: O Governo da AD até foi capaz de valorizar o escudo!...

Uma voz do CDS: — É verdade!

O Orador: — ... A eficácia da decisão quase se perde com a manutenção da desvalorização à taxa de 0,75%; ou melhor, perde-se... mas para lá do período eleitoral.

Membros do Governo e da maioria parlamentar têm entusiasticamente afirmado que a revalorização do escudo contribuirá para uma baixa de preços. Ontem foi aqui anunciada a próxima diminuição dos preços de produtos farmacêuticos importados e reafirmada a convicção de que outros preços baixarão, através de novos dispositivos legais a desenvolver na área dos produtos sujeitos ao regime de preços declarados.

Os efeitos práticos deste esquema, de que se tomou apenas conhecimento geral, devem ser de reduzida expressão. Mas além disso, numa situação fortemente inflacionista e com a manutenção do anterior nível de desvalorização do escudo, os estímulos ao abatimento dos preços, com efeitos no consumidor final, serão praticamente nulos.

Em vez de reduzir o ritmo da desvalorização do escudo, o que não teria incidências nas remessas dos emigrantes e no turismo e não traria perturbações de curto prazo às empresas exportadoras, preferiu-se optar por uma medida mais sonante. Para a resolução dos reais problemas do País ou para colher dividendos político-partidários?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Ministro das Finanças e do Plano afirmou ontem que o Governo tem e executa uma política económica perfeitamente definida. Pensamos que foi uma importante afirmação e, para nós, foi de facto uma surpresa.

Tal política teria em vista o aumento do poder de compra da população, o relançamento da actividade económica, nomeadamente através do estímulo ao investimento, a aceleração do processo de adesão de Portugal à CEE e a correção de desigualdades na distribuição do rendimento.

Breve na apreciação, optimista quanto à capacidade do próprio Governo, o Sr. Ministro adiantou mesmo a obtenção de resultados no abatimento dos preços, o próximo contributo na distribuição correctiva dos rendimentos e medidas em curso de relançamento da actividade económica.

Quanto ao abatimento dos preços diria que estamos elucidados, nomeadamente depois de ontem termos ouvido a explanação do original conceito de baixa de preços do Sr. Ministro Cavaco Silva. Mas talvez ainda valha a pena dizer que não vale comparar, isoladamente, alguns aumentos de preços agora decretados com os realizados em 1974 e 1975. Seria

bem mais esclarecedor comparar a evolução dos índices de preços no consumidor e a evolução dos salários nominais desses anos... com as de agora, como há pouco fez, aliás, a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A alteração dos escalões do imposto profissional e do imposto complementar, tal como os aumentos de preços, era quase uma inevitabilidade, dada a perda do valor real da moeda e as justas reivindicações da população trabalhadora em tal sentido. A luta contra a evasão e a fraude fiscais não é propriamente uma medida de política económica. É o simples cumprimento de uma obrigação de qualquer governo democrático; embora se ignorem quais os meios técnicos de que o Governo pensa dispor, espera-se que o cumprimento desta obrigação não venha a cair apenas sobre os trabalhadores e as pequenas e médias empresas.

Quanto às medidas de relançamento de actividade económica, campo em que foi dada grande ênfase às autorizações legislativas por esta Assembleia concedidas ao Governo, parece ser fundamentado o scepticismo que a oposição aqui demonstrou, durante os respectivos debates parlamentares, quanto ao seu efeito dinamizador sobre o investimento.

O Governo abordou ontem, reconheça-se que nalguns casos com detalhe e fundamentação, aspectos parcelares, particulares, de decisões económicas tomadas ou projectadas.

Das suas intervenções não ressaltou, porém, uma linha de política geral, realista, que, nos termos das interpelações deste debate, deveria ter surgido.

Somos, pois, forçados a procurá-la na actuação do Governo nos seus dois meses de vida.

No plano externo começou insensatamente por adoptar uma prática de rigidez e intolerância, claramente contrária às regras democráticas de convívio e solidariedade internacionais e aos interesses do povo português, revelando uma nítida submissão a pressões externas e um inquietante agravamento das relações com os países socialistas e com países africanos de expressão oficial portuguesa.

O Governo quebra, manifestamente, a linha adoptada desde o 25 de Abril, apostado, tal como na sua actuação interna, na alteração do regime e no rompimento da continuidade política vinda de anteriores Governos democráticos.

Tal linha de actuação opõe-se frontalmente à exigência económica de diversificação das nossas relações externas, não só como factor de expansão da actividade económica, mas também como imperativo de defesa da soberania nacional.

No plano interno, o Governo tenta levar a cabo, aceleradamente, a destruição da Reforma Agrária, impondo actos de força em desrespeito ostensivo da lei e de decisões judiciais, sem que tenha tomado qualquer medida efectiva de apoio à lavoura, particularmente aos pequenos e médios agricultores.

O sector público empresarial é a cidade de Cartago, a destruir pelo Governo apoiado nos partidos que integram a AD. A revogação da Lei n.º 77/79 e as alterações a que irá ser submetida a Lei n.º 46/77 são dois pontos altos dessa empresa destruidora. O seu propósito não é, evidentemente, desenvolver a economia e dinamizar a iniciativa privada. O seu propósito é, somente, facilitar a reconstituição do poder económico da antiga oligarquia financeira,...

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — ... agora, ainda mais do que antes do 25 de Abril, estreitamente ligada ao capital estrangeiro, o que é questão bem diferente dos necessários incentivos à iniciativa privada de pequenos e médios empresários.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — O assalto organizado ao sector público empresarial que o Governo prossegue é um dos mais significativos passos da estratégia de ruptura do regime consagrado na Constituição da República.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É falso!

O Orador: — Ao contrário da imagem de tolerância e diálogo que as forças políticas que constituíram a AD quiserem criar durante a campanha eleitoral, o Governo, no seu curto tempo de vida, tem oferecido um perfil de intolerância e de autoritarismo.

O congelamento arbitrário de contratação colectiva, a declaração de empresas em situação económica difícil, a apropriação partidária de órgãos de comunicação social estatizados, as «recomendações» relativas à greve, a especulação política desestabilizadora feita sobre justas e legítimas lutas dos trabalhadores são manifestações que não correspondem à paz social, ao diálogo e à tolerância que a AD se atribuía durante a campanha eleitoral.

O Governo e a sua maioria parlamentar abririram também uma parte activa de afrontamento com os outros Órgãos de Soberania. A Assembleia da República, até agora, tem-se debatido com tarefas menores da sua competência, mesmo de derrogação desta competência, como nos casos de ratificação de numerosíssimos diplomas legislativos do V Governo e de processos de autorização legislativa a favor do Governo. O Presidente da República e o Conselho da Revolução têm sido, desde a investidura deste Ministério, alvos privilegiados das suas arremetidas, primeiro no que se mostrou ser a moção de confiança pedida a esta Assembleia e depois no significado que assumiram os casos da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo, do tenente-coronel Melo Antunes, das comemorações do 25 de Abril, do Congresso das Comunidades, do centenário de Camões.

O comunicado da reunião extraordinária do Conselho de Ministros de ontem é um passo de extrema gravidade nesta situação de afrontamento com outros Órgãos de Soberania. Se reflecte o isolamento do Governo e o seu desespero pela unidade vastíssima dos trabalhadores em luta, não deixa de exprimir também os perigos reais para o regime democrático...

Uma voz do PSD: — Falso!

O Orador: — ... que decorrem desta contradição fundamental, que acentuei no início da minha intervenção, entre as pressões das forças restauracionistas e o embate eleitoral daqui a sete meses...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Veremos!

O Orador: — ... Os dois meses de política deste Governo assumem, afinal, o projecto último de ataque à Constituição.

Defendendo a doutrina de que a Constituição não dá resposta nem enquadramento aos interesses imediatos da sociedade portuguesa, o Governo, afirmando embora o seu respeito pela lei constitucional, dissolve-a, através de figuras legais, ao sabor das presões das forças que deseja servir...

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — ... A Constituição, enquanto estatuto económico do Estado e projecto de sociedade, é efectivamente, um quadro político-social que não absorve a proposta da AD, a qual é tendente a alterar o curso político da nossa sociedade e a recriar uma estrutura económica regulada apenas pelas regras de uma economia de mercado.

O mesmo é dizer, recriar uma estrutura económica que conduza em linha recta ao ressurgimento do poder económico daqueles que a Revolução de Abril, em justa defesa do regime democrático, desapossou dos respectivos meios de opressão.

Esta parece-nos ser a real linha de política geral que, a partir da actuação concreta nestes dois meses, o Governo de facto prossegue.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Adegas.

O Sr. Mário Adegas (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista decidiram há dias interpelar o Governo em função de profundas discordâncias da política de preços que estava a ser executada e, por ampliação ou arrastamento, sobre as medidas de política económica e financeira que o Governo vinha anunciando, diga-se desde já que em bom ritmo, ao País.

Para participar neste debate o meu partido delineou uma adequada estratégia de intervenção cujo desenvolvimento e concretização, por realismo, deveria aguardar o primeiro dia do debate para buscar aí os seus elementos fundamentais. Isto é, desejávamos e desejamos participar apenas na interpelação e não abrir uma qualquer outra frente de debate político, naturalmente possível e provável, com outra ordem de trabalhos.

Só que as nossas intenções surgiram profundamente prejudicadas. Com efeito, a parte substancial do conteúdo das interpelações no tocante a preços, ainda quando traduzidas num pacote de perguntas concretas, e as interrogações sobre política económica tiveram, por parte do Governo, respostas directas, concludentes porque comprovadas e convincentes pelo rigor dos dados apresentados e fundamentação aduzida e pela transparente convicção com que os Ministros intervenientes o fizeram.

Fora, aliás, por estarem convencidos do provável êxito da política económica do Governo e, por isso, naturalmente preocupados com os seus resultados positivos, que os partidos da oposição se apressaram a iniciar uma eventual série mensal de interpelação até ao mês de Junho próximo, antecipando-se, em jeito de fraca estratégia eleitoral, a uma previsível falta de ambiente geral que, e especialmente por parte

do Partido Socialista, lhe é absolutamente necessária no período eleitoral propriamente dito, como tentativa desesperada de recuperar uma posição que julgamos definitivamente perdida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só que se é legítimo aceitar e compreender o aproveitamento deste período da vida portuguesa em que de um projecto de indefinição se passa a um projecto de clarificação e à afirmação de uma auténtica política económica e social, não podemos nós também, por obediência ao prestígio parlamentar, que desejamos ver aumentado, deixar de trazer à colação a situação passada, caracterizada pela hesitação e fluidez de que a denominada esquerda foi porta-voz privilegiada, que não competente, durante a vigência de todos os Governos (inclusive o IV), já que a execução, na sua parte mais nobre e substancial, tem estado a cargo de quadros dirigentes da sua área ideológica, em nítida situação de maioria nos lugares-chave da Administração e das empresas públicas, mas onde sempre se notaram, aliás, preocupantes acções de incoerência e de falta de convicção.

Mas concretizemos um pouco mais as incoerências e o seu fundamento das oposições.

O Partido Comunista Português conhecendo bem as dificuldades das classes mais desfavorecidas, embora interpretando mal os seus anseios, tenta arvorar-se em advogado das suas dificuldades reais provenientes de três períodos distintos, a saber:

1.º período — Dificuldades económicas e sociais e também falta de liberdade, relativa ao período anterior ao 25 de Abril;

2.º período — Liberdade com alguns atropelos muito graves à mistura e anúncio de melhoria de condições de vida e de justiça social, sem qualquer confirmação significativa, sob a liderança da esquerda;

3.º período — Liberdade consolidada, acompanhada de apenas ganhos nominais de rendimentos do trabalho, com efectiva deterioração dos rendimentos reais durante os períodos intercalares dos Governos presidenciais ou independentes.

Este Governo e esta maioria não têm qualquer responsabilidade efectiva nos três períodos referidos e tem apenas, passe a imodéstia, o desejo de inaugurar num quarto período, que em intenção clara e vontade política firme rotulamos de economia nova.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ora, quanto à liberdade, e por muito que nos custe, não é campo onde possamos considerar aceitável o comportamento do Partido Comunista, sem necessidade de exercício político comparativo por nos ser suficientemente esclarecedor o que foi possível observar, e sentir, no período de quase-regime de democracia popular, entre o 25 de Abril e as proximidades do 25 de Novembro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os fundamentos do Partido Socialista são naturalmente, outros e muito diferentes.

Com efeito e após um longo período em que predominantemente se preocupou em marginalizar e divi-

dir os outros partidos, em doentia estratégia palaciana, esquecendo-se de que o socialismo para ser compreendido e eventualmente aceite, sempre por uma minoria, carece de esclarecida pedagogia e muita coerência na acção concreta ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... reparou, após a publicação do programa eleitoral do Governo da Aliança Democrática, de que talvez fosse de tentar falar mais e preferentemente de expandir a economia, melhorar o nível de vida em substituição da estafada campeonite das liberdades e de gestor zeloso dos ganhos revolucionários consubstanciados nas nacionalizações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso não se admirará quem ainda tiver interesse em reler os quatro primeiros subcapítulos da alínea b) do seu programa eleitoral «Medidas para um Governo», Governo que o povo não quis e medidas que sendo embora de genérica aceitação o mesmo povo considerou não serem os representantes do PS, pelo menos por agora (e, portanto, sem necessidade do evidente desespero de que vêm dando provas), os mais capazes para os concretizarem, como é mister de qualquer projecto submetido a veredito popular.

É que ao longo dos referidos quatro subcapítulos — a crise económica e a sua estabilização pelo Governo PS; expandir a economia; combater o desemprego; controlo da inflação e nível de vida — o Partido Socialista, nos três últimos, fez uma significativa colagem ao programa eleitoral da Aliança Democrática ...

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... (na altura já publicado), mas sem poder invocar credibilidade de bom executor, como ficou politicamente comprovado em 2 e 16 de Dezembro, e apenas tem justificação e algum mérito para falar da estabilização da crise do referido primeiro subcapítulo aliás apenas parcialmente conseguida na tradução de alguns indicadores macroeconómicos, mas crise de onde não conseguiu tirar o País por falta de tempo ou da adopção de medidas corajosas, o que, para o caso e em política, é agora quase indiferente porque historicamente arrisca-se à caracterização de partido gestor de crises e sua manutenção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Deixe-se disso!

O Orador: — Mas uma importante dúvida se mantém no meu espírito e no de muitos agentes económicos portugueses com quem, devido à minha actividade profissional provisoriamente interrompida, contacto diariamente e que, em meu entender, o Partido Socialista não consegue desfazer de forma satisfatória.

É que, partindo do pressuposto da estabilidade e clarificação políticas que se tornaram, além de factores importantes que sempre são, em objectivos essenciais da vida portuguesa, há que definir, de

forma muito concreta, o sistema económico que desejamos para o nosso país para, de seguida, cuidarmos do seu eficaz funcionamento.

Sem isto, todas as análises e planos se quedariam em exercícios mais ou menos eruditos ou de seriações técnicas e cenários complexos, sem possibilidades efectivas de serem transformados em planos de acção através de medidas concretas.

Por mim, por nós no Partido Social-Democrata, essa é uma das maiores desvantagens do Partido Socialista quando pretende afirmar que não são necessárias ou sequer desejáveis mais nacionalizações, mas considera, quase dogmaticamente, objecto de inalterabilidade o sector empresarial o Estado, endeusando as suas potencialidades teóricas, mas distraindo-se no dia-a-dia, e através dos seus militantes das necessárias eficácia e coerência...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ..., tolerando a iniciativa privada, mas contrapondo-lhe sempre, e desde logo, o seu desejo de que se constituam e se mantenham em eterno mundo de pequenas e médias empresas (em tese salazarista, mesmo que de sentido inverso) com a ingénua crença de que terá, assim, o efectivo e, permanente apoio dos empresários ou sequer o mínimo da sua confiança mesmo dos pequenos e médios, para quem o desejo de crescimento firme e seguro é naturalmente um objectivo legítimo numa economia moderna e que se deseja responsável, nesta fase de opção nacional no sentido da integração europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As acções concretas até aqui empreendidas ou anunciadas pelo Governo são insuficientes para justificar, com um mínimo de lógica, as atitudes mais de obstrução do que de oposição que o PS e o PCP vêm assumindo.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Um e outro tiveram responsabilidades governamentais no nosso país num passado recente e, pese embora o facto de ser sabido que é curta a memória em política, nenhum deles se pode vangloriar de haver contribuído para a melhoria do nível de vida dos Portugueses...

Vozes do PCP: — Falso!

O Orador: — ... por isso mesmo, também um e outro (mais um do que outro) por razões óbvias foram claramente condenados pelo eleitorado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas voltemos à vaca fria da interpelação.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Já está gelada!

O Orador: — Quando o gonçalvismo aumentou substancialmente os preços, sem sequer ter a preocupação de proteger minimamente um «cabaz de compras» — chamaram-lhe a política da verdade.

Quando os socialistas voltaram a agravá-los, perdendo-se em longas e nem sempre claras explicações ao redor do *deficit* da balança de pagamentos, chamaram-lhe contenção da procura ou, ainda, política de austeridade.

Quando este Governo enfrenta um novo aumento internacional do preço do petróleo e corajosamente actualiza preços em nítida desaceleração do ritmo antecedente, sem fugir ao compromisso assumido perante o seu e nosso eleitorado...

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... a oposição chama-lhe (pasme-se, Srs. Deputados) política de direita em nítida colagem à linguagem da UDP, o que estranhemos e sinceramente lamentamos que o Partido Socialista o faça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Torna-se, por isso, imperioso que o PS justifique claramente perante o País, sem tibiezas nem chavões tecnocráticos, quais foram as causas efectivas da inflação que vimos arrastando e agora combatendo com visível determinação.

É preciso que o PS explique ao seu flutuante eleitorado em iniciado movimento de deserção, as razões que o levaram a exigir do IV Governo Constitucional o aumento dos preços, como desesperadamente o fez quando alimentava, ainda, o sonho de vir a constituir o vector fundamental do Governo seguinte.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista, como sobejamente se sabe, enquanto Governo, limitou-se a aplicar com demasiado zelo as recomendações do Fundo Monetário Internacional e a filosofia monetarista de toda a sua política, que foi, objectivamente, uma política sem horizontes e que a outra coisa nos não conduziu do que a uma exagerada inversão da tendência da balança de pagamentos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas essa melhoria, relembramo-nos, foi penosamente obtida, em grande parte, à custa de uma brutal compressão dos salários reais e, sobre tudo, do aumento de desemprego.

Por outro lado e já sem pasmo para quase ninguém inclusive nos próprios meios da comunicação social a oposição que, em política económica, faz do plano anual ou plurianual a sagrada bíblia da sua estratégia nunca foi capaz de apresentar ao País um qualquer plano, concebido com um mínimo de senso e pragmatismo para que a sua confortável maioria parlamentar da época tivesse a coragem de o fazer aprovar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E quando as oposições começam a perceber que há um Governo capaz de combater a inflação,...

Vozes do PCP: — Ah!...

O Orador: — ... de disciplinar as finanças públicas,...

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ... de concretizar a promessa ao reduzir pela primeira vez e significativamente os impostos sobre os rendimentos do trabalho, de estar balanceado para um alargamento dos benefícios sociais e de apresentar (pasme-se!) um plano a oposição perde, naturalmente, a cabeça.

Pela primeira vez em toda a experiência democrática portuguesa depois de 1910 (sem engano na data referida) há um Governo que começa a apresentar sintomas de ter da economia e da política um conceito global,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... há um Governo que não quer ser um conjunto heterogéneo de Ministérios, há um Governo que vai ser porque quer e porque a sua maioria parlamentar de apoio também lho exige, um Governo em que o interesse nacional se irá sempre sobrepondo ao clientelismo partidário ainda que deva, como defendemos, ter as suas raízes na vida partidária corajosa e independente, sempre de indesmentível fielidade e verticalidade nas suas manifestações não apenas na época das colheitas, mas ao longo do tempo em que os espinhos das rosas se sentiam mais do que as própria pétalas.

Aplausos do PSD, CDS e PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O pânico das oposições é tal que nem sequer se guardaram para um momento muito próximo já que seria naturalmente mais propício a este debate: o da discussão do Orçamento Geral do Estado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Nós sabemos! Nós sabemos!

O Orador: — Porque nessa altura não vai ser fácil à oposição atacar a proposta de abaixamento de impostos, porque não vai ser fácil à oposição condenar o eventual aumento das prestações sociais, porque não vai ser fácil à oposição explicar ao seu eleitorado as razões que a impediram de fazer, pelo menos parte disto mesmo, quando foi Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente e por se tratar de tema muito actual, uma palavra breve sobre a declaração de empresas em situação económica difícil.

A incapacidade governativa da oposição resulta, também, claramente ilustrada e acrescida, pela forma como foi por ela (retenha-se) concebida e jamais aplicada a legislação tão recentemente contestada das empresas em, não desejada mas infelizmente real, situação económica difícil.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Enquanto alguns tecnocratas — e muito avisadamente — reconheciam ser insustentável o prolongamento de certas situações, que mais contribuíram para o contínuo desequilíbrio das contas públicas e propunham, e faziam promulgar os diplo-

mas adequados outros, provavelmente de maior pendor histórico ou complexo marxista, sistematicamente impediam a sua aplicação, por tibieza, por demagogia ou mero desconhecimento das realidades concretas, causa normal da incompetência honesta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É caso para perguntar ao Partido Socialista, frontalmente, quais eram concretamente as empresas que tinha em mente quando concebeu a figura da situação económica difícil. Ou teria sido mero exercício jurídico?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O PS criou o hábito dos pacotes. Fez política por grosso e ficou-se por aí, a nosso ver e sem ofensa, perdido nas suas próprias contradições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista, se fosse Governo, não faria diferente do que este Governo está fazendo.

Vozes do PSD: — Fazia pior!

O Orador: — Faria, isso sim, muito menos e não temos dúvidas de que muito pior, enredado na sua vocação de equilíbrio instável.

O Partido Comunista esse tem, como se sabe, um projecto, uma política e um objectivo final bem definidos. Só que, não obstante a sua disciplina militante, não lhe tem sido possível ir mais além e, mesmo assim, os Portugueses já se queixam de que intervém de mais em função da sua representatividade eleitoral efectiva.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Vozes do PCP: — Ora, ora!

Neste momento reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não deixa de ser simultaneamente curiosa e paradoxal a presente interpelação que a oposição comunista e socialista faz ao Governo. De facto, quer os comunistas quer os socialistas estiveram, directa ou indirectamente, ligados aos centros de decisão governamentais desde 1974 até 1978, pelo que as condições estruturais de *impasse* a que os mecanismos económicos se viram sujeitos só a estas forças políticas podem e devem ser imputadas.

Falhado o seu projecto totalitário em 1975, o Partido Comunista viu cristalizadas na Constituição de 1976 parte substancial das suas propostas, que vinha mencionando, expressa ou encapotadamente, e a que deram forma prática os vanguardistas militares do 11 de Março.

Constituiu-se em 1976 o I Governo Constitucional, socialista e minoritário, que tomado os postos-chave

em diversos sectores da vida nacional e utilizando sistematicamente uma linguagem ambígua, porque desprovida de conteúdo e efectiva aplicação prática, tentou em vão consubstanciar aquilo a que alguns chamaram a «mexicanização» da vida portuguesa.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Isso é o mesmo filme de há pouco em 8 mm?

O Orador: — V. Ex.* lá sabe.

Os resultados práticos desta sucessão de eventos políticos foi a sistemática degradação da qualidade de vida dos Portugueses e de uma crise política que veio, por força do voto popular, a ter o seu epílogo com a alternativa que a Aliança Democrática apresentou ao eleitorado no passado mês de Dezembro.

O actual Governo, o VI desde 1976, é o único com base maioritária expressa desde a Revolução que devolveu aos Portugueses as suas liberdades e direitos fundamentais e tem apenas dois meses de actuação. É neste contexto que aqueles que tiveram já demorada experiência governativa o vêm interpelar através de um discurso político, por vezes deslocado e noutras inoportuno. Curiosa e paradoxal a conjuntura política portuguesa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esperávamos que o Partido Socialista trouxesse a esta Câmara uma nova formulação política, através da intervenção do Sr. Deputado Vítor Constâncio, dado que nunca entendemos claramente, e de uma forma pragmática, onde se situa a definição da sua política económica que deambula constantemente entre o ténue acenar à iniciativa privada e o planeamento macrocéfalo que nunca percebemos se é indicativo ou dirigista, nas suas formas mais ou menos imperativas.

No discurso inaugural do PC, apresentado pelo novo Deputado Octávio Teixeira, aguardávamos mais do que os estafados discursos com que sistematicamente aquela bancada presenteia esta Câmara, pelo que as expectativas, eventualmente euro-colectivizantes, ficaram para ensaiar em próximo congresso daquele Partido.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Essa agora!

O Orador: — Nem a visita do Sr. Berlinguer fez estes senhores ver a realidade em que nos inserimos, nem os tornou menos ligados aos «dourados anos» do estalinismo centralizador e colectivizante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A confirmar a inspiração marxizante dos mecanismos fundamentais do nosso sistema socioeconómico, tivemos a confluência de argumentos dos interpellantes ao Governo na recente discussão dos importantes diplomas sobre a delimitação do sector público e privado e da alienação dos bens das empresas do sector público. Referimos estes aspectos para dizer que importantes medidas tomadas por este Governo, como a diminuição das taxas dos impostos profissional e complementar — já anunciadas —, mereceram dos partidos da oposição críticas que não convenceram ninguém.

Os Portugueses, através dos impostos que pagam, cada vez mais altos num passado recente, tomaram já consciência de que, como contribuintes, suportam um pesado fardo subsidiando sectores da economia que urge racionalizar. O Governo propõe-se diminuir as taxas dos dois mais importantes impostos directos,

que são das mais altas do mundo, e chovem críticas despropositadas e desconexas da oposição.

Foi pena não termos ouvido palavras de explicação daqueles que já tiveram responsabilidades governativas no domínio financeiro do Estado, sobre a sistemática distorção a que o sistema fiscal português foi sujeito num passado recente. Por que não cumpriram a Constituição trabalhando na implementação do que ela estipula quanto ao sistema fiscal? Acaso tiveram medo da complexidade técnica ou política que a introdução do imposto único sobre as pessoas físicas fatalmente origina? Pensamos que o fenómeno da anestesia fiscal não terá sido estranho a este paradoxo que levou os governantes, socialistas ou não, a aumentarem dramaticamente as receitas fiscais face às despesas de um excessivo aparelho estatal, relegando, ou se quisermos subalternizando, os prioritários objectivos que a Constituição impõe ao sistema fiscal português.

Foi ainda pena não termos ouvido da oposição se considera ou não correcta a atribuição de um número fiscal a cada contribuinte. Para esses senhores estará assim dado um passo para a introdução do imposto único?

Pela nossa parte vemos claramente nas intenções deste Governo o delineamento de uma política fiscal integrada na política económica que o Ministro das Finanças vem traçando ao País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Recordo os primeiros dias de trabalho que tive neste Parlamento em 1976 e a maneira como fui mimoseado pelos socialistas, perante o silêncio do PC, face aos agravamentos de impostos, pelo já famoso Decreto-Lei n.º 667/76, de 5 de Agosto, quando defendemos a tese de que tais impostos eram inconstitucionais.

As cédulas tornaram-se fortemente progressivas fomentando-se a evasão fiscal, desencorajando-se as profissões liberais, o estímulo ao trabalho e o investimento, tendo as próprias empresas privadas sido sujeitas, na cédula respectiva, a taxas progressivas. Não foram assim estimuladas dimensões razoáveis para certas actividades empresariais.

Em 1977 as elevadas taxas dos impostos indirectos, injustos porque cegos, atingiram determinados produtos de forma tal, que se promoveu a evasão, acelerou-se o ritmo da inflação e fomentaram-se verdadeiras formas de «contrabando nacional», se a expressão nos é permitida. Nessa altura os socialistas não informaram o País que a injustiça fiscal nesta terra era uma realidade, pois em 1977 a percentagem dos impostos indirectos face ao total das receitas fiscais era de 66%. A tributação parcelar em vigor desde os anos 60, sucessivamente adulterada, mereceu verdadeiros golpes de misericórdia desde 25 de Abril de 1974 para cá, pois que a mesmos rendimentos de fontes diferentes correspondem montantes de impostos desiguais, e o número elevado de obrigações fiscais torna incômodo para o contribuinte tal tipo de tributação.

Faz bem este Governo em desagravar taxas, verdadeiro imperativo ético, eclarar as relações do contribuinte com o fisco, mantendo o CDS pela sua parte a proposta de criação de um verdadeiro instituto de política tributária, que promova, coordene e incentive a reformulação do nosso anciolado sistema fiscal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Num momento em que a «prioridade das prioridades» deste Governo é a negociação da nossa adesão à CEE, como já salientou o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Portugal não pode sofrer mais de ambiguidades resultantes da indefinição de parâmetros fundamentais da nossa vida económica. Se foi afastado o modelo soviético e se também não serve ao País o modelo que contrapõe multinacionais às empresas nacionais estatizadas — como ficou há dias claro através de uma intervenção da nossa bancada —, urge lançarmo-nos na via europeia. A política do Governo a isso conduz, temos o apoio dos nossos amigos da Europa livre e democrática e por mais obstáculos que a oposição nos coloque aqui ou lá fora, os abjetivos serão alcançados.

Termino dizendo o seguinte: o Sr. Deputado Vítor Constâncio disse-nos na sua intervenção que «não tinha culpa, porque não tinha votado AD», nós na AD continuaremos a trabalhar para que das próximas eleições resulte uma nova e substancial maioria para esta Câmara.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. António dos Santos (PS): — Isso é que era bom!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Vira o disco e toca o mesmo!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabaram de falar três Srs. Deputados apoiantes da coligação governamental e todos eles tiveram por tema central uma Jigressão histórica.

A intervenção do Sr. Deputado Macedo Pereira teve a vantagem de vir esclarecer a Câmara que as taxas actualmente em vigor são resultantes da votação favorável que o PSD e o CDS deram ao Orçamento Geral do Estado do Governo Mota Pinto. Ficámos esclarecidos!

Risos do PCP.

O Sr. Deputado Luís Barbosa na sua intervenção quis saber o porque da interpelação visto que o Governo só tinha dois meses de governação. Sr. Deputado, fizemos perguntas concretas sobre estes dois meses e sobre o futuro.

O Sr. Deputado Mário Adegas disse que o Governo respondeu a tudo. É uma afirmação!

Gostaríamos de dizer que fizemos aqui ontem quinze perguntas muito concretas e lamentamos ter de afirmar que destas quinze perguntas o Governo se limitou a abordar quatro, mesmo assim nessas quatro ficou-se pela evasiva.

Apesar de instado concretamente sobre se mantinha a taxa de crescimento do PIB superior a 4%, em termos reais, o Governo e o Sr. Ministro das Finanças pura e simplesmente não responderam. Mas nós respondemos-lhe, que, com a quebra nas exportações e volume de consumo interno previsto, o produto interno bruto não só não ultrapassará os 4%, como fi-

cará a um nível inferior a 3%. Aqui está uma resposta quantificada.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo não respondeu qual a taxa de formação bruta de capital fixo que prevê para este ano; não nos respondeu como vai evoluir o desemprego; não nos respondeu se vai manter ou diminuir as taxas de juro e, no segundo caso, quando e como. Nada nos disse sobre a dívida externa; não avançou qualquer número sobre déficit da balança das transacções correntes. Mas nós afirmamos-lhe que, com a política demagógica do Governo, este será superior a 900 milhões de dólares. Aqui está outra resposta concreta, precisa e quantificada. O Governo também não nos disse quando pensa apresentar o Orçamento Geral do Estado nem qual o déficit do orçamento corrente que prevê.

Isto é uma realidade, isto define um Governo, isto pode ser comprovado pelos registos desta Casa. Damos portanto por repetidas todas as perguntas formuladas. Ficamos à espera, ainda à espera, que o Governo responda.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apresse-me a intervir, não vá ter de o fazer na ausência do Ministro que é especial destinatário desta pequena exposição, tal como acaba de acontecer com o meu camarada Carlos Carvalhas em relação ao Ministro das Finanças que parece não ter nada a ver com o que aqui se passa.

Uma voz do PSD: — Está a trabalhar!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ontem o Governo empenhou-se em repetir que os preços desceram e vão continuar a descer — como aliás se nota! ... E para desvendar este mistério da descida dos preços, o Sr. Ministro do Comércio e Turismo explicou que isso se conseguiu nomeadamente pela redução das margens de transformação e comercialização — veja p. 4 do seu discurso. Aliás, não teve pejo em afirmar que a classificação de «desgraçada política de aumento de preços» é pura mentira, acrescentando: «e quem mente não mereceu nem merecerá o voto democrático do povo», pelo que foi muito aplaudido pelas bancadas da coligação governamental.

Vejamos então a verdade. A margem de transformação e comercialização do arroz — produto essencial — aumentou mais do que o aumento pago pelo consumidor.

As margens de transformação e comercialização de todos os outros produtos aumentaram.

Em relação ao azeite — outro produto essencial — sem justificação o Governo estabeleceu o regime de preço livre ao consumidor. Num gesto que ainda há minutos o Sr. Ministro do Comércio e Turismo aqui apresentou como magnânimo, fixou um preço de garantia ao produtor de 95\$, isto é, apenas 6% superior ao do ano passado, apesar de a inflação ter sido

de 24 %, pelo que o produtor passaria oficialmente a receber menos 18 %. No entanto, apenas dotou o Instituto do Azeite de um crédito que lhe permite adquirir no máximo 20 % da produção nacional — o que não só não chega para combater a mixordice, grande preocupação do Sr. Ministro, como coloca os agricultores na necessidade de aceitarem preços mais baixos que os intermediários oferecem para os restantes 80 % da produção nacional de azeite. Entretanto, os patrões da respectiva associação decidiram fixar o preço da venda ao público em, nada mais nada menos, 130\$; e o Governo, que não tem nada com isso, visto ser um campo da iniciativa privada — pasme-se! — para evitar a mixordice ... aumentou a margem do intermediário em 56 %.

Sobre os adubos e rações o Sr. Ministro afirmou aqui ontem que não subiriam, disse-o com um ar sério, sem se rir. Mas o que se passa é o seguinte: os adubos faltam no mercado por todo o país, sabendo-se que estão açambarcados pelos intermediários; as rações, além de serem mais falsificadas — e portanto efectivamente mais caras —, estão a ser fornecidas com a seguinte nota na factura: «o preço será dado mais tarde, aguarda-se a actualização».

Sabendo-se quem manda no Ministério do Comércio e Turismo — como há pouco se viu através da intervenção do Sr. Deputado Casqueiro —, bem se pode aplicar aquela máxima: «olha para o que digo e não para o que faço» ...

Em que ficamos então? Quais foram, Sr. Ministro, os preços que desceram? Quais foram, Sr. Ministro, as margens que não subiram? Os adubos e as rações sobem ou não?

E afinal: quem comanda esta política de preços não são as associações de grandes proprietários e intermediários e industriais como a CAP e a CIP? Quem governa quem, ou quem se governa com este Governo? Quem mente é o povo, que sente o aumento dos preços, ou é o Governo, que afirma que os preços desceram?

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

Neste momento acenderam-se os projectores da Sala das Sessões.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Ena, é com luzes e tudo!

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou dar uma resposta objectiva ao Sr. Deputado do Partido Comunista.

Antes de mais quero dizer-lhe que quem manda no Governo é o Governo, de acordo com a Constituição. Posso garantir-lhe que quem manda no Governo não é de certeza o Partido Comunista como durante tanto tempo se habituou a mandar nos governos de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS.

Quanto às respostas vou dizer-lhe o seguinte: relativamente ao preço do arroz, é verdade que houve aumentos na margem de comercialização, só que eles

tinham de existir. Para os justificar vou passar a citar os encargos que justificaram o novo preço do arroz: encargos com o pessoal, 20 %; encargos gerais de fabrico, 30 %; encargos para embalagem, não recuperáveis, 40 %; encargos para transporte, 20 %. Se a isso juntar que a matéria-prima aumentou na ordem dos 25 % e no que respeita ao arroz importado 28 %, o Sr. Deputado tem um aumento muito superior àquele que constou do aumento feito pelo Governo e é muito inferior àquele que em 1974 e 1975 o Governo do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, que tinha como Ministro sem pasta Álvaro Cunhal, fez. Nessa altura não me consta que as mulheres do Movimento Democrático Português tivessem protestado.

Aplausos do PSD e do CDS.

Quanto ao problema das rações queria dizer ao Sr. Deputado que as rações não subiram, as rações não subirão.

Pode ser que haja esse tipo de etiquetagem em certas facturas, o que é um facto é que o Governo não permitiu a subida das rações, elas estão em preço máximo, logo não terão qualquer subida de preço.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Se me permite, acabava a minha exposição e...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Era só para saber se tomou medidas para controlar a falsificação.

O Orador: — Quero dizer ao Sr. Deputado, que está todo preocupado em controlar as falsificações, o seguinte: como sabe, neste momento é extremamente difícil o controlo eficaz das rações de acordo com a fórmula legal. O Sr. Deputado sabe bem que isso implica laboratórios muito especializados, visto que há fórmulas de difícil detecção.

Neste momento o Governo está a fazer aquilo que o V Governo não fez, ou seja, investir em laboratórios capazes no âmbito do Ministério da Agricultura para proceder a essa fiscalização. Devo dizer-lhe ainda o seguinte: se a fórmula fosse rigorosamente cumprida era impossível manter o preço das rações.

Risos do PCP.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Não esperava tanto, Sr. Ministro!

O Orador: — O Sr. Deputado sabe que a integração das fórmulas tal como elas surgem, ...

Risos do PCP.

Os Srs Deputados riem-se com a verdade. Acho que a verdade quando é dita não deve dar motivo para riso.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Valha-nos isso!

O Orador: — O Sr. Deputado voltou a falar no azeite e eu repito o que disse há pouco. O problema

das margens de comercialização do azeite diz respeito à embalagem. Houve gastos na embalagem do azeite que quase duplicaram do ano passado para este ano, por consequência repercutiram-se no custo da comercialização deste produto.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Já entrei em conta com isso.

O Orador: — Não o fazer era dar a possibilidade de se vender com maiores margens de comercialização produtos que não fossem genuínos e de qualidade inferior. A política deste Governo em relação ao azeite vai no sentido de manter integralmente a sua qualidade.

Por outro lado, e em relação ao preço do azeite, pergunto ao Sr. Deputado qual é melhor preço: 90\$ num ano de carência de azeite, em que era necessário importar-se azeite, ou 95\$ num ano de excepcional abundância de azeite em que o Instituto do Azeite poderia efectuar a compra de todas as qualidades que os produtores têm para vender? Disse há pouco, e repito, que essa linha de crédito vai ser aumentada, já o foi de 900 000 contos para 1 200 000 contos. Pensamos brevemente fazer novo aumento.

Isto significa, portanto, que os produtores preferem vender ao IAP a 95\$ do que aos comerciantes a título particular. Isto significa, também, que o preço fixado pelo Governo é altamente compensador, como aliás os próprios agricultores o consideram.

Aproveitava ainda para dar uma explicação acerca de uma intervenção que a sua bancada fez. O peixe congelado está subsidiado, se não fosse esse subsídio aumentaria entre 6% a 12%.

Para terminar, foi feita uma referência ao preço do café; sobre ela é necessário esclarecer que o preço desceu em relação às arábicas e agora em relação às robustas, só que esteve inalterado desde 1977, tendo havido evidentes subidas que não foram compensadas no custo do produto final. Como sabe, o preço da «bica» resulta do preço do café em armazém, os stocks do café são feitos para três meses, logo muito dele, que está ainda em armazém, foi comprado ao preço antigo e não ao preço da baixa. Na altura em que for possível reflectir no preço desse café a desida das cotações internacionais ...

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Então qualquer dia vai baixar?

O Orador: — ... este Governo, à semelhança do que fez com os medicamentos importados e com os pesticidas, à semelhança do que vai fazer com as peças para automóvel, com os electrodomésticos e com tantos outros produtos, não deixará de o fazer em relação ao café, embora isso custe muito à bancada do seu partido, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Como é que o Sr. Ministro controla os stocks?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Sr. Deputado Carvalhas tem de aprender muito!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra apenas para dar uma achega à resposta que o Sr. Ministro acaba de dar em relação ao aumento e à falsificação das rações. É, portanto, uma resposta para o Sr. Deputado Vítor Louro.

Não vejo motivo para que o Sr. Deputado possa estar tão preocupado com a falsificação das rações quando V. Ex.^a sabe que essas mesmas rações são controladas pelo Governo à saída das fábricas. Há *contrôle* da produção, há laboratórios do Estado que fazem a verificação do *contrôle* das rações.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — O Sr. Ministro diz que não!

O Orador: — Como sabe, essa qualidade tem a ver com os produtos que compõem a ração. As características biológicas das rações são, portanto, permanentemente controladas.

Por outro lado, os utilizadores das rações têm possibilidade ...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Os utilizadores são os animais!

Risos.

O Orador: — Sr. Deputado, não sei se sabe que os homens que procedem à sua utilização são designados por utilizadores.

Mas dizia eu, e bem, que os utilizadores das rações têm possibilidades de, sempre que os elementos que estão a fornecer aos seus animais não atingirem os objectivos previstos, tirar amostras e enviá-las aos laboratórios do Estado, nomeadamente ao Laboratório Nacional de Patologia Veterinária e ao Instituto Nacional de Investigação Industrial. São, portanto, dois laboratórios que, como o Sr. Ministro disse, o Governo está a apetrechar convenientemente para poderem fazer o *contrôle* que até aqui não tem sido feito.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vítor Louro pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Para brincar às interpelações!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Para intervir sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Então tem de aguardar pela sua vez, porque antes está inscrito o Sr. Deputado Bento de Azevedo.

O Sr. Bento de Azevedo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Embora o meu camarada Manuel dos Santos vá intervir e analisar amanhã a política do Governo e o conjunto de acções de natureza económica e financeira, gostaria de colocar, no limitado tempo que nos resta, duas ou três simples perguntas ao Governo.

A primeira é a seguinte: que reestruturação foi feita à Fiscalização Económica? Vai agora o Governo proceder a essa reestruturação após anunciar que vai iniciar o combate aos delitos? Se assim é, quando actuará com eficácia?

A segunda pergunta que gostaria de fazer é esta: a denominada «bica» subiu de preço numa altura em que as cotações desciham espectacularmente nos mercados internacionais. O nosso partido sabe que há um controlo sobre os importadores. Perguntamos: quando vai baixar o preço do café e da «bica» em Portugal?

Terceira e última pergunta: o Governo no seu Programa e a AD na sua propaganda eleitoral, usava o chavão de apoio e fomento cooperativo para o combate ao custo de vida. Mas no pacote de política financeira não se fala uma única vez no cooperativismo, sector que é essencial para a moralização dos circuitos comerciais. Em que ficamos? Tencionava-se ou não apoiar as cooperativas? De que forma? Quando? Temos para nós que o Governo não está a subsidiar, nem a fomentar literalmente nada e que esta política é efémera. Por isso, agradecemos que nos esclareçam se este Governo se prepara para inaugurar a política de S. Vicente de Paulo a nível de Estado?

Risos do PS e do PCP.

Se esta não é a política da AD, que medidas tem para melhorar os rendimentos das classes mais desfavorecidas e como é possível em 1981 anular a política que está a prosseguir, fazendo cair no bolso dos especuladores e açambarcadores lucros ilícitos em prejuízo de comerciantes honestos?

Aguardamos as respostas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que o Sr. Ministro do Comércio e Turismo dispensaria bem a ajuda do nosso colega do CDS, que veio mais uma vez mostrar que, afinal de contas, o Governo diz uma coisa e o CDS diz o contrário, ou então diz mais depressa como o fez o Sr. Deputado Casqueiro que anunciou as medidas de redução de preço do leite para 15 de Setembro, em vésperas das eleições ...

Enfim, o problema é entre o Governo e o CDS, o povo português, por sua vez, fica esclarecido e fica a saber quem manda no Ministério do Comércio ...

O Sr. Narana Colissoró (CDS): — Sr. Deputado, fique descansado que a gente toma nota, obrigado!

Risos.

O Orador: — ... tendo em conta o significado das palavras do Sr. Deputado Casqueiro.

Perguntou-me o Sr. Ministro se eu preferia, se fosse produtor de azeite, o preço de 90\$ o ano passado ou de 95\$ este ano. Bom, Sr. Ministro, se não houvesse inflação preferia o preço deste ano, mas com a inflação ficava a ganhar com os 90\$ do ano passado.

Em relação às rações, Sr. Ministro, sempre lhe digo que há muito tempo que não ouvia um estímulo tão forte à falsificação como aquele que acabou de dar, garantindo aos falsificadores que podem agir livremente porque os laboratórios nacionais não dão resposta às análises necessárias.

Acerca do café faço notar que este Governo aumentou o preço da «bica» em Portugal já depois

de o preço do café ter descido nos mercados internacionais. O Sr. Ministro acaba de revelar uma linha clara da demagogia deste Governo e da Aliança chamada Democrática ...

Vozes do PSD e do CDS: — Chamada?

O Orador: — Se a ordem dos factores os incomoda. da chamada Aliança Democrática.

Risos do PCP.

O Sr. Ministro revelou que o café subiu agora, mesmo depois da descida no mercado internacional, para poder descer nas vésperas das eleições. Já sabíamos!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Vasques.

O Sr. Vítor Vasques (PS): — Sr. Presidente, queria perguntar à Mesa de quanto tempo disponho para intervir !

O Sr. Presidente: — Do tempo de hoje, Sr. Deputado, trinta segundos.

O Sr. Vítor Vasques (PS): — Sr. Presidente, chega.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo tem feito afirmações acerca dos preços dos medicamentos que carecem de fundamento. Sr. Ministro, o preço dos medicamentos não diminuiu. Ainda esta semana, por exemplo, o *Runalon* aumentou de 882\$ para 1 118\$, o *Septrrim* aumentou de 237\$ para 334\$ e o *Hydergine* aumentou de 373\$ para 471\$. Os preços dos medicamentos diminuíram ou aumentaram? Sr. Ministro, cite-me um exemplo de um medicamento estrangeiro que tivesse baixado de preço.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Ministro do Comércio, gostaria que me informasse como é que, considerando que as margens neste momento são insuficientes, pensa ser possível compatibilizar a afirmação pública do seu Ministério de que não serão aumentados os preços das rações e ao mesmo tempo virem a ser elevados os preços do milho e da soja aos industriais de rações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu tinha pedido a palavra imediatamente a seguir ao Sr. Deputado Vítor Louro ter usado da palavra para fazer um protesto e não quero deixar de o fazer porque realmente há alguns Srs. Deputados do Partido Comunista chamado Português ...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

... que sistematicamente — mau grado a praxe estabelecida nesta Assembleia e até um acordo expresso já aqui várias vezes repetido no sentido de os partidos

se designarem mutuamente pelos nomes oficiais e bem assim as coligações que estabelecem ou estabeleceram — violam esse acordo e tentam indirectamente dar qualificações de democraticidade, de não democraticidade ou outros aos partidos oponentes.

Nós não podemos deixar de protestar veementemente contra esta atitude, que é indecorosa e que julgávamos já ultrapassada nesta Assembleia, e repetir mais uma vez, pese embora a certos Deputados do Partido Comunista, que não admitimos que os Deputados do Partido Comunista com apartes destes se arvorem em juízes da democraticidade de uma coligação que representa uma fracção substancial do povo português.

O Partido Comunista reduza-se à sua insignificância e não insulte 46 % dos portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para um breve esclarecimento.

Passo por alto aquilo que disse o Sr. Deputado Vitor Louro, são matérias que não merecem sequer contestação porque fazem parte da gíria habitual do Partido Comunista, mas sobre aquilo que interessa esclarecerrei o Sr. Deputado, porque é bom que fique claro que o Governo não fez aqui de forma nenhuma propaganda de adulteramento da qualidade das rações. O que o Governo disse, e disse no cumprimento de um dever democrático que é dever da verdade ao qual nunca faltará, foi que lia testes que poderiam fazer-se já em Portugal se tivéssemos laboratórios mais bem equipados mas que até ao momento não puderam ser feitos. Julgo que a muito curto prazo isso virá a acontecer, mas por enquanto ainda não.

Como disse o Sr. Deputado do CDS a maioria dos testes de qualidade das rações é feita nos laboratórios à porta da fábrica. Por consequência, o que nós queremos é aperfeiçoar ainda a qualidade dessa fiscalização por forma que o ritmo de conversão da ração em carne possa ser cada vez maior.

Como sabe, as rações são feitas com produtos importados, logo quanto menos ração for necessária para fazer um quilo de carne melhor é. E é esse o empenhamento do Governo. O Governo não esgrime com palavras, esgrime com actos, com acções e é isso que se deve ter em conta.

O problema que foi posto pelo Sr. Deputado Herberto Goulart tem uma resposta muito simples: nós conseguimos manter o preço das rações diminuindo a margem de industrialização. Foi isso que comecei por dizer. Aliás esse é um bom exemplo dado ao Partido Comunista onde a margem de industrialização foi efectivamente reduzida. Os sacrifícios são para todos, são também para os industriais de rações.

Quanto ao problema das cooperativas, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que nós não falamos muito nelas mas temo-las auxiliado como talvez nenhum Governo as tenha auxiliado. E o auxílio às cooperativas tem um nome, chama-se crédito. É por isso que neste Governo a União das Cooperativas dos Retalhistas por exemplo lhe pode dizer o que este Governo já tem feito por elas. São centenas e centenas de pequenos retalhistas que têm tido um auxílio efectivo do Governo, através do Ministério do Comércio, por via, pela primeira vez, da aplicação do decreto-lei, esse sim do Governo anterior, mas que tem sido aplicado por este Governo, em que os processos que estavam parados há longo tempo têm sido movimentados, em que está previsto um conjunto grande de inauguração de novas cooperativas.

Mas, Sr. Deputado, sempre lhe digo que as verdadeiras cooperativas não são aquelas que se intitulam cooperativas e que às vezes não são mais do que mais um intermediário e que efectivamente não são cooperativas pois não visam o cooperativismo.

As verdadeiras cooperativas, aquelas que têm por objectivo encurtar os circuitos comerciais e beneficiar certas camadas de consumidores, essas contam, e sabem que contam, com o apoio incondicional do Governo.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em relação ao problema do café a explicação já foi dada e por consequência não vou aqui alongar-me mais sobre o assunto. Só direi que a redução do preço do café não será feita para fins eleitorais, porque realmente este Governo não necesita desse tipo de actuações para ganhar as próximas eleições.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

Vozes do PCP: — Veremos!

O Orador: — Em relação ao problema dos medicamentos levantado pelo Sr. Deputado Vitor Vasques, quero dizer que os medicamentos importados sofreram efectivamente reduções que variam entre 10 % e 12 % e o nome dos medicamentos consta da lista oportunamente publicitada pelo Ministério a título de exemplo. Não a vou aqui citar por dois motivos: primeiro, porque não a tenho e, segundo, porque não compete ao Governo fazer publicidade de marcas de medicamentos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas lamentar a forma como esta interpelação ao Governo tem sido conduzida, principalmente no debate de hoje.

Acho que é dever do Governo responder às interpelações da oposição, mas roubar tempo ao Governo, da forma como tem estado a ser feito, para discutir o preço da bica e quando teremos ou não redução no seu preço, é uma forma altamente lesiva dos interesses nacionais de interpelar o Governo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — E o resto?

O Orador: — Lamento, em nome da bancada do CDS, que o nível do debate de hoje da interpelação ao Governo seja realmente tão fraco.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Luís Barbosa, gostaria muito simplesmente de comentar as suas afirmações, que me parecem profundamente incorrectas.

Na realidade, a bancada do Partido Socialista teve ocasião, ao longo desta interpelação, quer no debate de ontem quer no debate de hoje, de pôr perante o Governo e perante o País as questões que de facto são talvez não aquelas que mais preocupam o Sr. Deputado Luís Barbosa mas certamente aquelas que mais preocupam a esmagadora maioria dos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do CDS: — Muito mal!

O Orador: — Ou seja: a questão dos salários que têm direito a receber e a questão dos preços que têm de pagar pelos bens de que necessitam para a sua vida de todos os dias.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É só para concordar com o Sr. Deputado António Guterres, pois realmente os problemas que apresentou são deveras importantes. São esses os que me preocupam, mas discutir em pormenor quando é que o preço da bica vai baixar, e no estilo em que a discussão tem sido feita, não me parece que isso tenha qualquer nível.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — E o resto, Sr. Deputado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afirmámos ontem, e eu vou citar, «que o preço do gasóleo poderia ter sido fixado a um nível de 11% ou 12% mais baixo, sem que tal implicasse quaisquer subsídios, e ainda que o preço do fuel poderia ser inferior sem que o Orçamento Geral do Estado fosse sobrecarregado».

Admitiríamos que o Sr. Ministro da Indústria viesse argumentar que o Governo procurou manter uma certa margem de segurança, prevendo possíveis desvios previsionais em relação aos consumos relati-

vos dos combustíveis ou eventualmente em relação aos preços das ramas petrolíferas, etc. Mas não, o Sr. Ministro veio com a argumentação de que só se poderia fixar os preços a um nível inferior se se aumentasse o preço da gasolina para 50\$ ou 60\$, mas que os automobilistas já estão sobrecarregados, etc. De facto, o Governo parece que vive com a psicose do aumento dos preços.

Risos do PS e do PCP.

Nós admitiríamos uma argumentação deste tipo, embora pudéssemos contrapor que não nos pareceria correcto que o Governo estivesse a aumentar a inflação com expectativas inflacionistas.

Sr. Ministro, nós mantemos a nossa afirmação na medida em que de acordo com os números do Ministério da Indústria que vieram a público, e além disso tomando em consideração a revalorização de 6% verificada no escudo após o anúncio desses preços e que não foram considerados nesses cálculos, na economia dos combustíveis há um excedente na ordem dos 9 a 10 milhões de contos. Se esses 9 ou 10 milhões de contos fossem utilizados para os combustíveis poderia não se ter aumentado tanto o preço do fuel e do gasóleo.

Portanto a argumentação primária utilizada ontem pelo Sr. Ministro da Indústria não procede e nós continuamos à espera de que o Governo, no caso concreto o Sr. Ministro da Indústria, nos responda claramente quais foram as razões que levaram a aumentar o preço dos combustíveis para esses níveis.

Mas nós fizemos muitas outras perguntas que ainda não obtiveram resposta e é para isso que aqui estamos, e quando se fazem perguntas sobre a bica é para mostrar concretamente um tipo de actuação que o Governo tem na política de aumento de preços.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. Ministro do Trabalho (Eusébio Marques de Carvalho): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se trata propriamente de uma intervenção, mas de um esclarecimento em relação a algumas questões que aqui foram postas no domínio da política salarial do Governo. Passo, portanto, a esclarecer.

Como já aqui foi referido pelos Srs. Ministros das Finanças e do Comércio, trata-se de uma visão integrada de diversas políticas onde se insere a política cambial, a política de preços e, obviamente, também a política de rendimentos, a política salarial e ainda a política fiscal.

Portanto, não se trata de analisar isoladamente, unilateralmente, a política salarial, mas apreciá-la num determinado modelo que foi concebido. Isso será feito por parte do Ministério do Trabalho não numa visão economicista — o Ministério do Trabalho é um Ministério com uma perspectiva eminentemente social — mas numa óptica de justiça social.

A política salarial do Governo obedece, obviamente, para além desta visão integrada, a uma filosofia de base. Essa filosofia de base que enforma também a política de trabalho, e não apenas a política salarial, é uma política feita não por palavras mas por actos, uma política marcadamente desintervencionista isto

dentro do estilo da Europa onde nos queremos integrar, dentro do espírito do tripartidismo, que já aqui foi referido, da OIT.

O Governo entende que não lhe compete cometer ingerência em áreas que apenas pertencem aos parceiros sociais, dentro de uma perspectiva de construção de uma sociedade civil emancipada perante o Estado e robustecida, como se verifica nos países onde a democracia já se encontra institucionalizada desde os princípios deste século, países da Europa dos quais nos queremos aproximar.

Compete assim ao Governo uma política não intervencionista. E quando nos acusam de neocorporativismo queremos dizer o seguinte: não reconhecemos autoridade moral a quem produz essas acusações, a quem procurou usar a máquina corporativa de antes do 25 de Abril para cometer, sim, ingerência na área do trabalho para menorizar os trabalhadores neste país.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Quando agora nos falam em repressão salarial — e já vou clarificar este aspecto — direi que não fomos nós que congelámos a contratação colectiva; não fomos nós que congelámos os aumentos dos salários a partir dos 9 000\$; não fomos nós que fizemos uma perfeita promiscuidade entre Governos e sindicatos, não sabendo onde começavam uns e acabavam outros.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Nós, na realidade, entendemos que também dentro da tal sociedade civil aos parceiros sociais e aos sindicatos compete desempenhar um papel muito importante como motor de desenvolvimento económico-social, mas um sindicalismo democrático, um sindicalismo livre e não um sindicalismo tutelado.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Assim ao Governo competirá, face à essa sociedade civil e dentro da filosofia de base da política de trabalho, uma acção de influenciação, uma acção persuasiva, uma acção didáctica, uma acção preventiva, uma acção de criação de condições e de pressupostos através, designadamente, do fornecimento aos parceiros sociais de um quadro de dados estatísticos de índole económico-financeira e de natureza técnica, por exemplo no domínio da qualificação dos postos de trabalho com vista à correcção de assimetrias salariais. Dados esses que obviamente terão de ser fornecidos não em forma opaca mas em termos transparentes e actualizados.

Vozes do PCP: — Vê-se!

O Orador: — O Sr. Deputado Maldonado Gonelha falou há pouco na desactualização dos dados estatísticos, que é um facto. É evidente que esta actuação pressupõe acções de reestruturação, pressupõe a introdução de alterações na orgânica dos serviços — e estamos a fazê-lo. Estamos neste momento no âmbito do Ministério do Trabalho a prestigiar, a dignificar em termos funcionais o serviço de estatística, designadamente no domínio da informatização, de modo a habilitá-lo com capacidade de resposta e assim poder-

mos pôr à disposição dos parceiros dados não só transparentes e válidos mas também actualizados.

O Governo é assim propenso ao diálogo, simplesmente distingue entre o verdadeiro diálogo, também ele transparente, e o diálogo doloso e fraudulento.

Desde já afirmo com toda a clareza que não cairemos na ingenuidade do diálogo doloso ou fraudulento que visa objectivos que não têm nada a ver com as questões que pretendemos dialogar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à política sectorial em si, e dentro desta filosofia de desintervencionismo, distingui o objectivo número um do Governo que é a manutenção do poder de compra dos salários, abandonando o sofisma, com o artificialismo dos salários reais e dos salários nominais, inebriando os trabalhadores com o falso poder de compra, como os dados estatísticos o evidenciam. De modo que o primeiro objectivo do Governo é a manutenção do poder de compra real dos salários. O segundo objectivo é a possibilidade de ir mais além em correspondência com acréscimos efectivos de produtividade.

Portanto o Governo esclarece de uma vez para sempre que disse «não» ao tecto salarial. Entendemos que essa é uma medida que jamais se reporá em Portugal se na realidade conseguirmos levar avante o projecto do Governo em geral e, em particular, no domínio da política do trabalho.

Sendo esse o objectivo, como é que isso se reflecte em relação às convenções colectivas? Para efeitos de depósito — e passo a esclarecer a questão que foi colocada ontem e hoje — o Governo exigirá apenas uma fundamentação económico-financeira meramente demonstrativa dos aumentos quando se vise a manutenção do poder de compra, e aí recordo que o próprio processo da convenção colectiva traz apensos dados de natureza económico-financeira aquando da discussão da proposta.

O Governo aí diria, dentro da tal atitude desintervencionista, que em 98% dos casos não terá qualquer interferência. Terá apenas uma posição de constatação, uma posição estática, sem qualquer tipo de interferência.

Relativamente às convenções colectivas onde se procure ir mais além do que a simples manutenção do poder de compra em correspondência com acréscimos efectivos de produtividade, aí o Governo vai exigir uma fundamentação económico-financeira já não meramente demonstrativa dos aumentos mas claramente justificativa.

É claro que acréscimos salariais dissociados do problema da comportabilidade em termos económico-financeiros fazem trazer à colação uma variável mais importante do que os próprios acréscimos salariais que é a variável do emprego. Mas também aqui o Governo não se vai instalar numa óptica legalista. O Governo vai habilitar os parceiros sociais, no tal sentido influenciador, no tal sentido dissuasor, com um modelo económico-financeiro que reflectirá obviamente a diversidade da estrutura dos sectores de actividade e das próprias empresas.

Para as empresas, e designadamente no que se refere aos ACTs, obviamente que aí se exigirá mais no que respeita à fundamentação económico-finan-

ceira. No que se refere a empresas de estrutura artesanal ou familiar, aí quase que basta a simples descrição factual da realidade da empresa.

Portanto, também aí não se verificará da parte do Governo uma posição intervencionista, uma posição legalista, mas sim uma atitude de contribuir para que os parceiros sociais assumam as suas responsabilidades. Isto quer dizer que em determinados casos — e é um exemplo nítido sobre a inexistência do tecto salarial — poder-se-á ir bastante além da simples manutenção do poder de compra, desde que isso surja devidamente fundamentado em termos económico-financeiros e associadamente à questão da produtividade.

Obviamente que isto implica a tomada de medidas não só no campo administrativo como no campo legislativo.

Quanto às medidas no campo legislativo, temos em preparação um elenco dessas medidas para materializar todas estas intenções e teremos de rever os Decretos-Leis n.º 490/79 e 519-C1/79, esses sim, que ressuscitaram o mecanismo da homologação prévia. Mas não foi o actual Governo que produziu esses dois diplomas. O Governo, pelo contrário, está disposto a repensar e a rever esses mecanismos no sentido de afastar o espantilho da fundamentação económico-financeira tal como vem enunciado e, portanto, em liberalizar a política do trabalho.

Ainda sobre política de trabalho há a questão da produtividade que o Governo vai incentivar. A produtividade foi um conceito vilipendiado neste país, aliás com o objectivo nítido de materializar um projecto de mediocrização da sociedade, e o Governo está firmemente disposto a fazê-lo ressuscitar, dando liberdade para a criação de prémios de produtividade.

Obviamente que por parte do Governo os apoios no domínio da produtividade serão selectivos em associação com a actividade económica, designadamente em relação àqueles sectores que têm a ver com a exportação ou com a substituição de importações ou sectores considerados prioritários, como a agricultura e as pescas.

Outro aspecto da política salarial e do trabalho é a questão do absentismo, e também aqui o Governo está firmemente disposto a enfrentar esse problema no sentido de o moralizar. É evidente que não vamos tomar uma atitude emocional perante o absentismo, mas vamos procurar tomar uma atitude lúcida, começando por fazer um inquérito bastante profundo para visualizar a realidade do absentismo, aceitando obviamente aquilo que se chama uma taxa normal de absentismo. Mas há que definir a taxa normal de absentismo porque, a partir dela, é que surgem as situações de abuso.

Para isso, o Governo porá em prática uma série de medidas não só de natureza administrativa como também legislativa, designadamente articulando o direito do trabalho com o direito da segurança social.

Quanto à questão, ontem colocada, de saber o que é que o Governo pensava da quota-partes dos rendimentos do trabalho na repartição funcional do rendimento nacional, devo dizer que o Governo, também aí, pretende que a percentagem dos rendimentos de trabalho dentro da repartição funcional do rendimento nacional suba mas de uma forma iniludível e não de uma forma fugaz, como se verificou em 1975, e com uma descida que até agora não foi possível travar.

Sendo esta política integrada, obviamente que, como já foi referido pelo Sr. Ministro das Finanças, lograr-se-á também aumentar o poder de compra através da redução de impostos, designadamente o imposto profissional. E, portanto, o esquema de redução do imposto profissional implica, como já foi aqui esclarecido, uma reposição do poder de compra variando entre 2% para os rendimentos mais elevados e 6% para os rendimentos mais baixos.

É também intenção do Governo, como já foi anunciado, rever outros tipos de impostos, como seja o imposto complementar.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Só?!

O Orador: — A afirmação de que o Governo tem uma política de confronto, devo dizer que é mentira. O Governo não tem uma política de confronto; o que o Governo gostaria é que ressuscitasse o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, e garante que não será o Governo que criará obstáculos à revitalização do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços. Simplesmente, aqueles que apregoam no exterior a sua necessidade bloqueiam-no ideologicamente no seu interior.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — E o Governo recua perante isso?!

O Orador: — Não, Sr. Deputado, avançará sempre!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Ah, estava a ver!

O Orador: — Quanto à política de confrontos, o Governo tem a serenidade para fazer uma leitura correcta dos conflitos e para distinguir os de natureza laboral com os que não têm conteúdo laboral, que são os de natureza política.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em relação aos conflitos de natureza laboral, o Governo surgirá com toda a humildade intelectual e procurará, acima de tudo, soluções consensuais.

Em relação aos conflitos de natureza política, o Governo, com toda a firmeza, desdramatizando, dará aos mesmos resposta política firme.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, os trabalhadores também se vão habituando a fazer esta leitura e recordo aquela manifestação a propósito das convenções colectivas...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — A Rodoviária!...

O Orador: — ... que surgiu esvaziada de conteúdo laboral e que redundou no fracasso que todos conhecemos.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Essa é boa!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Já estamos habituados a esses olhinhos do Governo! Vê tudo ao contrário.

O Orador: — Nós não temos uns óculos únicos. Creio ter prestado alguns esclarecimentos. Se ama-

nhã tiver oportunidade falarei no célebre processo das convenções colectivas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Só??!

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Álvaro Barreto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados Só para confirmar aquilo que ontem disse.

Realmente o abaixamento de 11% ou 12% que o Sr. Deputado Octávio Teixeira referiu obrigaría a subir o preço da gasolina, no valor aproximadamente de 4\$50 ou 5\$, para perto de 50\$ portanto. Eu não falei em 60 e tantos escudos mas em 50\$. Confirmo e reafirmo esta mesma informação que ontem dei.

E as razões são simples, Sr. Deputado Octávio Teixeira: foi dito, aquando do debate sobre o Programa do Governo, que este Governo veio encontrar o abastecimento de petróleo ao País somente garantido em 2/3 desse abastecimento. Dos 9,1 milhões de toneladas de que o País precisa para 1980 faltava ainda contratar 3,5 milhões de toneladas.

Por outro lado, os cálculos que tivemos de fazer foram sem saber a que preço esse produto iria ser comprado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — E agora??!

O Orador: — É um dólar a mais por barril corresponde a um aumento de encargos de 3,3 milhões de contos.

Portanto, é evidente que nos cálculos feitos tivemos que ter em linha de conta uma certa margem de protecção, aliás como faria qualquer pessoa que faz cálculos para produto que ainda não sabe a que valor é que o vai comprar.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Em Setembro o Sr. Ministro baixa! Já percebemos!

O Orador: — Se já perceberam então somos nós que não percebemos a pergunta.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Leite.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro do Trabalho: O Sr. Ministro fez uma intervenção de facto esclarecedora, e, para ir directo à questão, esclarecedora da hipocrisia política do Ministério do Trabalho.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De facto, o Governo, com dificuldades em justificar a sua política neocorporativa no Ministério do Trabalho e em justificar a sua promiscuidade com as entidades patronais, vem acusar os outros de neocorporativos e de promiscuos com os sindicatos.

Além disso, essa dose de hipocrisia tem um reflexo bem patente na atitude aparentemente cândida do

Sr. Ministro, pelo diálogo, pelo não intervencionismo e pelo «não» ao tecto salarial. Só que aquilo que resulta da intervenção do Sr. Ministro é que o Ministério do Trabalho fica com a arma suficiente para dizer sim ou não a qualquer convenção colectiva de trabalho.

O Sr. Ministro pode apregoar o que quiser, mas se mantiver como requisito do depósito a necessidade de fundamentação, e ainda por cima aos sindicatos — porque é bom que se recorde que não são naturalmente as entidades patronais que estão interessadas em fazer essa justificação, mas os sindicatos, que até têm mais dificuldade em fazê-la —, o Sr. Ministro fica com uma arma poderosa na mão para reimplantar, e é isso que está em causa, por via administrativa o tecto salarial, com a agravante de não ir estabelecer um tecto único, digamos assim, mas ficar com a possibilidade de discriminhar claramente camadas de trabalhadores deste país. Como isto ficou claro, vejo que não necessário de quaisquer pedidos de esclarecimento.

É bom que isso fique aqui claro porque, também através desta Câmara, os trabalhadores se vão esclarecendo sobre os reais propósitos deste Governo. E já agora, quando o Sr. Ministro diz que foi o anterior Governo que criou ou que ressuscitou — desta vez corrigiu alguma coisa — quanto ao mecanismo da autorização prévia, recordo que o Sr. Ministro tem a sua assinatura num diploma em que mantém a necessidade de fundamentação económica dos aumentos acordados.

Como se recorda, o Sr. Ministro, quando pertencia ao IV Governo Constitucional, tem a sua assinatura num diploma que mantém o actual artigo 10º. Esse diploma apenas não passou aqui por via da ratificação. Portanto, Sr. Ministro, não venha dizer que a responsabilidade desse artigo é do anterior Governo, porque ele já vem do IV Governo Constitucional e o Sr. Ministro deu todo o seu aval, todo o seu peso, a um artigo desse género.

Finalmente, o Sr. Ministro disse que a manifestação contra o congelamento das convenções colectivas de Trabalho se traduziu num fracasso. Queria só, e aí sim, perguntar ao Sr. Ministro se entende que foi fracasso a movimentação dos trabalhadores obrigar o Ministério do Trabalho à publicação das convenções colectivas que entretanto tinha congelado.

Aplausos do PCP.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção do Sr. Deputado Jorge Leite foi muito esclarecedora, porque, apresentado sempre como um dos grandes especialistas do direito laboral pela bancada comunista, ficámos a saber a exacta medida em que o Partido Comunista quer fazer as críticas ao Ministério do Trabalho. Viu-se que o Partido Comunista não tem absolutamente nada a criticar e que aquilo que o Sr. Deputado Jorge Leite disse é meramente uma coisa formal de discutir quem é que fez o diploma que tanto prejudica os sindicatos: se o Governo Pintasilgo, se o Governo Mota Pinto ou se o actual Governo.

O Sr. Deputado Jorge Leite, como especialista, sabe muito bem que quem fez a lei foi o Governo Pintasilgo e que foi esse mesmo Governo que fez a armadilha de deixar ao actual Governo o encargo de ver se os contratos colectivos estavam ou não em consonância com a legislação publicada pelo primeiro.

Também o Sr. Deputado Jorge Leite falou do corporativismo, do pré-corporativismo, da promiscuidade, para assim devolver, à sua maneira — sempre atabalhoadamente —, as acusações firmes que o Sr. Ministro do Trabalho tinha feito. E a bancada comunista imediatamente acusou o toque.

Naturalmente que o Sr. Deputado Jorge Leite não sabe bem o que se passava em 1974 e 1975 no Ministério do Trabalho, porque as suas visitas ao Ministério eram apenas para buscar os livros e levá-los para o seu gabinete em Coimbra, para aí fazer a «lei terrorista» da unicidade sindical, de que é o autor. Por isso, nunca mais pôde fazer a outra lei e, por isso mesmo, também não tem autoridade moral para falar de democracia, de aumentos salariais ou o que quer que seja porque é o autor da «lei da rolha sindical» ...

Aplausos do CDS e do PSD.

Protestos do PCP.

Uma voz do PCP: — Rolha é você!

O Orador: — ... da lei da unicidade que até hoje tanto tem prejudicado os trabalhadores, assim como foi também ele quem prejudicou os trabalhos nesta Assembleia por não ter deixado discutir a lei sindical Gonelha que poderia estar já em vigor.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, o Sr. Deputado Jorge Leite vem agora aqui, sub-repticiamente, pedir ao Sr. Ministro do Trabalho que, em vez de vários tectos salariais, implante um só tecto salarial.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (POP): — Olhe que não foi isso que ele disse!

O Orador: — Enquanto o movimento sindical está lá fora a gritar que não quer tecto salarial, agora na oposição o Sr. Deputado Jorge Leite vem dizer que aquilo que o Sr. Ministro vem aqui fazer é dizer que não há um tecto salarial mas vários. Afinal, o que é que o Partido Comunista quer? Quer movimentações para que não haja tecto salarial? Ou quer movimentações para que haja várias tectos salariais? Qual é a política laboral do PCP? Porque é que o Partido Comunista tem prejudicado tanto o sindicalismo em Portugal, confundindo o sindicalismo com os seus próprios projectos totalitários?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Jorge Leite quer continuar, assim, a interpelar o Governo com questões formais, com bagatelas, no sentido de saber quem é que assinou a lei? Ou quer dar respostas claras, dizendo o que pensa em relação aos contratos colectivos, qual a sua posição em relação aos tectos salariais, qual é a sua posição em relação à liberdade

do movimento sindical em Portugal? É isto que queríamos saber. É isto que o Sr. Deputado, especialista, Jorge Leite devia dizer a esta Câmara e não diz.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Belo discurso!

O Sr. Nascimento Rodrigues (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nascimento Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que a intervenção do Sr. Deputado Jorge Leite demonstrou à evidência a hipocrisia política do Partido Comunista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Durante dois ou três anos os trabalhadores neste país sujeitaram-se a um tecto salarial: primeiro de 15 %, posteriormente de 20 %.

É verdade que o Partido Comunista e as organizações sindicais a ele afectas fizeram uma oposição a esse tecto salarial, oposição essa meramente gongórica porque não vimos nenhuma manifestação como aquela que se promoveu recentemente junto do Ministério do Trabalho ...

Vozes do PCP: — É falso!

O Orador: — ... por causa da imposição desse tecto salarial.

Pergunto, portanto, onde é que esteve a verdadeira oposição do Partido Comunista.

Aplausos do PSD e protestos do PCP.

É muito fácil protestar por palavras ou protestar por papel, mas é muito diferente estar ao lado dos trabalhadores, junto das empresas.

Protestos do PCP.

Em segundo lugar, a propósito também de uma intervenção do Sr. Deputado Jorge Leite, já tive oportunidade de dizer que, na altura da publicação do decreto-lei do V Governo Constitucional que impôs a fundamentação para efeitos de depósito das convenções colectivas de trabalho, não tivemos o prazer de ouvir o Partido Comunista protestar contra essa fundamentação. E devo esclarecer o Sr. Deputado que mantenho aquilo que disse aquando da intervenção feita nessa altura.

É este o Governo que efectivamente está a procurar descorporativizar essa legislação. E explico-lhe muito sucintamente porquê. Como o Sr. Deputado Jorge Leite sabe, a disposição do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 490/79, da autoria — repito — do V Governo Constitucional, contra a qual o Partido Comunista não se insurgiu na altura, limita-se a exigir uma fundamentação sem lhe definir qualquer contorno. É, portanto, uma disposição que permitiria ao Governo a maior margem de discretionariedade, senão mesmo de arbitrariedade, no depósito das convenções colectivas de trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É este Governo que vem dizê-lo, e não apenas por palavras, mas já, inclusivamente, através de disposições constantes de uma resolução do Conselho de Ministros que naturalmente serão, a breve prazo, transformadas em medidas legislativas, é este Governo, dizia, que vem esclarecer o tipo de fundamentação que se pode exigir. Isto é, que vem clarificar, que vem dar segurança às partes para que elas saibam como se comportar, para efeitos de fundamentação e de entrega das convenções colectivas no Ministério do Trabalho. Isto é, reduz completamente a margem de arbitrariedade e de discricionariedade que constava do diploma do V Governo Constitucional, para tornar as coisas transparentes.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — E isto é descorporativizar, isto é actuar com lealdade perante os parceiros sociais. protesto, portanto, perante as afirmações do Sr. Deputado Jorge Leite.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Além disso, queria também dizer-lhe que é totalmente incorrecta a referência que fez à assinatura do Sr. Ministro do Trabalho a propósito do diploma que estava preparado no IV Governo Constitucional. E muito diferente, Sr. Deputado Jorge Leite. Efectivamente, na altura mantinha-se a hipótese de um tecto salarial e desde sempre — desde o I Governo socialista que impôs o tecto salarial neste país — se exigiu que, para efeitos de apreciação desse tecto salarial, se teria de apresentar conjuntamente uma fundamentação económico-financeira para efeitos de depósito das convenções colectivas de trabalho no correspondente Ministério. E é nessa medida que, nessa altura, o Sr. Ministro do Trabalho, acompanhando, aliás, a tradição legislativa anterior, requeria igualmente uma fundamentação económico-financeira.

O Sr. Deputado tentou aqui deturpar as coisas. Não deturpe as coisas, diga a verdade!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Leite para responder, se assim o entender.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, vou reunir no meu contraprotesto os dois protestos que foram feitos, com esta diferença: apesar de algumas incorreções do Sr. Deputado Nascimento Rodrigues, apesar disso captou melhor a minha intervenção do que o Sr. Deputado Narana Coissoró. A culpa não deve ter sido da Intervenção; a diferença deve estar nos dois Deputados.

O Sr. Narana Coissoró já várias vezes tem vindo aqui com um certo sentido acusador dizendo que sou especialista de direito do trabalho. Devo dizer-lhe que gostaria de o ser e só em resposta a isso é que digo que normalmente o Sr. Deputado é especialista do direito dos patrões! .

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É também direito laboral, Sr. Doutor!

O Orador: — Está no seu direito.

Mas, Sr. Deputado Narana Coissoró, além de deturpar a minha intervenção, acrescentou-lhe algumas calúnias que nem provou e nem vai poder provar. E uma delas é tão ridícula que o melhor era nem sequer falar nela: como é que o Sr. Deputado sabe que levei livros para Coimbra do Ministério do Trabalho?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Ministério sabe!

O Orador: — Isso é de facto uma coisa que dá a medida de si mesmo, Sr. Deputado.

Quanto à autoria da Lei Sindical, já uma vez aqui esclareci e não volto a repetir. — O tempo é muito mais importante do que as divagações do Sr. Deputado. Vejam que agora eu até sou o responsável pelo facto de a Lei Gonçalva não ter prosseguido neste Parlamento!

Sr. Deputado Narana Coissoró, não me meça pela sua importância. Provavelmente, o Sr. Deputado teria pretensões a seguir para o Ministério do Trabalho; assim não aconteceu; é natural que isso lhe cause algum embaraço ...

Risos do PCP.

... mas, Sr. Deputado, não meça os outros por si.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É nisso que deu a interpelação do Partido Comunista! Conversa sobre minhocas ...

O Orador: — Quanto à questão do tecto salarial, o Sr. Deputado Nascimento Rodrigues esclareceu que o PCP opôs-se, desde o primeiro momento, ao tecto salarial, foram essas as palavras do Sr. Deputado. Devo dizer-lhe que na minha intervenção não advoquei o regresso ao tecto salarial; o que verberei foi a hipocrisia política, que é a de se dizer não ao tecto salarial, mas, ao mesmo tempo, deixar nas mãos do Ministério do Trabalho a arma suficiente para estabelecer por via administrativa tectos salariais e, ainda por cima, discriminatórios.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miranda da Silva.

O Sr. Miranda da Silva (POP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O aumento do preço do gasóleo em 35% e as graves consequências que dele derivam para a agricultura e para as pescas exigem que da parte do Governo sejam clarificadas algumas situações.

O Sr. Ministro da Indústria, que parece não desejar cair do seu pedestal e quando são postas em causa as suas afirmações pura e simplesmente se vai embora ...

Vozes do PSD: — É falso!

O Orador: — ..., ele próprio reconheceu ontem aqui as consequências para os sectores da agricultura e pescas de tais aumentos, embora, por um lado, ten-

tasse justificá-los, e, por outro, tentasse atenuá-los com a promessa dos subsídios.

Naturalmente que mantemos as afirmações e as declarações do meu camarada Octávio Teixeira sobre a não necessidade de tão grande aumento, mas, para além disso, o que todos nós sabemos é que o gasóleo subsidia os combustíveis industriais em cerca de 2 milhões de contos, ou seja, 1\$02 por litro de petróleo, ou, se quisermos, cerca de 6% do seu preço de venda. E a agricultura e as pescas são substancialmente afectadas por isso.

Por outro lado, o recente aumento do gasóleo não foi acompanhado, de imediato, pela atribuição de qualquer subsídio à agricultura e às pescas, como se impunha.

Só colocado perante o generalizado repúdio dos agricultores, dos pescadores e dos pequenos e médios armadores, só então o Governo anunciou o seu propósito de subsidiar aqueles sectores.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — É catastrófico!

O Orador: — Mas colocam-se mesmo assim várias interrogações.

Quando pensa o Governo de facto iniciar o pagamento de tais subsídios? Vão ou não ser atendidas as reclamações dos agricultores e dos pescadores sobre o valor do subsídio a atribuir? Concretamente, quem vai ser subsidiado? E exactamente porque formas vão ser atribuídos esses subsídios? E que as consequências deste aumento vão sentir-se de imediato.

Lembramos que será certamente próximo ou mesmo superior a 1 milhão de contos o acréscimo anual do preço do gasóleo para a agricultura e para as pescas, porque cada mês que não recebem subsídio os agricultores e os armadores arcam com custos acrescidos em cerca de 100 000 contos.

Torna-se evidente que os preços dos produtos agrícolas e das pescas terão, forçosamente, que subir se não se quiser a ruína dos agricultores e armadores, dos pequenos e médios agricultores e dos pequenos e médios armadores.

E mais: os preços terão de subir, inevitavelmente, por força do aumento do preço do gasóleo, pese embora os subsídios anunciados.

Já referimos os custos de transporte, poderíamos referir os preços de factores de produção, mas subirão também pelas formas anunciadas de atribuição dos subsídios.

Tudo faz prever que milhares de pequenos agricultores não irão beneficiar desses subsídios, já que recorrem a alugadores de máquinas aos quais não parece que o Governo pense atribuir qualquer subsídio. E desenha-se, assim, a ruína de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas.

E não será, de resto, este um objectivo do Governo tendo em conta, nomeadamente, a integração na CEE, que, pelos vistos, está bastante comprometida por razões decorrentes do sector agrícola?

Era sobre estas questões que muito gostaríamos ouvir o Governo pronunciar-se.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Ministro do Trabalho para responder, se assim o entender.

O Sr. Ministro do Trabalho (Eusébio Marques de Carvalho): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Leite: Tentanto não alongar o debate, queria dizer-lhe que hipocrisia, sim, é defender em 1980 a abolição do tecto salarial e em 1975 congelar a contratação colectiva e os salários acima de 9000\$.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Hipocrisia, sim, é fazer um clima de festejos à volta da abolição do tecto salarial e silenciar algo bastante mais gravoso para os trabalhadores, que é a criação do mecanismo da fundamentação económico-financeira.

Portanto, hipocrisia, se existe, é da parte do Sr. Deputado Jorge Leite e não da nossa parte.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à manifestação, creio que o Sr. Deputado enunciou o problema ao contrário. É que a manifestação não levou a aceitar o depósito de convenções que já tinha ocorrido através do diálogo em momento anterior. Daí ela ter surgido com tonalidade meramente política e esvaziada de conteúdo laboral e dai também o seu retumbante fracasso.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Conhece aquela da lagartixa?!

O Orador: — Perfeitamente!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — E a do crocodilo?!

O Orador: — Também, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Colissoró (CDS): — Bem digo eu, é nisso que deu a interpelação do PCP! Não são capazes de mais ...

O Orador: — Por fim, queria dizer que mais do que palavra ocas, como a lagartixa e o crocodilo, o Governo não se deixa afectar com estes processos de intenção no seu equilíbrio neurovegetativo. E, com sentido de ironia, esteja descansado, Sr. Deputado, que o Governo, como lhe compete, governará com firmeza e sentido de eficácia.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de saber quantos minutos ainda disponho do meu tempo de hoje.

O Sr. Presidente: — Dispõe de sete minutos e meio, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ia referir-me a uma série de questões, mas antes aproveito para fazer algumas reflexões.

Em primeiro lugar, estranhar que o Governo que tanto se apelida de democrático ...

Vozes do PSD: — E é!

O Orador: — ... tenha, ao contrário do que no passado se verificou, feito baixar uma cortina sobre os debates que se passam nesta Câmara.

Efectivamente, ontem a cobertura dada, quer pela Radiotelevisão, quer pela Radiodifusão, reflecte claramente a vontade de não deixar que o povo português saiba senão aquilo que o Governo diz.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD: — É falso!

O Orador: — E os órgãos de informação contêm coisas de pasmar, porque um Deputado da maioria escassa da AD...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Mas é maioria!

O Orador: — ... da maioria da Aliança que se diz democrática...

Vozes do PSD e do CDS: — E é!

O Orador: — ... — aliás, tem todo o direito de o dizer porque qualquer um se pode autochamar o que quiser, o que nada prova —, esse Deputado tenha dito que o silêncio que na oposição se verificou após as intervenções dos Membros do Governo mostra que a oposição não tinha resposta.

Risos do PCP.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — E é verdade!

O Orador: — É incrível, Srs. Deputados, não se deixa passar nada para a opinião pública do que aqui se passa, mas já se diz que, depois de falarem os membros do Governo, se verificou um silêncio na oposição, sem se dizer que o Regimento mandava que depois de falar o Governo se interrompesse pura e simplesmente os trabalhos, se encerrasse a reunião, para recomeçarmos hoje o debate.

Uma voz do PCP: — Lei da Rolha!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Foi o *Diário* que disse isso? Ou foi o Sr. Vital Moreira?

O Orador: — Mas, já que tanto se fala de hipocrisia, direi também que os Srs. Ministros do Trabalho e da Indústria vieram ambos aqui há bem poucos meses defender, pasme-se, o imposto que consistia em tirar a alguns o 13.º mês e um tecto salarial, uma e outra coisas batidas pela Assembleia. E agora o Sr. Ministro do Trabalho recorda não sei que factos, aliás completamente desinseridos do contexto...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E doem muito ao PCP!

O Orador: — ..., e vem falar em hipocrisia. Parece que basta lembrar-lhe este facto.

Aplausos do PCP.

O Sr. Ministro das Finanças, que lamento não se encontrar agora presente, mas ele lá terá as suas razões, expôs-nos ontem aqui uma teoria, em tom de ciência de ficção, sobre os salários e os preços. São casos velhos mas sempre renovados que fazem parte da apologética do capitalismo e fundamentalmente a tese é a do círculo infernal.

Mas em resumo o que queria dizer é o seguinte: O Sr. Ministro das Finanças, ao mesmo tempo que através dos órgãos de comunicação social e diante das câmaras da Radiotelevisão anuncia os aumentos de preços de bens essenciais, dizia, repetia, respondia, que os preços iriam baixar. Agora o Sr. Ministro vem aqui dizer-nos que a AD e o seu Governo mantêm a garantia de, pelo menos, a manutenção e o aumento dos salários reais — agora, na nova fórmula do Ministro de Trabalho, trata-se de, com outra expressão, garantir o poder de compra dos salários ou mesmo o seu aumento —, mas acrescenta que tudo será impossível se não se mantiver ou pelo menos evitar ao máximo os aumentos dos salários nominais. É como que uma imagem invertida do que faz com os preços! Com os preços anuncia os aumentos mas diz que vão baixar, vão baixar, vão baixar! Com os salários garante o aumento do poder de compra, ou pelo menos a sua manutenção, mas nada de aumentos dos salários nominais.

Gostaria, pois, de repetir as perguntas que já fizemos. O Governo promete aumentar os salários. Pergunto então se pode quantificar o objectivo para este ano. Em vista do objectivo anterior o Governo diz-nos ou não quais são os aumentos dos salários nominais que consentirá? Que medidas de carácter geral tenciona o Governo adoptar para obter estes objectivos?

E finalmente uma nota: poderá o Governo explicar-nos como se inserem nestes objectivos as propostas feitas aos trabalhadores da função pública de aumentar em Julho 14%? Será isto garantir pelo menos o poder de compra dos salários?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Gastou cinco minutos e meio. Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Pedro de Vasconcelos (CDS): — Sr. Presidente, gostaria de saber também de quanto tempo ainda disponho.

O Sr. Presidente: — De um minuto, Sr. Deputado.

O Sr. Pedro de Vasconcelhos (CDS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, limitar-me-ei a corroborar e a dar o meu acordo ao início da intervenção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira quanto à forma extremamente recriminável como tem sido reproduzido para o País o que se passa nesta Assembleia, pela Radiotelevisão Portuguesa.

Ontem o segundo canal da Radiotelevisão Portuguesa não transmitiu praticamente nada ao País da riquíssima intervenção do Sr. Ministro das Finanças. O País não ficou a saber as razões da política económica do País.

Aplausos do CDS e do PSD

Bastante mais grave, reproduziu amplamente a intervenção do Sr. Deputado Vítor Constâncio e quando se referiu à intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia que lhe respondia, o locutor limitou-se a dizer o que entendia de sua justiça e focou a imagem do Sr. Deputado Ângelo Correia na bancada a olhar para baixo, nada dizendo.

Considero que isto é uma manipulação imperdoável da informação e aí o Sr. Deputado Veiga de Oliveira tem toda a razão.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, todos nós sabemos ou pelo menos temos obrigação de saber o que se passou por exemplo nas anteriores interpelações ao Governo. Nessas alturas, a Radiotelevisão Portuguesa deu a cobertura, pelo menos com magazines, do que aqui se passou, dando a todos o seu tempo e dando inclusivamente aos partidos da oposição — nessa altura o PSD estava na oposição, assim como noutra altura estava o CDS — o direito de verem as suas opiniões expressas perante a opinião pública. Isto não é manipular.

O que a Radiotelevisão fez agora — se o fez — fê-lo com o novo administrador nomeado em confiança pelo Governo da Aliança dita, apelidada, auto-proclamada Democrática.

Aplausos do PCP.

E, Sr. Deputado Pedro de Vasconcelos, talvez o segundo canal, que eu não vi, tenha escamoteado ou não tenha mesmo transmitido nada a respeito da intervenção do Sr. Ministro das Finanças. Mas o que lhe garanto é que nada aparece também das intervenções dos partidos da oposição. E era do mais elementar dever e mesmo do cumprimento da lei que consagra o direito dos partidos da oposição, como até também do direito de antena, que o Governo tivesse tomado a providência, que anteriormente sempre foi tomada, de pedir à Radiotelevisão que viesse à Assembleia para contactar com os membros dos grupos parlamentares e com o Presidente da Assembleia e estabelecer uma forma de garantir uma certa equanimidade, enfim garantir que o debate se processasse não só aqui, mas diante de quem quisesse saber por esse país fora como aqui as forças políticas o representavam, bem ou mal.

O Sr. Raul Rego (PS): — Muito bem!

O Orador: — E isto tem sido escamoteado com a nova administração da Radiotelevisão que é de nomeação do Governo da AD. Este é que é um facto importante que convinha registar.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Castro Caldas (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um curto protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Castro Caldas (ODS): — Sr. Deputado Veiga de Oliveira, não é hábito na sua boca...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Está desorientado!

O Orador: — ... a utilização das expressões que fez quanto à denominação da minha bancada e por isso protesto.

Sr. Deputado Veiga de Oliveira, eu vi o *Telejornal* quer no primeiro, quer no segundo canal, e tenho a certeza de que se pedíssemos à Radiotelevisão a contabilização do tempo...

Vozes do PCP: — Peça, peça!

O Orador: — ... que foi destinado às intervenções da oposição e às do Governo, esse tempo era favorável à oposição. E mais do que isso: em todo o noticiário foi dada preferência à intervenção do Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Foi a melhor!

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Presunção e água benta ...!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado. Tem meio minuto.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado Castro Caldas, quando repeti, e fui propositadamente, a expressão Aliança autoproclamada, apelidada ...

Vozes do PSD: — Outra vez?!

O Orador: — ..., etc., fui para lhes mostrar que pode também dizer-se o Partido Comunista chamado Português. Pois pode, Sr. Deputado. Os Srs. Deputados não estão proibidos de o fazer. Aliás, na altura não protestei, mas isso redobra o meu direito de dizer Aliança autoproclamada, apelidada, etc., de Democrática.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Isso não tira os meus direitos. Portanto, Srs. Deputados, se querem ser cordatos, sejamos todos.

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado. Tem trinta segundos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para constatar que o Partido Comunista, como várias vezes tenho aqui dito, faz o mal e a caramunha.

Aplausos do PSD e risos do PCP e do PS.

Vozes do PSD: — É evidente!

O Orador: — Lança as provocações, aliás o seu estilo provocatório é bem conhecido, e critica os outros que lhe respondem na mesma moeda.

Registamos a habitual duplicitade dos totalitários, assim como este ridículo ataque ...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — As forças estalinistas, etc.!

O Orador: — ... que fica com quem o pratica e que não nos merece mais do que uma gargalhada de desprezo.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta, quando há pouco lhe disse que tinham trinta segundos não me referia a V. Ex.º, Sr. Deputado, mas aos trinta segundos que a Mesa deseja gastar para apelar a todos os partidos para que, de uma vez para sempre, eliminem dentro desta Assembleia o tipo de designações que vieram a suscitar esta pequena onda de protestos e de contraprotestos.

O Sr. Pedro de Vasconcelos (CDS): — Sr. Presidente, presumo que ainda tenha trinta segundos?

O Sr. Presidente: — Não tem, não, Sr. Deputado.

O Sr. Pedro de Vasconcelos (CDS): — São só trinta segundos, Sr. Presidente.

É apenas para perguntar ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira se da sua intervenção devo concluir que o Governo deve intervir mais activamente na Radiotelevisão Portuguesa para tornar mais coonestada a retransmissão dos debates que aqui se passam.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E de outros programas!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, é para responder muito rapidamente ao Sr. Deputado Pedro de Vasconcelos.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado Pedro de Vasconcelos, o Sr. Deputado tem mais do que capacidade para perceber o que eu disse. Aquilo que eu disse é que era hábito fazer uma transmissão directa ou, pelo menos, diferida dos trabalhos da Assembleia ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Só de programas do Governo!

O Orador: — Isto com a garantia, no caso de ser em directo, da reprodução de minutos de acordo com a representação que aqui se verifica do povo português. A verdade é que desta vez isso não foi feito e o resultado é aquele que está à vista. Se o Governo ainda assim se queixa, pois queixa-se de si próprio.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, passo a anunciar os projectos de lei apresentados na Mesa: n.º 394/I — Criação da fregue-

sia de Zambujeira do Mar no concelho de Odemira (renovação do projecto de lei n.º 217/I); n.º 395/I — Criação da freguesia de Aldeia dos Fernandes no concelho de Almodôvar (renovação do projecto de lei n.º 199/I); n.º 396/I — Criação da freguesia de Praia de Mira no concelho de Mira (renovação do projecto de lei n.º 216); n.º 397/I — Criação da freguesia do Bom Sucesso no concelho da Figueira da Foz (renovação do projecto de lei n.º 148/I); n.º 398/I — Criação da freguesia de Cova-Gala no concelho da Figueira da Foz (renovação do projecto de lei n.º 154/I); n.º 399/I — Elevação da vila de Porto Santo, Região Autónoma da Madeira, à categoria de cidade (renovação do projecto lei n.º 183/I); n.º 400/I — Elevação da vila de Amarante à categoria de cidade (renovação do projecto de lei n.º 222/I); n.º 401/I — Elevação da freguesia da Parede à categoria de vila (renovação do projecto de lei n.º 259/I); n.º 402/I — Criação da freguesia de Foros de Salvaterra (renovação do projecto de lei n.º 224/I); n.º 403/I — Elevação da vila de Alcobaça à categoria de cidade (renovação do projecto de lei n.º 208/I); n.º 404/I — Elevação a vila da freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça (renovação do projecto de lei n.º 233/I); n.º 405/I — Criação da freguesia da Guia no concelho de Pombal, distrito de Leiria (renovação do projecto de lei n.º 234/I); n.º 406/I — Criação da freguesia de Algés e elevação da povoação de Algés a vila (renovação do projecto de lei n.º 289/I); n.º 407/I — Elevação da vila de Oeiras à categoria de cidade (renovação do projecto de lei n.º 291/I); n.º 408/I — Elevação da vila de Olhão a cidade (renovação do projecto de lei n.º 150/I); n.º 409/I — Elevação da vila de Loulé a cidade (renovação do projecto de lei n.º 151/I); n.º 410/I — Criação da freguesia do Carregado no concelho de Alenquer (renovação do projecto de lei n.º 181/I); n.º 411/I — Criação da freguesia de Vila Verde no concelho de Seia (renovação do projecto de lei n.º 277/I); n.º 412/I — Elevação da freguesia de Vilar Formoso, concelho de Almeida, à categoria de vila (renovação do projecto de lei n.º 254/I); n.º 413/I — Elevação à categoria de cidade da vila do Barreiro (renovação dos projectos de lei n.º 182/I e 185/I); n.º 414/I — Elevação à categoria de cidade da vila do Montijo (renovação do projecto de lei n.º 200/I); n.º 415/I — Criação da freguesia do Cruzamento de Pegões no concelho do Montijo (renovação do projecto de lei n.º 201/I); n.º 416/I — Criação da freguesia de Atalaia no concelho do Montijo (renovação do projecto de lei n.º 202/I); n.º 417/I — Criação da freguesia de Santo Ovídio-Faralhão no concelho de Setúbal (renovação do projecto de lei n.º 238/I); n.º 418/I — Elevação da sede da freguesia da Amora concelho do Seixal, à categoria de vila (renovação do projecto de lei n.º 245/I); n.º 419/I — Criação da freguesia de Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita (renovação dos projectos de lei n.º 293/I e 305/I); n.º 420/I — Criação das freguesias de Pragal, Charneca, Sobreda e Vila Nova do Laranjeiro no concelho de Almada, distrito de Setúbal (renovação do projecto de lei n.º 323/I); n.º 421/I — Criação da freguesia de Santa Joana no concelho de Aveiro (renovação do projecto de lei n.º 163/I); n.º 422/I — Elevação da vila de Ponte de Sor à categoria de cidade (renovação do projecto de lei n.º 258/I); n.º 423/I — Criação da freguesia de Carregueira no concelho da Chamusca, dis-

rito de Santarém (renovação do projecto de lei n.º 330/I); n.º 424/I — Criação da freguesia de Ereira no concelho de Montemor-o-Velho (renovação do projecto de lei n.º 149/I); n.º 425/I — Criação da freguesia da Borralha no concelho de Águeda; n.º 426/I — Elevação da vila da Régua à categoria de cidade.

Todos estes projectos de lei foram apresentados pelo PS, à excepção dos dois últimos, que foram apresentados pelo PSD.

Qualquer dia temos o país sem aldeias.

Risos.

Srs. Deputados, os nossos trabalhos continuam, amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 15 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Amélia Cavaleiro M. de Andrade de Azevedo.
António Alberto Correia Cabecinha.
António Maria Pereira.
António Maria de O. Ourique Mendes.
Arménio dos Santos.
Cecília Pita Catarino.
Dinah Serrão Alhandra.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando José da Costa.
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
Germano Lopes Cantinho.
Germano da Silva Domingos.
João Luís Malato Correia.
João Vasco da Luz Botelho de Paiva.
José Ângelo Ferreira Correia.
José da Assunção Marques.
José Bento Gonçalves.
José Henrique Cardoso.
José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
Júlio de Lemos de Castro Caldas.
Manuel Luís Fernandes Malaquias.
Manuel Maria Moreira.
Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva.
Maria Helena do Rego da C. Salema Roseta.
Maria Manuela Simões Saraiva.
Marília Dulce C. P. Morgado Raimundo.
Mário Marques Ferreira Maduro.
Natália de Oliveira Correia.
Nicolau Gregório de Freitas.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.
Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
António Cândido de Miranda de Macedo.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Chaves Medeiros.
António Fernandes da Fonseca.
António Francisco Barroso Sousa Gomes.
António José Sanches Esteves.
Armando dos Santos Lopes.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Beatriz M. de Almeida Cal Brandão.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Alberto Costa de Sousa.
Edmundó Pedro.
Fernando Alves de Almeida Miranda.
Fernando Luís de A. Torres Marinho.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco Cardoso P. de Oliveira.
Francisco Manuel Marcelo M. Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
Guilherme Gomes dos Santos.
Herculano Rodrigues Pires.
Jaime José Matos da Gama.
João Alfredo Félix Vieira Lima.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Fernandes.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
José Gomes Fernandes.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Maximiano de A. Almeida Leitão.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Luís Abílio Conceição Cacito.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Silvério Gonçalves Saias.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Alfredo Tito de Moraes.
Manuel Francisco da Costa.
Manuel José Bragança Tender.
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
Raul da Assunção Pimenta Rego.
Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.
Victor Manuel Gomes Vasques.
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.
Victor Manuel R. Fernandes de Almeida.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
António Dias Lourenço da Silva.
Domingos Abrantes Ferreira.
Joaquim Gomes dos Santos.
Jorge Manuel Abreu de Lemos.
Lino Carvalho de Lima.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Rosa Maria Reis A. Brandão Represas.
Vital Martins Moreira.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
Alfredo Albano de C. de Azevedo Soares.
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
António Martins Canaverde.
Carlos Alberto Faria de Almeida.
Domingos da Silva Pereira.
Eduardo Leal Loureiro.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Eugénio Maria Anacoreta Correia.
Francisco António Lucas Pires.
Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.
Henrique José C. de Meneses P. Moraes.
Henrique Manuel Soares Cruz.
João J. S. Fernandes Homem.
João da Silva Mendes Morgado.
Joaquim Rocha dos Santos.
José Augusto Gama.

José Augusto Fernandes Sanches Osório.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís António Matos Lima.
 Luís Carlos C. Veloso de Sampaio.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Luís Filipe Pais Beiroco.
 Manuel António de A. e Vasconcelos.
 Manuel Baeta Neves.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Narana Sinai Coissoró.
 Pedro António J. B. Pestana Vasconcelos.
 Rui Eduardo F. Rodrigues Pena.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Agrupamento Parlamentar dos Reformadores

Francisco José de Sousa Tavares.
 José Manuel Medeiros Ferreira.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Alcino Cabral Barreto.
 Amândio Anes de Azevedo.

Carlos Matos Chaves de Macedo.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 José Theodoro da Silva.
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Partido Socialista (PS)

Armando Filipe Cerejeira P. Bacelar.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Rui Fernando Pereira Mateus.

Centro Democrático Social (CDS)

Luís Gomes Moreno.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Agrupamento Parlamentar dos Reformadores

Pelágio E. de A. Matos Lopes de Madureira.

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE APOIO PAR-
 LAMENTAR, *Januário Pinto*.